

Sociedade e Economia do Agronegócio

2



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Os livros desta coleção são produtos de um projeto de pesquisa coletivo e interdisciplinar, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições.

O objetivo do projeto é realizar um mapeamento das relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual, procurando estabelecer seus vínculos com as políticas estatais e com as estratégias de grandes empresas a que está associado.

A pesquisa desenvolve-se em várias frentes, da investigação bibliográfica e dos levantamentos cartográficos e estatísticos ao trabalho de campo, de cunho antropológico ou sociológico.

Têm sido objeto de investigação empírica sistemática a região sojicultora em torno da BR-163, em Mato Grosso, e a região produtora de oleaginosas e do “Café do Cerrado” no Triângulo Mineiro. Alguns estudos também têm sido realizados no Oeste da Bahia.

O estudo é coordenado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (PPGSA/IFCS/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, ligado à mesma universidade (PPGAS/MN/UFRJ), e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). De seu quadro fazem parte professores e alunos desses centros de pesquisa, bem como de outras universidades.



Roberta Brandão Novaes

Gente de fora

Vida e trabalho dos assalariados do café
em uma região de Minas Gerais

Rio de Janeiro, 2011

 e-papers

© Roberta Brandão Novaes/E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2011.
Todos os direitos reservados a Roberta Brandão Novaes/E-papers Serviços Editoriais Ltda. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-301-9

Conselho editorial

Beatriz M. Alasia de Heredia Moacir Palmeira
Leonilde Medeiros Sergio Pereira Leite

Projeto gráfico, diagramação e capa

Rodrigo Reis

Revisão

Nancy Soares

Publicação financiada pela Fundação Ford.

A pesquisa de que resultou este trabalho foi feita com recursos da Fundação Ford, do CNPq e da Faperj.

Esta publicação encontra-se à venda no *site* da
E-papers Serviços Editoriais.

<http://www.e-papers.com.br>

E-papers Serviços Editoriais Ltda.
Rua Mariz e Barros, 72, sala 202
Praça da Bandeira – Rio de Janeiro
CEP: 20.270-006
Rio de Janeiro – Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

N814g

Novaes, Roberta Brandão

Gente de fora: vida e trabalho dos assalariados do café em uma região
de Minas Gerais / Roberta Brandão Novaes. - Rio de Janeiro: E-papers,
2011.

200p. (Sociedade e economia do agronegócio ; 2)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-301-9

1. Trabalhadores do cultivo do café - Minas Gerais (Estado). 2. Café - Mi-
nas Gerais (Estado). 3. Agricultura e Estado - Brasil. I. Título. II. Série.

11-2983.

CDD: 307.72098151
CDU: 316.334.55(815.1)

AGRADECIMENTOS

Este livro é o resultado da minha dissertação de mestrado defendida em julho de 2009, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Quando penso sobre a minha trajetória até a conclusão do mestrado, me recorro de todos os caminhos percorridos, das escolhas feitas (e opções descartadas), e, sobretudo, das pessoas que participaram da minha vida.

Caroline Bordalo, Maíra Martins e Sérgio Muniz são queridos amigos feitos na graduação, e com quem sempre partilhei os interesses pela mesma área de estudo. A iniciativa de me convidar para participar do projeto Estágio de Vivência, ao qual já haviam se integrado, foi fundamental para que eu descobrisse ao que de fato eu gostaria de me dedicar a pesquisar nas ciências sociais. Também partiu deles o grande incentivo para que eu fizesse a seleção do CPDA. Agradeço a eles pela amizade, pelas discussões intermináveis desde a época do Estágio de Vivência, pelo seu senso crítico e grande capacidade de reflexão.

À Camille Ribeiro, Marília Cunha e Vanessa Teixeira, agradeço pela amizade e pela força que sempre me deram.

Com Sabrina Trica, tenho uma dívida impagável: difícil retribuir sua amizade incontestemente, sua presença amiga nos momentos mais difíceis. Também não posso deixar de mencionar seus pais, Cristina e Sérgio, e seu irmão Rodrigo, pelo carinho com que sempre me receberam em sua casa.

Aos amigos do CPDA: Janaína Sevá, Leonardo Felizardo, Pablo Romero, Júnior Wesz, Everton Picolotto, Emanuel Oguri, Valter Lúcio de Oliveira, Márcio Ranauro, Cristiano Desconsi e Sérgio Barcellos, agradeço a amizade, as discussões em salas de aula e a convivência ao longo do curso de mestrado. Torço para que nos encontremos sempre ao longo de nossas vidas.

Um agradecimento especial aos amigos da Angonal, meu grupo de capoeira: os nossos treinos sempre intensos ao fim do dia, seguidos das nossas conversas, foram fundamentais para que eu não perdesse a tranquilidade nos dias mais tensos de elaboração da dissertação, e posteriormente da revisão deste trabalho.

À Fernanda Figurelli, Patrícia Mafra, Grazieli Dainese e ao Hailton Pinheiro Jr., companheiras e companheiro da equipe de pesquisa, agradeço pelos momentos em que compartilhamos nossos anseios e descobertas do trabalho de campo, e da amizade nascida dessa convivência.

À professora Simoni Guedes, agradeço pelos anos de iniciação científica, nos quais tive a oportunidade de iniciar a minha experiência no trabalho de campo etnográfico. Hoje compreendo melhor o quanto aprendi sobre pesquisa e antropologia nos anos em que trabalhei com ela.

Aos professores Moacir Palmeira e Leonilde Medeiros, agradeço as contribuições e os valiosos comentários referentes ao texto da dissertação, e as sugestões para a continuação deste trabalho.

Também não poderia deixar de agradecer aos professores Sérgio Leite, Beatriz Heredia e, novamente, ao Moacir e à Leonilde, coordenadores da pesquisa “Economia e Sociedade do Agronegócio”, pela oportunidade de ter participado da equipe de pesquisa e por terem possibilitado esta publicação.

Ao professor John Comerford, agradeço a amizade, a atenção e a orientação paciente.

Agradeço também à Fundação Ford e à Faperj pelos recursos que possibilitaram o trabalho de campo, e a Capes pela bolsa de mestrado.

Aos trabalhadores que entrevistei, e a todos que me acolheram no trabalho de campo, agradeço a atenção com que me receberam, e o cuidado que sempre tiveram comigo. Sem isto, este trabalho não teria sido possível.

Por fim, agradeço a minha mãe, Vanda, ao meu pai, Mário, e aos meus irmãos, Fernanda e Pedro, pelo apoio, pela presença, pelo amor e pelos incentivos constantes.

Quando você trabalha para você, é diferente. Você tendo a sua terrinha, você tem o maior valor do mundo. Você tem progresso, você tem tudo, você tem valor. Agora se você trabalha pro patrão, o patrão não te dá valor, não (Trabalhador assalariado do café).

LISTA DE SIGLAS

Acar	Associação de Crédito e Assistência Rural
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Caccer	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPI	Equipamento de Proteção Individual
Fundaccer	Fundação das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INPI	Instituto Nacional de Produção Industrial
Ninter	Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista
Padap	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PIPAEMG	Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais
Prodecer	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado
SAS	Secretaria de Ação Social
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

15	Prefácio
19	Introdução
29	Capítulo 1 O universo da cafeicultura no cerrado mineiro
29	1.1 A região e os programas governamentais de desenvolvimento
32	1.2 O surgimento da marca
33	1.3 Esmeralda e seus atores: as categorias e seus significados
33	1.3.1 <i>Sobre os trabalhadores</i>
37	1.3.2 <i>Sobre os empregadores</i>
38	1.3.3 <i>Sobre os contratadores</i>
39	1.4 A dinâmica do ciclo cafeeiro
47	1.4.1 <i>A mecanização</i>
48	1.5 Os trabalhadores e seus representantes: mediação e conflito
48	1.5.1 <i>O Sindicato dos Trabalhadores Rurais</i>
50	1.5.2 <i>O Núcleo Trabalhista</i>
50	1.5.3 <i>Os acertos</i>
52	1.5.4 <i>A conciliação</i>
55	1.6 Visitando as fazendas com o Sindicato dos Trabalhadores
55	1.6.1 <i>Os acordos</i>
60	1.6.2 <i>Os alojamentos</i>

65	Capítulo 2 Reputação, violência e estigma: O bairro Monte Azul e seus moradores
76	2.1 Trajetórias familiares e experiências de trabalho
93	2.2 Reputação, “luta” e trabalho
107	Capítulo 3 A vida de deslocamentos dos trabalhadores do abrigo
147	3.1 Alcoolismo e violência entre os trabalhadores
157	Capítulo 4 Controvérsias e saberes do ofício de ser gato
157	4.1 Os gatos em Esmeralda
160	4.2 Trajetórias pessoais
163	4.3 Experiências de trabalho
178	4.4 A experiência de Lucinda
183	Conclusão
199	Bibliografia

PREFÁCIO

O livro de Roberta Novaes, resultado de sua dissertação de mestrado, é fruto de uma experiência de pesquisa em que a autora, ao se deslocar para o centro de uma das regiões que certamente podem ser consideradas emblemáticas do chamado “agronegócio” brasileiro, causa ali certo incômodo. O fato de ter vindo de fora, por si só, não chega a incomodar ninguém: no município pesquisado, transformado nas últimas décadas em centro de produção de *commodities* agrícolas (com destaque para o café) bem como de comércio e serviços relacionados a essa atividade, todos estão habituados à constante circulação de forasteiros ligados às mais diversas agências: empresas ligadas à agropecuária, universidades, órgãos do governo, representantes comerciais. O que parece ter, em várias circunstâncias, causado incômodo, é a insistência da pesquisadora em mostrar interesse justamente por aqueles trabalhadores que, no contexto desse município, são tidos sempre como “de fora”, mesmo que ali residindo ou sempre por ali retornando. O mesmo não aconteceu com outros pesquisadores da equipe, que dirigiram sua investigação àqueles que, mesmo tendo já sido considerados “de fora”, hoje ocupam uma posição bem ao centro da cena regional: os cafeicultores, muitos deles vindos para Minas Gerais a partir do Paraná ou de São Paulo. Nesse caso, o interesse por esses forasteiros hoje firmemente ali estabelecidos e reconhecidos foi visto sempre como natural, compreendido e incentivado por todos, especialmente quando se tratava de buscar aqueles mais firmemente estabelecidos dentre eles.

Em função do desenho geral do projeto de pesquisa coletivo do qual o presente trabalho faz parte, e que tinha na perspectiva dos trabalhadores envolvidos na produção de café um de seus focos de investigação, mas por causa igualmente de sua forte curiosidade e sensibilidade com relação à vida desses trabalhadores, Roberta Novaes investiu em buscar conhecê-los. Precisou de persistência e habilidade para driblar

todas as recomendações que evitasse aqueles que justamente propunha ser o foco de seu estudo, bem como os locais onde eles poderiam ser encontrados (ou que deles se aproximasse com cautela extrema). Essas recomendações partiam dos mais variados agentes: funcionários da prefeitura, policiais, cafeicultores, dirigentes sindicais, professores e, mais surpreendentemente, também dos próprios trabalhadores. Era evidente o medo e a desconfiança que cerca essa “gente de fora” e os locais onde se concentram. Novaes conseguiu escapar dessa evitação naturalizada e estabelecer contatos firmes com trabalhadores tanto no bairro onde muitos moram, quanto no abrigo criado pelo sindicato dos trabalhadores rurais e hoje administrado pela prefeitura, em que alguns se alojam temporariamente enquanto buscam trabalho. Imersa desde o início da pesquisa em meio a essa trama de temores e distâncias, estranha entre os considerados permanentemente “gente de fora” tanto quanto entre os ali estabelecidos, circulando muitas vezes por espaços quase exclusivamente masculinos, a pesquisadora mesmo assim conseguiu conquistar confiança e apreço daqueles que buscava conhecer. Entre os trabalhadores do abrigo, sempre homens, isso se expressou pela vontade deles de, diante de seus questionamentos, desabafar, narrar e denunciar. No bairro, predominantemente entre mulheres, se exprimiu no cuidado e na atenção com que foi recebida e acompanhada.

Em um texto claro e sucinto, a autora vai aos poucos impregnando os leitores com as narrativas e observações recolhidas junto aos homens e mulheres que trabalham ou trabalharam nas colheitas do café dessa região hoje pujante, oferecendo uma noção do cotidiano, das perspectivas e do passado dessas pessoas, bem como das relações em que se inserem. Traz-nos narrativas de vidas variadas, quase todas começando “na roça” – nessa mesma região ou, muitas vezes, no norte de Minas e em diferentes lugares da Bahia ou de outros estados do Nordeste – e, invariavelmente, passando por muitos lugares, na roça ou na cidade, e muitos serviços, quase sempre aqueles tidos como próprios dos que têm mãos grossas, repetidamente mostradas à pesquisadora. Em alguns casos, levando a uma relativa permanência em um lugar, à construção de uma casa, ao estudo dos filhos, à tentativa de trazer parentes, quem sabe a um negócio próprio; em outros, ao deslocamento permanente,

ao distanciamento da família, a uma vida “no trecho”. Traz-nos também uma ideia do cotidiano no bairro que concentra os trabalhadores do café, as casas construídas com muito custo, as relações entre vizinhos, a importância dos “irmãos de fé”, as divisões internas do bairro, a vigilância e a desconfiança dos próprios moradores uns em relação aos outros, assumindo internamente a estigmatização a que são sujeitos. Leva-nos ainda a conhecer o dia a dia da área compreendida entre a rodoviária e o abrigo, espaço de circulação e espera dos trabalhadores vindos dos mais variados lugares em busca de trabalho nos cafezais. Encontra ali dois irmãos, ambos funcionários da prefeitura, que trabalham mediando a permanência ou a saída desses trabalhadores na cidade. Um deles gerencia o abrigo temporário. Gentil a seu modo garante, por um curto tempo, teto e sopa para os trabalhadores. O outro é responsável pelo centro de triagem existente na rodoviária, e acompanha atentamente as movimentações e atitudes dos que por ali chegam, fotografa-os, e os aborda, por vezes com grande brutalidade. Quase uma alegoria: caridade e brutalidade são aspectos “irmãos” na maneira ambígua pela qual a cidade recebe e expelle, temerosa e desconfiada, esses trabalhadores, igualmente temerosos e desconfiados. Os trabalhadores de fora, que se destacam seja por seu sotaque, cor da pele, jeito e vestimentas, andam em grupo pelas ruas, porque temem andar sozinhos; os do lugar os temem porque andam em grupos.

Além desses espaços, Novaes dirigiu sua pesquisa também para aqueles que “mexem com turma”, os “gatos” e “gatas”, responsáveis pela contratação e transporte dos trabalhadores, e em várias circunstâncias pela direção do cotidiano do trabalho na lavoura. Dá ao leitor uma ideia da complexidade dessa mediação. Entre as intrincadas exigências dos patrões e das empresas, as expectativas dos trabalhadores, e a concorrência de outros “gatos”, muitos apenas passam por essa atividade e nela não conseguem se estabelecer, às vezes voltando à atividade pela qual invariavelmente todos eles já passaram: o trabalho na lavoura. O texto de Novaes mostra como, dependentes em larga medida de sua reputação, tanto entre os trabalhadores quanto entre os fazendeiros, os “gatos”, para serem reconhecidos como bons e se manterem em sua

atividade, precisam dominar a arte de “mexer com gente” em um cotidiano atravessado por tensões e desconfianças.

Todo esse universo de pessoas e mediações em torno do trabalho nas imensas lavouras de café da região, porém, vai se redefinindo na medida em que se generaliza o uso das máquinas e insumos químicos que progressivamente substituem a atividade dos trabalhadores. Para todos aqueles trabalhadores que, baseados em experiências próprias ou de outros, veem na continuidade do trabalho no café, sobretudo na colheita, uma oportunidade de sobrevivência e mesmo de um ganho adicional, as máquinas representam a ameaça da frustração dessa expectativa. Os cafeicultores, por sua vez, geralmente saúdam a inevitabilidade da progressiva redução do trabalho manual, em parte pressionados pela necessidade de redução de custos em mercados cada vez mais competitivos, em parte alegando a dificuldade de lidar com as exigências da legislação trabalhista, mas invariavelmente lembrando também que a mecanização e a quimificação permitirão enfim se livrar da “dor de cabeça”, do incômodo, do temor e mesmo da repulsa que costuma passar o contato com essa “gente de fora”.

O texto de Novaes consegue, com felicidade, aproximar os leitores dos horizontes daqueles que não podem senão fazer dessa atribuição de exterioridade um pressuposto de sua maneira de viver, construindo no “fora” o seu lugar permanente, estando onde estiverem a cada momento. Ao mesmo tempo em que atuam no cerne das operações que tornam viável o mundo que se configura na região pesquisada, a sua simples presença termina como que por circunscrever em negativo o que tal mundo tem a pretensão de evidenciar. Diante da incessante valorização moral de tudo o que é tido como progresso, a limpeza, a técnica, a ciência, o trabalho e a produção disciplinados e regulares, a família, a ordem e a organização, os “de fora”, seja quando estão ali de passagem, seja quando ali se estabelecem, são a cada instante lembrados (inclusive por si mesmos) que encarnam a princípio o oposto disso tudo. O livro de Roberta Novaes nos dá uma ideia de como essa “gente de fora” faz para viver com esse desencontro por dentro.

John Comerford

INTRODUÇÃO

As políticas de modernização da agricultura estiveram na pauta dos governos brasileiros desde, pelo menos, a década de 1950. Buscando atender às demandas do setor urbano e dos projetos de exportação, houve um investimento de capital visando aumentar a produção, a produtividade e o consumo de produtos industrializados. Para tanto, ampliou-se crescentemente a substituição da mão de obra por máquinas e investiu-se também em novas tecnologias para tornar a produção agrícola mais eficiente (Ribeiro, 1986; Pessoa, 1988).

Boa parte das pesquisas da área de ciências sociais, realizadas nos anos 70, que se debruçou em compreender as questões relativas ao meio rural brasileiro, apontou para as transformações sociais profundas provocadas por essas políticas de modernização, que resultou nas alterações das relações de trabalho e no impacto na qualidade de vida da população do campo, em diferentes regiões do país (Garcia Jr., 1990; Sigaud, 1979; Moura, 1988; Silva, 1999; Mello, 1976; Stolcke, 1986, entre outros).

As consequências dessas mudanças estão, em parte, relacionadas ao aumento do número de trabalhadores assalariados, sem vínculo empregatício estável e/ou expropriados de suas terras, e na identificação de uma crescente pauperização desses trabalhadores. No entanto, é necessário, como afirmam Garcia Jr. (1990) e Sigaud (1979), ir além das explicações que interpretam o assalariamento como a consequência inevitável do avanço do capitalismo nas áreas rurais.

O cerrado mineiro integrou as regiões que foram alvo dos projetos de modernização agrícola, sobretudo a partir dos anos 70. Uma série de programas de colonização dirigida de sucessivos governos foi implementada nesta região, com o objetivo de produzir grãos para a exportação, o que alterou bastante sua configuração socioeconômica.

A partir da inserção em um projeto de pesquisa que teve como objetivo mapear as relações sociais que permeiam o agronegócio produtor de grãos e café no Mato Grosso, Oeste baiano e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e pautada pelo interesse que sempre tive nas condições do trabalho rural, me propus como objeto de pesquisa de mestrado compreender quem são aqueles que constituem a mão de obra do circuito produtivo agrícola do cerrado mineiro. Em outras palavras, busquei investigar as relações geradas em torno da produção do café, a partir da ótica dos seus trabalhadores, pondo em destaque suas condições de vida e trabalho.

Da dissertação de mestrado, nasceu esta publicação.

O objeto deste trabalho se justifica pela importância da realização de novos estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna (e cada vez mais mecanizada) agricultura de larga escala, desvendando suas especificidades e contribuindo para o seu entendimento. No contexto mais amplo do projeto acima referido, a investigação das múltiplas faces desse modelo produtivo se faz necessária para entender como as condições de trabalho e vida de cada um dos diferentes atores e as relações entre os mesmos se tecem em torno do que no vocabulário corrente têm-se definido como agronegócio.

Em uma incursão preliminar ao campo, cujo principal objetivo era estabelecer contatos, eu e outros pesquisadores da equipe de pesquisa estivemos em várias cidades do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. As entrevistas realizadas em dois municípios em particular – que aqui chamarei de Esmeralda e Citrino – foram fundamentais para que eu delimitasse meu objeto.

Em Citrino, fomos à Fazenda São Gabriel, pertencente à família Poente, natural do interior de São Paulo e uma importante referência da cafeicultura local. Durante nossa conversa com esses produtores, os problemas causados pelos chamados “baianos”, trabalhadores contratados em grande número para o período da colheita, e as dificuldades em lidar com eles foram exaustivamente detalhados. Esses trabalhadores, oriundos, sobretudo, do nordeste e do norte de Minas Gerais, não apenas da Bahia, foram descritos como violentos e indolentes. Não ter de lidar com essa mão de obra é uma das principais razões evocadas por

esses cafeicultores para mecanizar todo o processo de produção, projeto em efetivo andamento. Há também uma grande tensão provocada pela fiscalização dos órgãos públicos que os obrigam a obedecer à legislação trabalhista, sob a ameaça de multas elevadas pela sua transgressão.

Apesar de homogeneizados sob a pecha de “baianos”, há diferenças sociais marcantes entre esses trabalhadores em termos de origem, cor, idade, gênero.¹

Após a visita a Citrino, seguimos para Esmeralda. Os primeiros contatos estabelecidos nesta cidade foram através das assistentes sociais da Secretaria de Ação Social (SAS), ligada à prefeitura. O teor dessas conversas girou em torno da dinâmica da cidade no período da colheita, quando aumenta o número de trabalhadores vindos de outras regiões e estados. Elas também forneceram informações sobre locais onde poderíamos ir e pessoas com quem deveríamos conversar se tivéssemos interesse em nos aproximar dos colhedores de café.

Desde o princípio foi possível perceber que a chegada desses trabalhadores envolve e incomoda profundamente aos moradores locais. Em todos os lugares onde estivemos – restaurantes, lojas, bancos, hotéis, entre outros – ao ser percebida como alguém que não era da cidade e ao contar que faria uma pesquisa sobre a produção do café, não houve oportunidade em que não tenha ouvido relatos sobre os distúrbios atribuídos à permanência desses trabalhadores na cidade, como o aumento da violência e da estatística de assaltos, furtos e da mendicância, e a referência ao hábito que possuem de beber em excesso.

Os trabalhadores que chegam sem emprego, situação da maioria, podem se hospedar por até três noites em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda (STR). Segundo uma assistente social da SAS, aqueles que têm dificuldades para conseguir trabalho são encaminhados para algumas fazendas. Os que ainda assim não conseguiam empregar-se, recebiam passagens para retornar ao local de origem ou para ir a outros municípios onde pudessem consegui-lo. Não obstante, no meu convívio com os trabalhadores durante a pes-

1 A leitura do trabalho de Silva (1999) inspirou-me essa reflexão.

quisa, ouvi diversas queixas a respeito da má vontade dos agentes da Secretaria em ajudá-los a conseguir passagens ou empregos.

Para além dessas questões, que tornava atraente a ideia de fazer o trabalho de campo em Esmeralda, o fator decisivo para esta escolha foi a minha ida ao bairro Monte Azul, onde reside grande parte da mão de obra contratada para o trabalho nos cafezais. Pareceu-me que pesquisar neste bairro formado pelos trabalhadores “de fora” renderia um bom material.

Após essa etapa inicial do reconhecimento da cidade e da delimitação do campo, optei por ficar em Esmeralda, por avaliar que a cidade apresentava situações bastante promissoras do ponto de vista investigativo. Acompanhei os trabalhadores do café em dois espaços, primordialmente: no bairro Monte Azul e no abrigo do sindicato. A convivência com os mesmos neste local, sobretudo, se revelou muito profícua, proporcionando-me apreender aspectos muito significativos de suas histórias, percepções e da relação entre eles, o que não foi possível em nenhuma outra situação.

No primeiro dia em Esmeralda, quando efetivamente dei início à pesquisa, fui ao STR para retomar o contato com Giovana, a advogada entrevistada por mim e por uma colega de pesquisa no breve trabalho de campo realizado em fevereiro/março de 2008, ao qual fiz referência. Esta advogada tornou-se uma importante informante durante a pesquisa. Ela levou-me ao Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (Ninter) e apresentou-me aos seus funcionários para que eu pudesse, sempre que desejasse, assistir aos acertos e às conciliações trabalhistas realizados por eles. Ela também levou-me para assistir aos acordos feitos nas fazendas com os apanhadores de café e apresentou-me ao zelador do abrigo construído pelo sindicato para que eu pudesse ter livre trânsito no local.

O contato no Monte Azul foi tecido através da sua escola municipal. Gravei uma entrevista com o diretor e uma professora de história, aos quais pedi informações sobre o lugar. Eles falaram bastante sobre a violência no bairro. Quando eu disse que iria caminhar pelo mesmo para melhor conhecê-lo, o diretor aconselhou-me a não fazê-lo, pois em pouco tempo anoiteceria e o bairro se tornaria ainda mais violento.

Ele também me informou que boa parte dos alunos matriculados na escola vem do norte de Minas, especialmente das cidades de Manga, Januária e Janaúba, o que seria perceptível por eles serem “mais morenos”. Assim como no trabalho de Silva (1999), mais uma vez, a cor passa a ser o atributo disfarçado sob o invólucro da origem regional. Os caracteres de representação caídos sobre este grupo impingem-lhes a marca do “baiano”, do “pessoal do norte”.

Também pedi ao diretor que me apresentasse a alguns funcionários da escola que fossem moradores do bairro. Assim conheci Dora, que logo fez questão de me apresentar aos seus vizinhos e “irmãos” da igreja evangélica por ela frequentada.

Problematizar a situação de pesquisa possibilita a apreensão das percepções dos interlocutores não como simples coleta de “ideias”, mas como resultante da interação com outrem (Thiollent, 1987). Como destacam Zaluar (1986) e (Cardoso) 1986, a interpretação construída sobre as análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. Essas posições não estão fixas nas interações sociais e podem ser manipuladas de diferentes formas por ambos.

É interessante entender, portanto, como o pesquisador é percebido pelos informantes em diferentes estágios do trabalho de campo, e como essas percepções afetam o que as pessoas decidem contar sobre elas mesmas (Menezes, 2002).

No bairro Monte Azul, tive mais contato com as mulheres. Se no início eu achava que por ser mulher seria mais fácil me aproximar delas, pude constatar depois o meu equívoco. Apesar do grande carinho com que me tratavam, e apesar de nunca se negarem a receber-me ou a conversar comigo, as nossas conversas nunca deixaram de ser mais superficiais. Essas trabalhadoras se limitavam a responder apenas o que eu lhes perguntava e nunca diziam nada que pudesse lhes comprometer, como reclamações de fazendas, fazendeiros ou gatos.

Do contrário, imaginei que por ser identificada pelos trabalhadores do abrigo como portadora de características bastante diferentes das pessoas com as quais eles conviviam – eu era “categorizada” como uma mulher/jovem/urbana, do Rio de Janeiro, escolarizada, de

classe média – fosse ter mais problemas para me aproximar deles. No entanto, o contato com os homens no abrigo, com algumas exceções, foi bastante denso. Imaginei, a princípio, que talvez porque se encontrassem em uma penúria tão grande sentiam vontade de compartilhar seu sofrimento mesmo com uma estranha; ou simplesmente porque eu lhes inspirava confiança – os trabalhadores com os quais conversei no abrigo contavam-me muito mais detalhes sobre sua vida pessoal do que as mulheres que entrevistei no bairro. Eles também não hesitavam em mencionar nomes de gatos e fazendeiros que os exploravam ou fazendas nas quais eram maltratados.

Com o tempo, percebi que ser vista na condição de mulher/jovem/urbana/de classe média/escolarizada era, justamente, o que os fazia confiar em mim: ser uma pessoa assim – para eles, eu poderia estar desfrutando do que supunham que seria uma vida bastante confortável – mas escolhi estar ali, longe da minha família, da minha casa e da minha cidade, por estar interessada em suas vidas e nas condições nas quais trabalham, fez com que eu conquistasse o respeito e a amizade desses trabalhadores.

Eles também me viam como alguém que poderia denunciar e divulgar para as autoridades e para a sociedade mais ampla as difíceis situações pelas quais passavam – fome, miséria, desemprego, solidão –, pois acreditavam que jamais alguém ouviria um boia-fria. Mas eu, sendo escolarizada (“doutora”), poderia me fazer ouvir.

No entanto, ainda que eu tenha conseguido construir uma boa relação com os trabalhadores do abrigo, a minha inserção como mulher em um ambiente tão masculino nunca deixou de ser tensa. No início, quando eles não me conheciam e nem sabiam o que eu estava fazendo ali, foi mais difícil. Conforme eu me tornava conhecida entre esses trabalhadores que circulavam pela rodoviária e pelo abrigo (ao final do trabalho de campo, mesmo os que não me conheciam pessoalmente já haviam ouvido falar de mim, o que mostra como as notícias circulam entre eles), a aproximação tornou-se mais fácil, e as tentativas de assédio tornaram-se raras. Foi também bastante interessante notar como o próprio Igor, o zelador do abrigo, buscava proteger-me de possíveis situações constrangedoras. Houve uma noite em que, ao despedir-me dele para voltar para a pensão

em que me hospedei, um dos trabalhadores que estava no abrigo disse ao zelador que iria a um bar comprar cigarros e quis acompanhar-me até o ponto de ônibus. Igor o questionou, argumentando que ele não havia sentido falta de fumar até àquela hora, e que uma vez no abrigo, não poderia voltar para a rua. O trabalhador insistiu e Igor permitiu que ele saísse, mas explicou que se ele demorasse muito, não poderia entrar novamente. Quando logo em seguida decidi sair, o zelador resolveu esperar o ônibus comigo, dizendo que: “Confiar, minha filha, só em Deus. Eu conheço bem essa gente que anda por aí”.

Alguns pesquisadores enfatizam a necessidade de compreender as ligações entre os diferentes lugares pelos quais circulam esses trabalhadores que se deslocam ao longo do ano em busca de trabalho para compor uma percepção mais ampla de suas vidas, relações e trajetórias (Menezes, 2002; Garcia Jr., 1990). Porém, apesar do meu projeto inicial prever visitas às famílias e às cidades de origem dos meus entrevistados, não foi possível fazer essas viagens devido às limitações de tempo do trabalho de campo e de elaboração de uma dissertação de mestrado.

A perspectiva comparativa entre o bairro Monte Azul e o abrigo dos trabalhadores ganhou força durante a pesquisa em campo, assim como na análise aqui apresentada.

No bairro, tive mais contato com famílias estabelecidas, que há anos haviam saído dos municípios onde nasceram. No abrigo, conheci homens que viajavam sozinhos, de região em região em busca de trabalho. Muitos não tinham mais residência fixa ou estavam há muito tempo fora de suas casas, sem ver a mulher, filhos ou outros familiares com quem residiam.

Outro contraste significativo entre os trabalhadores do Monte Azul e os do abrigo era a forma como percebiam o seu recrutamento. Entre os que entrevistei no Monte Azul, todos trabalhavam com os empreiteiros, conhecidos como gatos, para conseguir trabalhos nas fazendas e em nenhum momento mencionaram problemas referentes a essa relação laboral.

Quando passei a frequentar o abrigo, um panorama absolutamente diverso se abriu. As conversas com os trabalhadores neste local giravam principalmente em torno de reclamações sobre o modo

como os gatos os tratavam. Estes eram descritos como violentos e exploradores. Por esta razão, muitos trabalhadores tentavam falar diretamente com proprietários ou com os gerentes das fazendas para tentarem empregar-se.

Curiosamente, entre os trabalhadores do bairro e os do abrigo, até o tempo disponível que tinham para mim se contrapunha. Aos finais de semana, eu costumava ir ao Monte Azul, pois era mais fácil encontrar os trabalhadores em casa. De segunda a sexta, eles estavam trabalhando nas fazendas e só retornavam depois das 17 horas. E como todos diziam que ao anoitecer as ruas do bairro ficavam desertas por causa da violência, nunca pude estender minhas visitas até mais tarde.

Durante a semana, eu ia quase todas as noites ao abrigo. Aos sábados e domingos, ele ficava praticamente vazio, pois eram as noites em que os trabalhadores saíam para se divertir em bares e prostíbulos.

Mas é necessário ressaltar que, embora as oposições estejam aqui destacadas, muitas similitudes em suas trajetórias aproximam os trabalhadores do bairro e os do abrigo, assim como aqueles que conheci em outros espaços, como nas fazendas.

O contato com os gatos ou empreiteiros foi tecido de formas diversas, como será explicitado no quarto capítulo. Sempre com alguma dificuldade, em virtude do que simbolizavam. De antemão, através da leitura da bibliografia que trata de temas afins, já se supunha que esse recrutador de mão de obra tivesse uma relação tensa com os trabalhadores. A importância de incluí-los na análise ganhou peso conforme o andamento do trabalho de campo.

Fiz entrevistas gravadas e informais com os trabalhadores, diretores e funcionários do sindicato, gatos, alguns produtores e funcionários do abrigo, da Secretaria de Ação Social, dos postos de saúde e policial, professores de algumas escolas locais e com trabalhadores rurais dos assentamentos e acampamentos da região, sempre com o auxílio de um roteiro semiestruturado. O trabalho de campo etnográfico e a observação participante constituíram as principais estratégias metodológicas da pesquisa.

Por fim, o trabalho de campo foi feito em duas etapas, com um intervalo de dez dias, entre os meses de maio e julho de 2008, totalizando dois meses.

Todos os nomes dos locais das cidades onde fiz o campo, bem como das pessoas entrevistadas são fictícios.

No primeiro capítulo, faço uma breve reconstituição histórica dos programas de ocupação e modernização agrícola do cerrado a partir da década de 1970. Em um segundo momento, situo o leitor no universo da cafeicultura em Esmeralda, apresentando os atores e elementos que o integram – trabalhadores e gatos, fazendas e colheitas, conflitos trabalhistas e sindicato, entre outros. Nos capítulos dois e três, discorro sobre as trajetórias e experiências de trabalho dos trabalhadores com os quais tive contato, e sobre a maneira como percebem sua condição enquanto tais. O segundo capítulo refere-se especificamente aos trabalhadores que conheci no bairro Monte Azul; o terceiro alude aos trabalhadores que passavam pelo abrigo construído pelo sindicato. No último capítulo, reproduzo as minhas conversas com os gatos e também suas trajetórias de vida e trabalho.

Capítulo 1 | O UNIVERSO DA CAFEICULTURA NO CERRADO MINEIRO

1.1 | A REGIÃO E OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os cerrados, inicialmente, ocupavam um terço do território brasileiro na região centro-oeste e todo o norte, oeste e noroeste do estado de Minas Gerais. Desde a sua ocupação, essa não era uma região de destaque na produção agropecuária, estando relacionada à articulação entre o cultivo de gêneros agrícolas como o feijão e o milho nas áreas próximas às nascentes, as chamadas terras de cultura, e a pecuária superextensiva nos campos ou cerrado (Ribeiro, 1986).

Já nos anos 70 do século XX, no bojo da revolução verde e da modernização conservadora (Graziano, 1982) levada a cabo pelos governos militares, o cerrado mineiro passa a ser alvo de programas de colonização dirigida cujos objetivos eram modernizar a produção agrícola de grãos na região visando à exportação (Ribeiro, 1986; Pessoa, 1988).

O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) começou a ser implementado em 1972 e foi o primeiro plano de desenvolvimento dos cerrados elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O propósito do programa era gerar uma transformação tecnológica agrícola em uma área de 292.798 hectares na região citada (Pessoa, 1988).

O referido projeto foi idealizado pelo secretário de agricultura de Minas Gerais e contou com o suporte de vários órgãos estaduais, como a Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (antiga Acar – Associação de Crédito e Assistência Rural) e a Epamig – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (na época, PIPAEMG – Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais),

entre outros, além do Banco Central e do Banco Mundial. Este último, em 1973, efetuou um empréstimo de aproximadamente US\$ 32,9 milhões para os custos de implantação do PCI, cujas áreas de atuação foram as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica. O empréstimo feito pelo programa se converteu no financiamento de 230 projetos, distribuídos por uma área de 111.025 hectares, e buscava atender os grandes e médios proprietários por serem os únicos dispostos a aceitar as condições de quitação da dívida. A área média de cada beneficiado foi de 483 hectares (Pessoa, 1988).

Ainda que não tenha alcançado a desejada revolução tecnológica, o PCI contribuiu para o processo de modernização da agricultura no cerrado, nos moldes das médias e grandes propriedades, privilegiando em grande escala o setor industrial (Pessoa, 1988).

No começo de 1973, teve início o Padap – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba –, coordenado pela Cooperativa Agrícola da Cotia,² através de um acordo feito pelo já mencionado secretário de agricultura. Este programa se desenvolveu em paralelo ao PCI e para sua instalação foi desapropriada uma área de 60 mil hectares localizada, em parte, nos municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos, onde foram formados os quatro núcleos de colonização (Pessoa, 1988).

A seleção dos colonos foi feita através de um pacto entre a Cooperativa da Cotia e a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. O acordo estipulava que pelo menos 80% dos beneficiados fossem indicados e escolhidos pela própria cooperativa, a partir da inscrição dos cooperados vindos do sul do país. Todos os selecionados deveriam ser imigrantes japoneses ou descendentes nisseis. Os recursos financeiros para implementação do Padap giraram em torno de US\$ 200 milhões (Pessoa, 1988).

Um latifúndio com mais de 20 mil hectares desapropriado por interesse social; a posição privilegiada do espaço em relação aos principais mercados consumidores e produtores do país; a topografia adequada

2 Uma das maiores cooperativas agrícolas japonesas no Brasil.

à mecanização, uma apropriada infraestrutura de energia e transporte; a proximidade dos corredores de exportação de Santos e Vitória (França *apud* Pessoa, 1988), além das boas condições de compra e acesso à terra propiciados pela Cotia, são alguns dos fatores que facilitaram a implantação do programa. O Padap representou, portanto, a primeira experiência de exploração agrícola intensiva no cerrado (Pessoa, 1988).

O experimento do Padap foi o ponto de partida para o Polocentro, a arrancada essencial para a agricultura empresarial no cerrado, preparando o terreno para a consolidação do Projeto Cerrado (Prodecer – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado). Entre 1975 e 1984 foram canalizados ao programa US\$ 868 milhões de dólares distribuídos entre os setores de transporte, pesquisa, agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural (Pessoa, 1988).

A partir de 1979, há uma redução de recursos para o Polocentro. Uma viagem feita pelo presidente Geisel ao Japão em 1976 resultou na assinatura do Prodecer. Também em 1979, a Jica (Japan International Cooperation Agency) elabora um estudo propondo o desenvolvimento agrícola numa área de 500 mil quilômetros, nos cerrados. No mesmo ano, é criada a Campo (Companhia de Promoção Agrícola), uma empresa para planejar, assistir e coordenar o Prodecer. Essa companhia era constituída por duas holdings, a Brasago, com 51% de capital brasileiro, e a Jadeco, com 49% de capital japonês. Por essas razões, constata-se que a diminuição dos subsídios para o Polocentro tinha por finalidade enfraquecer a especulação no negócio de terras e facilitar a compra destas pela Campo (Pessoa, 1988).

O Prodecer foi, fundamentalmente, um projeto do capital japonês pago pelo Brasil com o objetivo de produzir grãos para o mercado mundial (Pessoa, 1988).

A partir de meados da década de 1980, as inovações mecânicas, físicas e químicas possibilitaram a aceleração do ritmo e da produtividade do trabalho (França *apud* Ferreira e Ortega, 2004). Conforme Garlipp *apud* Ferreira e Ortega (2004), a produção cafeeira cresceu 57,6% de 1985/86 até 1995/96 na microrregião de Esmeralda.

Nos anos 80 do século XX, há também uma progressiva redução dos programas especificamente voltados para o desenvolvi-

mento dos cerrados, ainda que não tenha deixado de haver subsídios governamentais e investimentos em pesquisa genericamente direcionados aos grandes produtores e aos produtos mais valorizados. A redução do espaçamento das ruas e do distanciamento entre os pés, técnica denominada de adensamento; a introdução de variedades de menor porte permitindo o uso das colheitadeiras; uma nova tecnologia na preparação do solo, com uso de adubos e defensivos agrícolas mais sofisticados e a adoção da irrigação, entre outras, são alguns procedimentos utilizados para elevar a produtividade da produção cafeeira no cerrado (Ferreira e Ortega, 2004).

1.2 | O SURGIMENTO DA MARCA

É nesse contexto de modernização agrícola do cerrado e da inserção do cultivo do café, que surge a marca Café do Cerrado nos anos 1990, quando alguns cafeicultores começaram a idealizar sua criação junto ao Instituto Nacional de Produção Industrial (INPI), com o objetivo de diferenciar a origem do café, obtendo um certificado de qualidade. Atualmente, o grupo possui oito cooperativas e seis associações, cobrindo 55 municípios da região. Há ainda o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (Caccer), responsável pela parte jurídica e pelas diretrizes políticas da marca; uma única cooperativa exportadora e a Fundaccer, uma fundação constituída em parceria com a Epamig.

As conversas com os cafeicultores e funcionários das cooperativas evidenciaram o suporte político dado à cafeicultura da região, especialmente através de um deputado que no momento da pesquisa ocupava um cargo importante no Ministério da Agricultura, e de seu assessor, um paulista que foi fundador de uma associação de cafeicultores e do Caccer e se tornou presidente das câmaras setoriais do agronegócio no Brasil.

A fundação das associações de cafeicultores foi uma iniciativa de alguns produtores de Citrino e Esmeralda. Nesta última cidade, o número de cafeicultores é menor em comparação a outras localidades, porém este fato talvez seja explicado pela grande concentração de terras e pelas gigantescas dimensões de muitas propriedades. Os produtores de

Esmeralda também são definidos como sendo mais audazes e inovadores em suas investidas empresariais.³

Em Citrino há um grande número de produtores, no entanto, de pequeno e de médio porte, em geral originários de São Paulo e do Paraná. De acordo com a representante do Cacer, um grande cafeicultor em Esmeralda produz a partir de 30 mil sacas de café. Em Citrino, a família Poente, considerada uma das maiores produtoras, produz em uma boa safra, algo em torno de 10 mil sacas.

1.3 | ESMERALDA E SEUS ATORES: AS CATEGORIAS E SEUS SIGNIFICADOS

1.3.1 | Sobre os trabalhadores

Linhart (2002), em artigo sobre os processos sociais aos quais se pode atribuir o êxodo rural no Alto Paranaíba, sublinha que parte dos trabalhadores que constituem a mão de obra nos cafezais do cerrado é de ex-agregados das fazendas locais e ex-sitiantes. A autora aponta como o encerramento das relações de agregação, também como descrito por Moura (1988) no Vale do Jequitinhonha, contribui, ao lado das mudanças na estrutura produtiva e nas formas de produção agrícola, para gerar uma massa de trabalhadores sem terra e sem vínculo empregatício. A dissolução dos laços entre o proprietário e o morador, com a consequente expropriação deste último, é uma das consequências do complexo conjunto de transformações econômicas identificadas no campo em diversas regiões brasileiras a partir dos anos 70.

Ao mesmo tempo, havia também mudanças significativas ocorrendo na estrutura das fazendas, como a venda das terras e as desapropriações, que disponibilizou parte da mão de obra cafeeira do cerrado mineiro (Ribeiro, 1986). No entanto, como se evidenciará, os trabalha-

³ Em artigo publicado em 2004, Ferreira e Ortega afirmam que na microrregião de Esmeralda, os pequenos agricultores (propriedades de até 100 hectares) constituem 68,2% dos produtores de café.

dores com os quais tive contato são também de outros estados e regiões, e não apenas do Alto Paranaíba.

Menezes (2002), Novaes (2007) e Ferreira e Ortega (2004) entendem que as novas formas de gestão do trabalho agrícola em função da mudança no padrão tecnológico acarretam mudanças no perfil dos trabalhadores requeridos para a colheita. Se há um tempo a preferência era pela força física, hoje são escolhidos homens, jovens, assíduos, sem histórico de processos trabalhistas contra os patrões, capazes de operar instrumentos mais modernos.

Tendo como referência o mundo do trabalho do qual fazem parte, há uma diversidade de categorias pelas quais os trabalhadores do café em Esmeralda se classificam, refletindo uma diferenciação entre eles, no que se refere às funções exercidas e condições nas quais se encontram durante o processo de trabalho.

Os contratados para o período da safra são os safristas, assim como os que trabalham na diária são os diaristas. Estas categorias são usadas de uma forma ampla pelos moradores da cidade, empreiteiros, fazendeiros, sindicalistas, pelos próprios trabalhadores. Tanto os diaristas quanto os safristas são contratados temporariamente.

O safrista pode ser boia-fria ou trabalhador alojado. O boia-fria, assim chamado por comer a marmitta fria, já que a carrega em seu deslocamento cotidiano entre a cidade e a fazenda, se caracteriza na região estudada por não morar dentro do seu local de trabalho. O diarista é sempre boia-fria.

O boia-fria quase sempre é morador da cidade, que não costuma ficar alojado nas fazendas. No entanto, o boia-fria também pode ser *gente de fora*. Essa gente de fora ou trabalhador de fora não vive em Esmeralda e vai para o município apenas no período da colheita do café em busca de trabalho. O boia-fria, tanto o que reside na cidade quanto o que vai apenas para o trabalho da safra, mora, em geral, nos bairros mais pobres e afastados do centro de Esmeralda, sendo que o maior e mais populoso é o Monte Azul. Os safristas que vêm de outras regiões e não conseguem trabalho em fazendas com alojamento, costumam dividir o aluguel de casas neste bairro.

O trabalhador alojado, durante a safra, mora em um alojamento dentro da propriedade onde trabalha. O trabalhador alojado invariavelmente é gente de fora. Os trabalhadores de fora não são assim considerados apenas por quem nasceu em Esmeralda. Os trabalhadores de outras regiões que fixaram residência na cidade também consideram aqueles que chegam para safra como sendo de fora. Entretanto, para os nativos de Esmeralda, os trabalhadores de outros municípios, sobretudo os nordestinos, ainda que morem há muitos anos na cidade, permanecem “incluídos” entre os de fora.

Boia-fria e trabalhador alojado são categorias usadas tanto por fazendeiros, sindicalistas e gatos, quanto pelos trabalhadores, embora, como me explicou certa vez um gato, eles não gostem de ser chamados assim. Os trabalhadores alojados vivem uma situação de maior precariedade, pois são de fora, discriminados por todos na cidade e estão longe de suas famílias e casas, muitas vezes por anos.

Os termos gente de fora ou trabalhador de fora são usados especialmente por gatos, fazendeiros, sindicalistas e pelos nativos de Esmeralda, para destacar os problemas surgidos da presença e da contratação deste “tipo” de pessoa.

Há também os trabalhadores fixos das fazendas, contratados para operar máquinas e tratores. Estes gozam de mais prestígio social e de uma qualidade de vida melhor do que os trabalhadores temporários. Essa categoria é utilizada por todos e mais destituída de uma conotação pejorativa. Os trabalhadores fixos tanto podem ser aqueles que nasceram em Esmeralda quanto os que se mudaram há tempos para a cidade. Embora hoje seja mais raro, há ainda aqueles que residem dentro das fazendas onde trabalham.

Os trabalhadores fixos podem ocupar diversas funções, o que depende do tamanho da propriedade e até da forma como ela é administrada. Conforme me explicou certa vez o funcionário de uma fazenda, pode haver: o gerente ou administrador; o apontador, cujo trabalho é conferir quantas sacas foram colhidas por trabalhador; o fiscal; o encarregado de turma ou *gato*, o encarregado do Departamento de Pessoal e os técnicos agrícolas. Também me foi dito que legalmente não existe a

categoria gato, e que o termo correto, embora não muito utilizado, é “encarregado de turma”.

O trabalhador de fora, sendo boia-fria ou alojado, com exceção daqueles que se estabeleceram no município, costuma circular entre estados e cidades em busca de trabalho. Mesmo aqueles que se estabeleceram em Esmeralda, quase sempre também têm uma trajetória de deslocamentos. O “ficar” na cidade não é precisamente para sempre; pode durar apenas até a próxima safra, pode ser pelos próximos anos ou, talvez, até o fim da vida. Essa escolha é balizada pelo cálculo de onde está “bom de serviço”, o que significa poder acumular o mínimo para manter a família na cidade de origem, ou trazê-la para perto. Observação semelhante foi feita por Novaes (2007) entre os trabalhadores da cana no interior de São Paulo.

No trabalho de Menezes (2002), os trabalhadores de fora costumam retornar à casa nos fins de semana ou quinzenalmente, o que não acontece em Esmeralda. O retorno ao município de origem se dá apenas ao fim da safra, ou quando se acumula o suficiente para poder voltar sem envergonhar-se de não ter nada, o que pode levar meses ou anos.

Em Esmeralda, a distinção entre paranaenses e baianos, que apareceu nos primeiros contatos do trabalho de campo, sobretudo nas conversas com cafeicultores, não se revelou significativa. Não somente porque a massa de trabalhadores vinda de outras regiões é muito mais difusa – a força de trabalho da cafeicultura em Esmeralda também é formada por paraibanos, cearenses, sergipanos, paulistas, maranhenses, pernambucanos, catarinenses e mineiros de diferentes regiões – como também porque não são atribuídas diferenças comportamentais expressivas entre paranaenses e baianos. As distinções sobre quem mais trabalha ou sobre aqueles com os quais é mais fácil de lidar aparece em outras categorias, como gênero e faixa etária.⁴

⁴ Menezes (2002) situa uma distinção importante referente aos paraibanos e pernambucanos entre os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco. Os primeiros são considerados mais dóceis e dedicados ao trabalho, atingindo altos índices de produtividade. Essas diferenças atribuídas por empregadores e patrões refletem-se entre os trabalhadores, gerando conflitos entre eles.

Peão e mão de obra são denominações genéricas para se referir a todo tipo de trabalhador rural ou braçal. Essas categorias são usadas tanto pelos próprios trabalhadores quanto pelos representantes do sindicato, gatos e fazendeiros.

A partir dessa descrição, o que se quer esclarecer é que o que parece um trabalho genérico, ao ser decomposto e lido a partir da ótica daqueles que dele participam, pode elucidar questões sobre situações concretas do mundo do trabalho.

No caso de Esmeralda, as distinções são percebidas não apenas na condição social desses trabalhadores, mas também pela cor e pelo sotaque, como destacou o diretor da escola municipal de Monte Azul. Essas marcas indeléveis – a pobreza evidente, a cor, o sotaque – estigmatizam esses trabalhadores, tornando-os inaptos para a aceitação social plena. Essas “deformidades físicas” supõem outras de caráter moral: a indisposição para o trabalho, a disposição para a criminalidade e o alcoolismo.⁵

1.3.2 | Sobre os empregadores

“Fazendeiro” era o termo mais usado por gatos e sindicalistas para se referirem aos donos das propriedades. Embora os trabalhadores também o utilizassem, estes também costumavam chamá-los de “patrões”. Esta denominação era mais carregada de um sentido negativo para os trabalhadores, utilizada para explicitar a relação de exploração entre eles e seus empregadores.

Ainda que a denominação seja homogênea, é preciso destacar certa diversidade entre os fazendeiros do café em Esmeralda. Há os riquíssimos donos das grandes fazendas e grupos agropecuários, que possuem propriedades em diferentes estados brasileiros, deslocam-se em aviões particulares, produzem para exportação, mecanizam a maior parte da produção e seguem um padrão estritamente empresarial (há também aqueles que, embora sejam grandes proprietários, não seguem esse padrão “empresarial”). Muitos desses fazendeiros são paranaenses,

⁵ A partir da leitura de Goffman (1988), tal referência me pareceu possível.

paulistas ou gaúchos, e seus empregados jamais os viram. Estas fazendas, cujas colheitas duram meses e sempre trabalham com empreiteiros, parecem ter uma preocupação maior em seguir a legislação trabalhista, não permitindo a contratação de trabalhadores sem carteira assinada e exigindo o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Há, no outro extremo, um número razoável de pequenos proprietários que não mecanizam a colheita, são em geral mineiros que possuem uma pequena criação de gado leiteiro e também plantam café. Muitos lidam diretamente com os trabalhadores e não contratam gatos. Nestas fazendas menores, as colheitas duram uma semana ou quinze dias. Nestes casos, não se assina a carteira.

Entre esses extremos, há os médios fazendeiros, cujas fazendas possuem alojamentos, alguns moram na propriedade, podem contratar empreiteiros, mas os trabalhadores os conhecem, a produção não é tão mecanizada e preocupam-se em assinar a carteira de seus empregados.

Os trabalhadores avaliam melhor as condições de trabalho nas grandes do que nas médias e pequenas fazendas. Ainda que a percepção de que são mal pagos e explorados seja generalizada, considera-se que, em função do padrão empresarial dos grandes grupos, quando empregados por estes os trabalhadores sentem-se mais respeitados, valorizados e são tratados com mais “profissionalismo”.

1.3.3 | Sobre os contratadores

E entre os trabalhadores e fazendeiros, há os que contratam. Estes gostam de referirem-se a si mesmos como empreiteiro ou fiscal. Segundo me foi explicado por um destes profissionais, a categoria juridicamente correta é “fiscal de fazenda”; assim seriam registrados na carteira de trabalho.

Como ficará evidente no quarto capítulo, o termo gato está associado à exploração, à violência, uma quase “criminalidade”, e é utilizado quase sempre pelos trabalhadores e pelos representantes do sindicato. Como enfatizou uma vez a advogada desta entidade, “os gatos são um mal necessário”.

Para entender melhor o modo como são produzidas e empregadas cotidianamente as distinções entre os trabalhadores, seus empregadores e contratadores é necessário ter clareza sobre o ciclo do café e as atividades aí envolvidas.

1.4 | A DINÂMICA DO CICLO CAFEEIRO

A preparação para a colheita do café na região do Alto Paranaíba tem início em fevereiro/março, quando se faz a arruação, ou a limpeza em volta dos pés, para os grãos mais maduros caírem na terra limpa. As folhas caídas ao chão são acumuladas no meio das ruas, o espaço entre duas fileiras de pés. No mesmo período, faz-se a capina e a desbrota, atividades que consistem em limpar a lavoura do mato e arrancar os brotos dos galhos.

A partir do final de abril, colhe-se o café. Neste período se intensifica a chegada dos trabalhadores vindos de outras regiões. Estive com trabalhadores de Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina, Paraíba, São Paulo, Paraná, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, outras cidades de Minas Gerais, especialmente do norte do estado, e da Bahia, sobretudo do município de Irecê. Em 2008, a prolongada temporada de chuvas provocou um largo atraso, e o início da colheita, que em geral acontece no começo de maio, foi adiado para o princípio de junho.

Durante o trabalho, tanto na safra quanto na entressafra, cada trabalhador recebe um número. Todas as ruas nas quais ele trabalha possuem esse número escrito em um esparadrapo colado ao primeiro pé da fileira, assim como todas as sacas utilizadas por ele. Ao final de cada dia de trabalho, é contabilizada a quantidade de sacas colhidas por cada trabalhador. É comum o gato contratar um apontador ou apontadora para realizar essa tarefa.

Sigaud (1979) descreve o empreiteiro como aquele que recruta os trabalhadores “clandestinos”, sem contrato de trabalho legal. Em Esmeralda, os gatos não necessariamente burlam a legislação. As fazendas certificadas, as quais se empenham em assinar a carteira de trabalho de seus empregados e fazer um contrato de trabalho formal, também contratam os trabalhadores através dos gatos. Os cafeicultores e empreiteiros de

Esmeralda também costumam enfatizar que tem se tornado bastante difícil não registrar os trabalhadores, em função de uma rigorosa fiscalização do Ministério do Trabalho.

Em abril, maio, como os grãos ainda não estão muito maduros, leva-se mais tempo para tirá-los do pé, já que ainda estão duros para serem puxados. Nos meses de setembro e outubro, com o processo de maturação já completo, torna-se mais rápido e fácil colher o café, aumentando o rendimento dos trabalhadores. Por esta razão, no final da colheita, os cafeicultores procuram manter o preço da saca o mais baixo possível, para que os safristas não ganhem muito dinheiro. Como me informou um fazendeiro, o gasto com empregados não pode ultrapassar 12% da sua receita.

Depois de colhido, o café é levado para o terreirão, espaço que pode ser de terra ou de cimento, onde é depositado e espalhado para a secagem. Os grãos precisam ser revirados por vários dias para que sequem uniformemente sob a ação do vento e do sol. Isto pode ser feito manualmente com uma espécie de rodo ou com essa mesma ferramenta acoplada a um trator ou motocicleta. No fim do dia, os grãos são cobertos com um plástico para evitar a umidade provocada pelo sereno ou pelas chuvas.

“Cada lavoura de café tem um preço diferente. Enquanto umas (referindo-se à saca de café) valem R\$2,00, outras podem valer R\$10,00”, como explicou um trabalhador. Algumas fazendas maiores fazem, inclusive, uma espécie de teste. Elas colocam seus empregados que trabalham no cultivo de outros gêneros para colher o café, como numa prévia da colheita. O valor pago por saca ao trabalhador contratado para a safra será o resultado desse cuidadoso cálculo que envolve a qualidade do café, o tempo necessário para colhê-lo, os custos com a mão de obra, entre outros fatores de mercado.

Como me explicaram alguns trabalhadores, quando a colheita é lucrativa para os produtores, ela é pouco rentável para os trabalhadores, assim como o inverso é verdadeiro. Esse processo do estabelecimento do preço da saca de café é porque os trabalhadores percebem o lucro como sendo inversamente proporcional entre eles e os patrões, nunca ficou evidente para mim ao longo do campo.

É o gato quem negocia o preço da saca de café com o patrão. Quando os trabalhadores estão insatisfeitos com o salário, eles param de trabalhar, sentam no carreador e esperam uma nova negociação. Essa interrupção do trabalho por algumas horas (nunca chega a um dia) para pressionar os fazendeiros a aumentar o preço pago pelo café, é chamada de greve.

A decisão em fazer a greve parte do próprio grupo envolvido na colheita. Nas fazendas, onde há gatos ou outros intermediários, são estes os primeiros a serem comunicados da interrupção do trabalho à espera de aumento. Depois de tomarem conhecimento da greve, os gatos fazem a negociação entre a oferta dos patrões e a demanda dos trabalhadores, até que se chegue a um novo acordo sobre a remuneração. Assim que o valor da saca sobe, os trabalhadores retomam o trabalho.

Quando se aproximam o fim do ano e a temporada chuvosa, aumenta o poder de negociação dos trabalhadores, pois é preciso colher todo o café antes do início das chuvas. Dessa maneira, os produtores aceitam subir o preço da saca, evitando greves constantes e o conseqüente atraso no término da colheita.

Embora as greves tenham sido narradas por alguns trabalhadores, esse tema pouco apareceu na maioria das conversas que tivemos.

Em outubro, novembro, começa a florada. Essa é a época de adubar, colocar agrotóxico e irrigar os cafezais. Embora a colheita de café tenha um “ano bom” seguido por um “ano ruim” e assim sucessivamente, como me foi descrito (a safra costuma ser maior em anos alternados), os pés novos podem ser produtivos por anos consecutivos.

Na entressafra, os trabalhadores recebem por dia de trabalho, ou seja, por diária. Estas atividades são consideradas um “serviço pesado” e muito desgastante fisicamente devido ao uso da enxada, e menos rentável, pois se ganha um valor fixo – em média R\$20,00 ou R\$25,00 por dia. Do contrário, o trabalho por empreita, quando se ganha por produção, como no caso da colheita, é considerado mais lucrativo⁶.

6 Segundo Silva (1999), o salário por empreita ou por produção revela-se mais lucrativo para o fazendeiro, já que a intensidade do trabalho depende unicamente do trabalhador,

Nas fazendas onde se trabalha com gatos, são eles que fazem o pagamento. Nas pequenas propriedades, os donos remuneram diretamente os trabalhadores. A remuneração costuma ser mensal, mas há locais onde os trabalhadores recebem a cada quinze dias ou até mesmo semanalmente. Muitos preferem receber apenas no final do mês, para que não desperdicem o dinheiro com bebidas ou prostitutas.

Em nossas conversas no abrigo do sindicato, os trabalhadores se preocupavam em me explicar cada movimento da colheita, que pode ser feita manualmente ou através do uso de colheitadeiras. Roberto começou por me descrever o rastelo:

Deixa eu explicar o rastelo... O café quando ele fica seco, ele cai no chão. E o chão fica apanhado de café, aí pra poder o café não perder, tem o rastelo. Se o café for muito grande o pé, aí tem que puxar para um lado e puxar para o outro. Por isso que é bom trabalhar de baião, de duas pessoas, porque aí um puxa para um lado e o outro puxa pro outro.

Usa-se o rastelo quando o café amadurece demais e cai no chão. Ao cair, ele mistura-se com terra, folhas e galhos, sendo necessário abaná-lo para livrá-lo dessas impurezas. Se o pé de café for alto, é preciso usar uma escada para colher. Caso contrário:

Se o café for pequeno, você pode puxar tudo para um lado só. Aí você faz aquela raminha, bate as folhas, bota aquelas folhas fora e passa na peneira (Roberto).

Quando se usa o rastelo, é preciso peneirar o café; o café “do rapa”, pegado diretamente com as mãos, não é preciso passar na peneira:

reforçando as diferenças de habilidade, preparo físico e disposição, despertando hierarquizações e concorrências através da definição do “bom trabalhador”, produtivo e ágil, e do “mau trabalhador”, preguiçoso e inábil.

Eu estou falando do rastelo, esse que você passa na peneira. O café que você pega no rapa, não precisa da peneira. Você só abana as folhas. O rastelo tem que peneirar, é esse que a máquina deixa cair no chão (Roberto).

Sobre a forma de colher, Manoel crê que é mais fácil “colher no pano”. Este é estendido embaixo do pé e nele se depositam os grãos colhidos. Os trabalhadores precisam apenas limpar as folhas que caem junto com o café. Quando se usa o pano, pode-se colher de duas formas: batendo com uma pequena vara nos galhos do pé de café para que os grãos caíam ou puxando-os com as mãos. Esta segunda forma é considerada menos trabalhosa por alguns; no entanto, muitos preferem “bater no pé”.

Ganhar dinheiro na colheita também depende da rua e do pé de café; é preciso ter sorte. Se o pé estiver carregado e os grãos estiverem bons de serem puxados, pode-se colher muito:

Posso explicar mais claramente? Porque tem rua... É que nem mina de ouro. Essa rua de café está boa demais. Às vezes o cara está colhendo muito café... E o outro pobre coitado que está perto de você não tem nada. Pode dar sorte e a colhedeira pode dar defeito (Roberto).

Os grãos deixados pelas colhedeiiras é o café do repasse. A colheita mecanizada é feita apenas nos cafezais mais antigos. No entanto, quando a máquina quebra, como na situação colocada por Roberto, ou para colher o que a máquina deixou nos pés, os trabalhadores são requeridos para complementar o trabalho.

Os trabalhadores não gostam quando são obrigados a rastelar uma rua inteira e não encontram nem um grão. Por outro lado, os fazendeiros não gostam que bata no pé de café porque isso o estraga. Os cafeicultores só mandam fazê-lo quando o pé está morrendo e será cortado. O melhor café tem que ser tirado com as mãos.

O pano tem de ser colocado bem próximo ao pé de café, para que o colhedor não derrube muitos grãos na terra. Se o pano estiver distante

do pé, maior será a quantidade de café no chão, diminuindo a quantidade colhida por saco. Roberto complementou a explicação:

Vai ser ruim para aquele que está no rapa e vai ser bom para aquele que está no rastelo, porque ele vai colher aquele café que caiu no chão. Vai ser lucro para o que vai rastelar. Porque não necessariamente você vai rastelar a rua em que você colheu.

Há sempre um fiscal para verificar o trabalho dos apanhadores de café. Este fiscal pode ser o fazendeiro, o gato ou alguém contratado somente para esta tarefa. Caso seja encontrado algum grão de café no chão (e sempre se encontra, já que é impossível não deixar algum) o fiscal ordena que os trabalhadores voltem e recolham os grãos que restaram. Além da verificação diária, depois de uma ou duas semanas, o fiscal verifica novamente as ruas nas quais cada trabalhador colheu.

A Fazenda Santa Marta foi uma das poucas propriedades em que estive. Fui levada para conhecê-la por Erick, um dos gatos com os quais tive contato. Ela tem 40 hectares e em meados de maio a colheita em seu cafezal ainda não havia começado. Havia 39 trabalhadores empregados na diária, entre os quais a maioria era mulher. Erick preferia contratar mulheres, pois as considerava mais dedicadas e responsáveis, embora admitisse que o trabalho fosse muito pesado e pouco rentável para uma mulher.

Erick caminhou comigo pela plantação de café, mostrando-me os pés, os brotos que seriam arrancados e o mato a ser tirado. Explicou-me que os grãos da parte superior dos arbustos amadurecem primeiro porque pegam mais sol e que a safra em 2008 traria prejuízo aos produtores, pois a lavoura não estava de boa qualidade. Este gato presenteou-me com alguns grãos e uma “vara” do pé de café.

O dono da fazenda observava o trabalho dos diaristas, fato que me parece corrente em fazendas menores. Todos os trabalhadores usavam boné, luvas e botas. Entretanto, nenhum desses materiais era do tipo adequado ao trabalho na lavoura. O próprio Erick fez essa obser-

vação e apontou uma moça que usava uma grossa galocha de borracha. Ele mencionou que em algumas fazendas é proibido trabalhar sem o equipamento correto.

Em torno de um mês depois, esse mesmo gato levou-me à chá-cara de um primo seu para quem estava trabalhando com um grupo de safristas. Fui em seu ônibus, junto com os boias-frias.

Cheguei às 4 horas e 45 minutos da manhã em sua casa. Estava do lado de fora do portão, aguardando alguma movimentação, quando notei duas moças sentadas do outro lado da calçada e percebi que eram duas trabalhadoras rurais, que aguardavam o gato sair com seu ônibus.

Uma delas era Elisa, namorada de Erick. Ela se recordou de quando eu havia ido ver o trabalho dos diaristas na Fazenda Santa Marta.

A outra trabalhadora chamava-se Irene. Ela saiu com o marido e os dois filhos do Paraná há dez anos para morar em Esmeralda. Um de seus filhos morreu aos 16 anos. O outro tem 29 anos, é casado, trabalha com informática e também mora em Esmeralda. Por algum tempo, seu marido ia todos os anos trabalhar na *panha* de café no Alto Paranaíba, até que decidiram mudar-se em definitivo para a região. Apesar de colher café há cinco anos, Irene não se acha uma boa apanhadora, por ter pouca resistência física. Seu marido, além de dirigir o ônibus de Erick, também ajuda na colheita.

Por volta de cinco e meia da manhã, Erick abriu os portões de sua casa e saiu com o ônibus. Eu, Irene e Elisa, que haviam decidido cuidar de mim no trajeto até a fazenda, entramos. Elisa falou para eu me sentar ao lado de Irene para que ela me protegesse, se houvesse algum problema. Elas disseram que como não havia assentos suficientes, muitos trabalhadores brigavam para irem sentados. Mas neste dia o ônibus estava vazio e sobraram muitos lugares. Irene me explicou que vários safristas abandonaram aquela colheita, por causa da baixa remuneração.

Erick morava no bairro Via Férrea, de onde seguiu para o bairro Monte Azul. Ele parou em diversos pontos nos quais era aguardado pelos trabalhadores.

Chegamos à fazenda aproximadamente às seis horas. Antes de começar o trabalho, os safristas abriram suas marmitas para tomar café. Elisa me serviu um pouco do seu, a pedido de Erick.

Os trabalhadores terminaram o jejum e começaram o trabalho. Erick levou-me para conhecer Leonardo, o dono da propriedade, que naquele momento tirava leite de suas vacas. Este fazendeiro é um dos diretores da cooperativa dos produtores de leite de Esmeralda.

Leonardo tinha aproximadamente 40 anos. Nasceu e viveu toda a sua vida em Esmeralda, assim como sua esposa. Ele herdou esta fazenda que tem 41 mil pés de café de seu pai, cujas terras foram divididas entre os sete irmãos. Leonardo foi muito solícito, e disse que caso eu precisasse de algo ou de alguma informação, ele estaria a minha disposição. Ele também me convidou para ir a sua casa, pois queria me apresentar a sua filha para que ela pudesse me fazer companhia e me levar às festas dos jovens de Esmeralda.

Após a conversa com o fazendeiro, juntei-me aos trabalhadores para observá-los em seu trabalho. As mulheres eram a maioria entre os safristas. Elisa chamou-me para ensinar-me a colher café. Pouco depois, ela e Irene pediram que eu parasse. Elas temiam que, sem luvas, eu pudesse machucar minhas mãos desabitadas ao trabalho na lavoura.

Enquanto colhíamos, um rapaz de moto chegou ao cafezal procurando por uma trabalhadora. Ele havia ido buscá-la porque o marido dela havia sido preso por porte ilegal de arma.

Erick liberou-a para ir tirar o marido da delegacia. Depois, contou este episódio a vários outros trabalhadores. Isto gerou comentários de diversas ordens, e todos recriminaram o marido da trabalhadora em questão.

A expectativa de Erick era que em dez dias se colhesse todo o café. Em geral, este gato trabalha com fazendas menores, cuja colheita dura 15 ou 20 dias no máximo. O preço da saca, naquela época, estava cotado em R\$7,00. Os trabalhadores, oriundos do norte de Minas, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná e Sergipe, não tinham a carteira assinada e muitos não usavam o equipamento de proteção.

1.4.1 | A mecanização

De acordo com um dos diretores da associação dos cafeicultores de Esmeralda, este município é o maior produtor de café do Brasil, possuindo um dos processos produtivos mais sofisticados e modernos do mundo, com um índice de 90% de mecanização.

Entretanto, mesmo que uma grande quantidade de maquinaria seja utilizada, o trabalho manual ainda é largamente empregado. Uma das razões para a manutenção dos trabalhadores nas colheitas é o fato de não poder usar a colheitadeira nos pés mais novos, sob o risco de danificá-los ou quebrá-los.

A mecanização, como se perceberá nos próximos capítulos, está na pauta das discussões entre gatos e trabalhadores, já que a ela se atribui a diminuição da oferta de trabalho. O aluguel das colheitadeiras, cujo preço varia de R\$100,00 a R\$150,00 por hora, tem permitido que até cafeicultores de menor porte mecanizem a colheita. O uso crescente de máquinas na produção cafeeira, especialmente na safra, período em que mais se utiliza mão de obra, causa desemprego não somente entre os trabalhadores temporários, vindos de outras regiões, mas também entre os pequenos agricultores locais, posto que muitos trabalham na colheita para complementar a renda familiar (Ferreira e Ortega, 2004).

No entanto, na percepção de alguns empreiteiros e trabalhadores, a mecanização, ao mesmo tempo em que lhes tira o trabalho, se faz necessária para a colheita, pois acredita-se que somente a mão de obra manual não conseguiria colher todo o café da região.

A redução de custos e a possibilidade de livrar-se dos trabalhadores, da “dor de cabeça de mexer com gente” e das exigências da legislação trabalhista são os fatores que levam os cafeicultores a optar por mecanizar a produção. É preciso destacar ainda que a mecanização requer mão de obra que saiba operar máquinas e mecânicos para fazer manutenção e reparo, além de inaugurar o mercado de aluguel de máquinas agrícolas.

1.5 | OS TRABALHADORES E SEUS REPRESENTANTES: MEDIÇÃO E CONFLITO

1.5.1 | O Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda foi fundado em 1972. Os funcionários e lideranças do sindicato são, em sua maioria, pequenos proprietários ou assentados rurais da região. Seu público é composto principalmente por pequenos produtores rurais. De acordo com o que me informou uma funcionária, o sindicato possui 7.114 associados, divididos nas seguintes categorias: arrendatários, meeiros, assentados, parceiros, comodatários e proprietários. Há também os safristas, diaristas, os empregados fixos das fazendas e os pensionistas.

Segundo Giovana, a advogada da entidade, quem mantém o sindicato são os seus associados através do sistema de mensalidade ou do desconto confederativo. A mensalidade cobrada corresponde a 2% do salário mínimo, conforme definido na Convenção Coletiva.⁷ O desconto confederativo é feito sobre o salário dos que têm carteira de trabalho assinada.

A sede do sindicato fica em uma área administrativa, no centro de Esmeralda. No mesmo quarteirão encontram-se os prédios da associação dos cafeicultores e da Emater. No discurso de seus representantes, o sindicato “trabalha em prol dos trabalhadores, e é sua função protegê-los”. Sua proposta de trabalho preza pelo “diálogo com o patrão”. Quaisquer desacordos entre empregados e empregadores são “negociados através do diálogo”. Nos casos de denúncias de irregularidades das condições de trabalho nas fazendas feitas pelos trabalhadores, o sindicato nunca recorre primeiro ao Ministério do Trabalho. O procedimento consiste em avisar ao fazendeiro sobre a denúncia em questão e chamá-lo para uma conversa. De acordo com a Convenção, não se pode entrar na propriedade sem autorização do proprietário. Para Giovana, o descum-

⁷ A Convenção Coletiva do Trabalho é um acordo feito entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal que estabelece os termos das relações trabalhistas entre as partes, que devem ser respeitadas durante sua vigência de dois anos. Suas cláusulas não podem ferir direitos previstos na legislação instituída pelo Ministério do Trabalho.

primimento dos direitos dos trabalhadores se dá em virtude da falta de informação dos produtores, e não por má-fé. Para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda, as campanhas educativas promovidas entre os fazendeiros sobre como tratar os trabalhadores e respeitar os seus direitos, e o “diálogo com os patrões” na resolução de problemas, apresentam melhores resultados do que atos de enfrentamento direto.

Fazer crescer o índice de carteira assinada é um dos grandes objetivos do sindicato. Seus representantes fazem grande pressão entre trabalhadores e empregadores para que os primeiros trabalhem sempre registrados. Para os trabalhadores, os sindicalistas falam sobre os benefícios futuros de quem trabalhou a vida inteira de carteira assinada, como o direito à aposentadoria por tempo de trabalho ou por invalidez, quando se sofre acidentes de trabalho. Para os empregadores, eles destacam a importância de cumprir a legislação, evitando os riscos de serem multados pelo Ministério do Trabalho, no caso de uma visita surpresa, e de se tornarem produtores certificados, com a qualidade do café reconhecida.

Os representantes do sindicato sempre mencionavam as fazendas certificadas como a Fazenda São Pedro e uma conscientização dos produtores com relação às questões ambientais e sociais, enfatizando o papel fundamental do sindicato neste processo de defesa das leis referentes à proteção da natureza e dos direitos dos trabalhadores.

Para os trabalhadores, a obrigatoriedade de trabalhar fichado não significa necessariamente um privilégio. Muitos creem que antigamente, quando não havia uma pressão tão intensa do sindicato para que as fazendas só aceitassem empregar com a carteira de trabalho, era mais fácil conseguir emprego, sem tanta “burocracia”.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda procura sempre trabalhar em “regime de parceria”, como me explicou Giovana. O sindicato tem convênio com a Unimed, oferecendo plano de saúde mais barato para seus associados, e com a Receita Federal, para obter descontos fiscais para pequenos produtores. Seus associados também podem fazer compras no supermercado e na farmácia do sindicato, cujos produtos são vendidos a preço de custo.

1.5.2 | O Núcleo Trabalhista

O Ninter (Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista), de acordo com seus representantes, tem como objetivo resolver as questões trabalhistas entre fazendeiros e empregados para evitar que um grande número de casos chegue à Justiça do Trabalho, onerando-a. Esta entidade foi criada em 1994 por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda e região e do Sindicato Rural de Esmeralda, com o apoio da associação de cafeicultores de Esmeralda e da Justiça do Trabalho.

Giovana foi quem me levou pela primeira vez ao Núcleo. Fui apresentada a João Henrique, o conciliador indicado pelo Sindicato Rural; a Felisberto, o conciliador nomeado pelo Sindicato dos Trabalhadores; e a Camila, a secretária. Os conciliadores explicaram-me todo o funcionamento da entidade e convidaram-me para assistir às conciliações quando eu quisesse, destacando o seu caráter público.

Quando não há discordância em relação ao que deve ser pago após a rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador vai ao Núcleo somente para fazer o seu “acerto” e receber aquilo a que tem direito. Do contrário, o fazendeiro ou o próprio empregado recorre ao Ninter para solicitar a intervenção dos conciliadores, resolver o litígio e tentar uma conciliação.

1.5.3 | Os acertos

Conheci Josias no Ninter, onde ele havia ido para fazer o seu acerto. Ele era de Pirapora e mudou-se para Esmeralda em busca de emprego, pois sua cidade é “fraca de serviço”. Neste município, trabalhou durante sete anos na Fazenda Santa Rita, definida pelo trabalhador como “uma fazenda onde tudo é direitinho”. Durante os anos de trabalho nesta propriedade, Josias fez cursos oferecidos pela própria fazenda para aprender a operar um trator e a trabalhar com agrotóxico.⁸

⁸ Novaes (2007) chama atenção para o empenho dos usineiros do interior de São Paulo em aumentar o nível de escolaridade e qualificação daqueles considerados melhores

Segundo este trabalhador, o gerente que está na fazenda há um ano não gosta dele e por isso o demitiu. Na documentação que Josias portava, lia-se “Despedido sem justa causa”. Outros empregados antigos da Fazenda Santa Rita também foram despedidos no mesmo período.

Josias era um funcionário fixo e residia dentro da fazenda. Depois da demissão, foi morar na casa de um “compadre”. Com o dinheiro da indenização pretendia comprar uma “meia-água” para morar com a família no bairro Monte Azul, mas o conciliador trabalhista o aconselhou a não fazê-lo, porque achava que: “No Monte Azul é muito ruim”. Josias tem quatro filhos, todos nascidos em Esmeralda. Sua esposa também é de Pirapora.

Este trabalhador receberia uma indenização de cerca de R\$10 mil e o seguro-desemprego durante quatro meses no valor de R\$660,00. Ele iria trabalhar na colheita do café, de preferência sem ser fichado⁹ para permanecer recebendo o seguro.

Josias falou sobre o alcoolismo entre os trabalhadores e sobre as brigas causadas por causa do alto índice de ingestão de bebidas alcoólicas. Ele afirmou que não bebia, mas: “Tem peão que bebe muito”. Josias acreditava que por essa razão os proprietários não querem mais alugar seus empregados nas fazendas.

Depois de conversar com Josias, me aproximei de João Henrique, que me contou sobre três trabalhadores que estavam do lado de fora do Ninter. Eles tinham vindo de outras regiões para colher café. Estavam na rodoviária quando passou um fazendeiro e os levou para trabalhar em sua fazenda, onde trabalharam por 10 dias e se demitiram. Procuraram o Núcleo alegando que as condições do alojamento e o preço cobrado pelas refeições não eram adequados. Os conciliadores os orientaram a procurar o Ministério do Trabalho. João Henrique não

trabalhadores, oferecendo-lhes a possibilidade de fazer cursos e serem remanejados para outros setores da empresa, como no caso de Josias.

⁹ “Fichar” e “registrar” são sinônimos para assinar a carteira de trabalho. Em seu trabalho sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco, Sigaud (1979) revela a distinção entre os trabalhadores “clandestinos” e os “fichados”. Os primeiros se caracterizam por não ter sua situação de trabalho regularizada, enquanto os segundos trabalham com carteira assinada.

disse o nome do proprietário desta fazenda, mas mencionou que ele sempre cria problemas com os trabalhadores. Já tentou convencê-lo a cumprir as normas trabalhistas, mas o tal cafeicultor nunca adotou suas instruções. O conciliador crê que somente após ser multado ele mudará sua maneira de tratar seus empregados.

1.5.4 | A conciliação

Durante todo o trabalho de campo, só consegui assistir à conciliação de Mara, de 26 anos. Ela havia sido demitida da Fazenda São José, onde trabalhou de 19 de maio a 5 de junho de 2008. Em 2007, ela também havia trabalhado nessa mesma fazenda, por dois meses. Segundo a moça, ela foi despedida por causa do excesso de faltas pelo atual gerente, a quem considera muito ruim. Ora ela atribuía ao gerente a responsabilidade por ter sido mandada embora, ora culpava a gata, de quem se queixou bastante. No dia em que Mara foi demitida, a empreiteira não a deixou voltar para a cidade no ônibus dos trabalhadores e ela teve que pedir carona para sair da fazenda. Quando retornou para receber o que lhe era devido após sua demissão, a gata recebeu-a muito mal, dizendo-lhe inúmeros palavrões.

Mara vive em uma pequena cidade vizinha à Esmeralda desde criança, mas é do norte de Minas. Toda a família – ela, a mãe, o pai e os irmãos – mudou-se para a região do Alto Paranaíba buscando melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Todos “trabalham em lavoura”, conforme definiu.

Esta jovem vive em um bairro bem pobre de Esmeralda com seus dois filhos, uma menina de 6 anos e um menino de 2. Mara está grávida de quatro meses. Apenas o menino e o bebê são filhos do mesmo pai. Seu companheiro (embora ela não se considere casada) está em Patos de Minas trabalhando e todo mês lhe envia algum dinheiro.

Quando foi despedida, Mara trabalhava na diária. Ela não gosta deste trabalho, pois o considera pesado e pouco rentável. Para trabalhar na enxada durante todo o dia, Mara ganhava apenas R\$13,50. Agora, ela iria trabalhar em lavouras de feijão em sua cidade, pois em Esme-

ralda ninguém aceitaria empregar uma mulher grávida. Mesmo assim, ela acreditava que só conseguiria empregar-se sem carteira assinada.

Mara trabalhou colhendo milho e como doméstica no município onde mora. Este último emprego, ela também considera muito penoso. Segundo essa moça, as domésticas da cidade ganham R\$100,00 por mês e não são registradas. Ela acha que para ganhar algum dinheiro, “pobre tem que trabalhar para pobre, pois pobre paga melhor do que rico”.

A trabalhadora demitida procurara o Núcleo porque havia uma discordância entre o que o patrão queria pagar-lhe e o que ela achava que devia receber. De acordo com João Henrique, um dos conciliadores, o fazendeiro queria apenas pagar-lhe o saldo salário, ou o valor referente aos dias trabalhados na diária (15 dias x R\$13,50, somando R\$202,50), os sábados e o salário-família, cujos valores correspondiam a R\$8,00 cada.

Além disso, a moça reivindicava uma indenização de 50% sobre o tempo restante de trabalho até o fim da safra, que somaria um valor de aproximadamente R\$500,00, e uma multa por ter sido despedida sem aviso-prévio, correspondente a um pouco mais de R\$400,00.

Segundo João Henrique, Mara pôde ser mandada embora grávida porque seu contrato era por tempo determinado.

Na sala da conciliação estavam presentes Bernardo, encarregado do Departamento de Pessoal da fazenda, e Mara, ambos sentados do mesmo lado da mesa. Do outro, estavam os conciliadores e eu, a convite deles.

João Henrique explicou a Bernardo que seria necessário pagar a indenização de 50% sobre o restante do tempo suposto para o fim da safra, pois o item do contrato que não previa o pagamento desse valor não tinha validade legal, e se o caso fosse parar na justiça, nenhum juiz reconheceria aquela cláusula. No caso dos contratos de diaristas e safristas, o valor dessa indenização é calculado a partir de uma estimativa do tempo de duração do trabalho. O cálculo foi feito tendo como base a suposição de Bernardo de que o trabalho na fazenda renderia apenas mais dois meses, sendo finalizado em agosto.

Esperei que esse prazo estipulado pelo representante do fazendeiro fosse contestado por Felisberto ou por Mara, afinal quanto menor o tempo restante suposto para o fim do trabalho, menor seria o valor pago à trabalhadora. Mas não houve contestação.

O conciliador do sindicato patronal afirmou que Mara não deveria receber a multa de R\$400,00 por ser despedida sem aviso-prévio. De acordo com o seu argumento, ela teria dez dias a contar da data em que foi mandada embora para receber esse dinheiro na fazenda. A moça explicou que foi duas vezes tentar recebê-lo; Bernardo a desmentiu.

Se todas essas indenizações fossem pagas a Mara, ela teria recebido R\$1.021,00, com desconto de R\$4,17 de INSS e R\$13,00 pela contribuição sindical. Subtraindo a multa do aviso-prévio, ela receberia R\$690,00, valor recusado pela trabalhadora.

Em virtude da resistência de Mara, Bernardo e João Henrique deixaram a sala para ligar para o fazendeiro. Eles voltaram poucos minutos depois propondo um acordo de R\$700,00. Visivelmente, a moça não sabia o que resolver. Mara disse que queria pensar. Bernardo e João Henrique foram tomar um café para deixá-la decidir.

Ficamos somente eu, Mara e Felisberto. Felisberto aconselhou-a a aceitar o acordo, argumentando que se ela levasse o caso para justiça, nenhum juiz lhe daria ganho de causa e o processo poderia demorar um ano. Por fim, Felisberto achava R\$700,00 uma ótima quantia. Ele chamou João Henrique e Bernardo, e Mara aceitou o acordo.

Felisberto conseguiu com Bernardo que ela recebesse uma parte de sua indenização naquele dia, pois Mara tinha ido de carona a Esmeralda porque estava sem dinheiro para a passagem de ônibus. Ela ainda voltaria no dia seguinte para pegar o restante do pagamento.

Mara tinha pressa em voltar a sua cidade, pois precisava pegar os filhos na saída da escola. Quando está trabalhando, ela paga uma moça para cuidar dos meninos no período da manhã, antes de eles irem para a aula.

A jovem trabalhadora despedida é uma moça negra e me pareceu quase analfabeta. Na conciliação, estava muito constrangida. Ela ficou todo o tempo com a cabeça baixa, deitada sobre os braços apoiados na mesa.

1.6 | VISITANDO AS FAZENDAS COM O SINDICATO DOS TRABALHADORES

1.6.1 | Os acordos

Em meados de maio de 2008, eu e outros pesquisadores da equipe acompanhamos Giovana à Fazenda Santo Antonio, onde ela faria um acordo entre o patrão e os safristas. Até então, eu ainda não havia ouvido falar desta fazenda. Posteriormente, quando passei a frequentar o abrigo dos trabalhadores e a conversar com eles na rodoviária é que passei a conhecer suas histórias.

Chegamos à Fazenda Santo Antonio por volta das 17 horas. Fomos primeiro a uma espécie de sede administrativa. Do lado de fora, se concentravam muitos apanhadores de café, entre os quais se notava a presença de muitas mulheres. Havia um ônibus estacionado para levá-los de volta à cidade. Dali, fomos conduzidos ao local onde estavam os trabalhadores alojados.

O acordo aconteceu próximo ao alojamento, situado ao lado da residência do gato, o João da Bica. Nessa casa moravam sua esposa, uma filha e seus netos. O gerente da fazenda também estava presente. Os trabalhadores, aproximadamente uns 40 homens, tomavam banho e se preparavam para jantar. Giovana se posicionou atrás de uma mesa grande, assim como o gato e o gerente.

A advogada explicou-lhes que o valor bruto da saca eram R\$2,50, com os direitos incluídos – 13º salário, INSS, férias e contribuição sindical. O valor líquido da saca era R\$1,80. Ao ouvirem isso, os protestos entre os trabalhadores foram muitos. O gato e o gerente pediam silêncio a todo o momento para que Giovana pudesse falar. Muitos trabalhadores também pediam aos colegas que reclamavam que ficassem quietos, argumentando que primeiro era preciso ouvir para depois reivindicar.

O acordo consistia em a advogada explicar aos trabalhadores as condições nas quais trabalhariam, o quanto ganhariam, o valor dos seus direitos. Ela enfatizou que o sindicato não negocia os salários; essa questão é resolvida apenas entre o patrão, o gato e os safristas.

Finalizado o acordo, me aproximei de alguns trabalhadores. Eles tinham vindo de Manga, no norte de Minas Gerais, em uma Kombi

com mais 15 homens para trabalhar na Fazenda Santo Antonio. O gato havia ido buscá-los. A maioria se conhecia apenas de vista, e havia ido à Esmeralda porque sua cidade é “fraca de serviço”.

Guilherme vende cerveja nas festas públicas de Manga e já cortou cana no interior de São Paulo, o que considera “o pior trabalho que tem”. Segundo ele, os alojamentos das fazendas de cana são muito ruins e a marmitta é fria. Guilherme também relatou casos de morte entre trabalhadores canavieiros e falou sobre as intensas câimbras que os derribam ao chão, em função do grande desgaste físico. Ele disse que na Fazenda Santo Antonio, ao menos são servidas refeições quentes.

Os pais e irmãos de Guilherme vivem em Manga. Ele tem 26 anos, é solteiro e sem filhos. Era a terceira vez que ia a Esmeralda para colher café.

Daniel tem familiares em São Paulo, onde trabalhou de empacotador em um supermercado. Tem 19 anos, é solteiro e sem filhos. Era a primeira vez que colhia café.

A irmã de Francisco mora no centro de Esmeralda. Era a segunda vez que ele trabalhava na colheita do café. A primeira foi em 1997. Francisco é casado e tem quatro filhos. Ele contou que quase não conseguiu ir a Esmeralda, pois um de seus filhos menores agarrou em suas pernas e pediu a ele que não viajasse.

Antonio, de 40 anos, trabalharia pela primeira vez nos cafezais. Ele estava apreensivo de não conseguir colher o bastante para ganhar algum dinheiro para mandar para a família.

Esses trabalhadores estavam temerosos de andar em Esmeralda, pois consideravam a cidade muito violenta e tinham medo de serem assaltados. Segundo esses jovens, para subir o preço da saca de café, os empregados da Fazenda Santo Antonio iam fazer greve.

A conversa com esses trabalhadores de Manga também girou em torno de acidentes de automóveis nas estradas. Na ida para Esmeralda, Guilherme ficou preocupado com o motorista da Kombi que os levou à fazenda, pois ele estava há mais de uma noite sem dormir.

Apesar da ocasião tensa, não tive nenhuma dificuldade para me aproximar desses trabalhadores. Outros contratados para trabalhar nesta fazenda eram oriundos do Maranhão, da Paraíba e do Ceará.

O segundo acordo que presenciei, a convite de Giovana, aconteceu na Fazenda Campo Alegre situada em um pequeno município próximo a Esmeralda. Esta fazenda é do grupo Matias, pertencente a um paulista.

Todo o processo de produção das fazendas Matias é mecanizado. O café ainda é a lavoura que mais emprega trabalhadores, já que as colheitadeiras somente podem ser usadas nos pés mais antigos, pois danificam e quebram os mais novos. A Fazenda Campo Alegre tem um milhão de pés de café e 50% de sua colheita é mecanizada. Em 2008 foram contratados apenas 80 safristas para o trabalho nos cafezais.

A colheita havia começado e os trabalhadores apanhavam café. O carro no qual estávamos, eu, Giovana, Antenor (o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local) e um fiscal da fazenda, parou em uma pequena estrada de terra no meio das lavouras.

Enquanto os sindicalistas conversavam com o gerente da propriedade, me aproximei de César, um safrista. Após ter lhe explicado rapidamente quem eu era, para puxar assunto, perguntei-lhe quantas sacas de café ele colhia por dia. César respondeu que se o trabalho rendesse bem, ele conseguia 12 sacas.

Em seguida, um fiscal apareceu e começou a fazer algumas anotações. César, que havia ficado apreensivo com a minha questão, perguntou ao fiscal se havia alguma exigência com relação a uma quantidade mínima de sacas a serem colhidas por dia por cada trabalhador. Esperei o fiscal se afastar e tornei a explicar a ele que eu não trabalhava para o fazendeiro e nem para o sindicato, e só havia feito aquela pergunta por curiosidade.

César nasceu em Luís Gomes, um município potiguar, e tem 68 anos. Separou-se da primeira mulher, com quem teve quatro filhos. Como ficou bastante abalado com o término do primeiro casamento, decidiu sair da cidade e ir para Irecê, onde casou-se novamente. Embora tenha fixado sua residência neste local, passa boa parte do ano viajando em busca de trabalho.

Este senhor vai todos os anos a Esmeralda colher café. Em 2007, trabalhou na fazenda de Carlos Heitor, um dos maiores cafeicultores da região. No nordeste, César costuma trabalhar com pesca e é aposentado da Polícia Militar.

César tem irmãos e outros familiares em Luís Gomes, para os quais sempre liga para dar notícias e quando pode vai visitá-los. Seus filhos moram todos em São Paulo.

Em seguida a esta conversa, me reaproximei do grupo no qual estava Giovana e ouvi o gerente pedindo a Antenor que convencesse os trabalhadores a usarem o material de proteção. Ao avistar-me, a advogada do sindicato me apresentou ao funcionário da fazenda. Quando falei que fazia um estudo sobre a vida dos trabalhadores rurais, ele disse que eu também deveria me interessar pelo cotidiano dos produtores, “para ver como eles sofrem”.

Por fim, os trabalhadores foram reunidos para ouvir o acordo que seria feito ali mesmo, na pequena estrada de terra. Quase todos reclamaram por ter o trabalho interrompido, pois estavam perdendo tempo e dinheiro. Um semicírculo foi formado em volta de Giovana, Antenor e do gerente da fazenda.

O presidente do sindicato foi quem primeiro falou. Ele enfatizou a importância de os trabalhadores serem sindicalizados, e que embora todos falem “o sindicato do Antenor”, o sindicato pertence a todos os trabalhadores.

Antenor também destacou que era imperativo o uso do EPI, pois caso aparecesse algum fiscal do Ministério do Trabalho, o fazendeiro seria multado. Ele também repreendeu os trabalhadores que tinham um pano ou um boné comum na cabeça, ao invés de usarem o conhecido “boné árabe”, que, com sua aba comprida para proteger a nuca, é mais apropriado para o trabalho sob o sol. O sindicalista os advertiu que se fossem vistos por três vezes sem o equipamento de proteção, seriam demitidos por justa causa.

Giovana iniciou o acordo. A fazenda estava pagando R\$3,80 por saca. Com os direitos, este valor chegava a R\$4,50. A advogada explicou-lhes o significado da contribuição para o INSS, os benefícios de trabalhar de carteira assinada e as leis referentes à aposentadoria.

Em outros momentos, Giovana já havia me falado que muitos trabalhadores não gostam de ser registrados em trabalhos de períodos curtos, pois creem que isso “suja” a carteira. Eles supõem que um futuro empregador pode julgá-los mal por terem sido contratados por tão pouco

tempo. Quando posteriormente entrevistei o gato Tarcísio, ele confirmou essa perspectiva, reclamando das leis que obrigam o fazendeiro a assinar sempre a carteira de trabalho, *prejudicando* o trabalhador.

A discussão sobre o direito à previdência foi bem demorada e suscitou muitas questões entre os trabalhadores. Em outras situações, igualmente ficou nítido o grande interesse deles nesta temática.

Giovana também lhes informou que o custo do equipamento de proteção seria descontado de seus salários. De forma diferente da Fazenda Santo Antonio, a Fazenda Campo Alegre não oferece alojamento e não vende as refeições para os seus empregados. Há um ônibus para transportar os trabalhadores até a cidade e eles trazem as marmitas de suas casas.

A situação do acordo foi muito parecida com a que presenciei na Fazenda Santo Antonio. Enquanto a advogada falava, explicando o que ganhariam e o que teriam de pagar, durante todo o tempo os safristas reclamavam entre si e ironizavam os sindicalistas e o gerente da propriedade. Eles repetiam que o trabalhador rural estava “ferrado” e que ficaria cada vez mais pobre. Quando Giovana mencionou o quanto eles ganhariam por saca de café, uma moça gritou que com aquele preço, até o final da colheita não ia ficar ninguém. César, o trabalhador do Rio Grande do Norte, que estava próximo, disse para ela ficar quieta, pois ela não podia falar isso “ali”, na frente de “deles”.

Giovana convidou os safristas presentes para participarem de um encontro dos trabalhadores rurais organizado pelo sindicato local que aconteceria em breve. Ela informou que haveria atendimento gratuito de médicos e dentistas, sorteio de prêmios, café da manhã, almoço e lanche. Outra moça falou que só compareceria para comer de graça, provocando muitas risadas entre os trabalhadores a sua volta. No evento, pude perceber que foi muito baixo o comparecimento dos trabalhadores “de fora”.

César não ficou até o final do acordo. Voltou a colher café. Novamente, fui conversar com ele. Perguntei o que ele havia achado do preço da saca. César respondeu que a maioria dos trabalhadores se contenta com pouco, quer apenas ter algo para comer, mas ele não pensa assim. Ele acredita que todos têm direito a uma vida melhor.

Alguns funcionários do sindicato, com os quais tive uma proximidade maior durante o trabalho de campo, colocaram sua discordância em relação a muitas determinações do Ministério do Trabalho. Para eles, há excessivo rigor nas exigências a serem cumpridas pelos proprietários em relação às condições dos alojamentos e das refeições vendidas pela fazenda. Se em suas próprias casas os trabalhadores não possuem conforto e uma alimentação balanceada, para aqueles sindicalistas não faz sentido exigir dos empregadores a obrigação de proporcionar tais “privilégios” aos seus empregados.

1.6.2 | Os alojamentos¹⁰

Nesta mesma tarde, quando chegamos a Esmeralda, perguntei a Giovana se ela conseguiria autorização de alguns produtores para que eu conhecesse os alojamentos de suas fazendas. Fomos até o sindicato e ela ligou para os gerentes das fazendas de Lorenzo Esmarini e de Carlos Heitor, dois cafeicultores conhecidos. Apenas o primeiro consentiu que eu visitasse sua propriedade.

No início da noite, a advogada me levou à fazenda de Esmarini, situada a dois quilômetros do centro da cidade. Fomos recebidas pelo dono e sua esposa.

A propriedade visitada tem 184 mil pés de café e dois empregados fixos, ambos paranaenses.

Após uma breve apresentação, Lorenzo Esmarini pediu a Fabiano, um de seus empregados fixos, que me acompanhasse até os alojamentos. Giovana preferiu ficar na casa do fazendeiro. Ela disse que os trabalhadores não deveriam nos ver juntas, pois se me identificassem com o sindicato, isso prejudicaria meu contato com eles.

Até o dia em que estive na fazenda, 30 safristas haviam sido contratados para a *panha* de café, mas apenas 13 estavam alojados. O res-

10 Menezes (2002), que teve a possibilidade de frequentar os alojamentos das usinas de cana nas quais desenvolveu sua pesquisa, apresenta uma valiosa descrição sobre a constituição das redes sociais nos alojamentos de trabalhadores.

tante morava na cidade e se deslocava todos os dias até a fazenda para trabalhar.

Os alojamentos da propriedade de Lorenzo Esmarini são várias casas minúsculas, relativamente distantes uma da outra. Pude entrar em apenas um. Os cômodos eram bem pequeninos. No primeiro, havia um beliche, uma pia e um fogão. Este “quarto” era separado dos outros por uma pequena área externa. Do outro lado, havia mais dois cômodos. Em um deles havia um beliche com uma das camas sem colchão. No último, havia mais três beliches e uma televisão trazida pelos próprios trabalhadores. As camas ficavam muito próximas umas das outras, de forma que não havia espaço para caminhar entre elas. Havia também um banheiro com chuveiro elétrico.

Neste alojamento, viviam sete pessoas da mesma família, procedente de São João da Ponte, no norte de Minas Gerais. Eram seis homens, cujas idades variavam entre 20 e 60 anos, e uma mulher bem jovem. Apesar de terem sido educados, se mostraram muito desconfiados. Contudo, permitiram que eu gravasse nossa conversa.

Joaquim tem 60 anos e há 14 anos trabalha nos cafezais de Esmeralda, para onde se mudou há 12 anos. Ele mora com sua esposa em uma casa no Monte Azul. Joaquim possui um terreno em sua cidade natal, onde vivem alguns de seus onze filhos que cuidam de sua pequena plantação de milho, feijão, mandioca, banana e de sua horta. Sua esposa já se aposentou, e ele pretende voltar para o norte de Minas para aposentar-se também. Joaquim teve sua carteira de trabalho assinada somente quando passou a trabalhar nos cafezais de Esmeralda. Esse senhor trabalha há três anos na fazenda da família Esmarini, tendo “falhado” (deixado de trabalhar) apenas por um ano. Há um gato que vai a sua cidade buscar “turmas” para a colheita do café. Segundo Joaquim, muitas pessoas saem de sua região porque lá “é devagar pra serviço”.

Marina, sua sobrinha, a única mulher deste alojamento, tem 20 anos. Há dois anos ela colhe café e considera este trabalho “muito pesado”. No norte de Minas, ela não trabalhava. Quando conversamos, Marina estava há um mês morando em Esmeralda. Antes do início da safra, ela estava trabalhando como faxineira em uma padaria.

Cláudio, o seu noivo, também estava alojado. Ele tem 19 anos e trabalha há quatro anos no café. Em sua casa em São João da Ponte, sua família planta milho e feijão. Cláudio contou que muitas outras pessoas saem de sua cidade para ir a Esmeralda colher café, pois lá “não tem serviço”. Com o dinheiro que ganham nos cafezais, seus conterrâneos costumam construir casas, comprar motos e cabeças de gado.

Quando eu me despedia dessa família, Joaquim perguntou-me o que eu faria com aquelas entrevistas, temendo que minhas gravações prejudicassem sua aposentadoria. Não entendi muito bem como ele entendeu que eu poderia comprometê-lo, mas achei melhor não insistir, pois ele havia ficado um pouco nervoso. Apenas garanti a ele que não o prejudicaria de forma alguma.

Enquanto eu entrevistava esta família, Lorenzo Esmarini apareceu no alojamento, onde permaneceu alguns minutos ouvindo nossas conversas. Por fim, ele me perguntou se eu havia terminado. Eu disse a ele que ficaria um pouco mais e logo retornaria à casa da fazenda.

Pedi a Fabiano para conhecer pelo menos mais um alojamento. Ele levou-me a uma pequena casa onde estavam alojados dois homens do Paraná e um do Rio Grande do Norte. Eles nos receberam do lado de fora, não me deixaram gravar entrevistas e, mesmo quando guardei o gravador, não quiseram responder às minhas perguntas.

Neste momento, o fazendeiro apareceu novamente. Voltei com ele para sua casa, onde eu e Giovana tomamos um café. Lorenzo me perguntou o que eu havia achado dos trabalhadores, e começamos a conversar um pouco sobre isso. Eu fiz algumas observações sem importância e comentei o fato de eles virem de vários lugares. A esposa do fazendeiro logo interveio e falou que, embora tenham boa vontade, existem muitas dificuldades em cumprir a legislação referente aos direitos dos empregados. Ela pediu que a advogada os avisasse, caso houvesse de algum problema com o Ministério do Trabalho envolvendo os Esmarini. Giovana consentiu, e pediu que não se preocupassem, pois o sindicato preza pelo diálogo com os patrões.

Quando comecei a pensar em como a dissertação seria organizada, a ideia inicial era que neste primeiro capítulo eu apenas contextualizasse a região estudada, fazendo uma descrição das características físicas do cerrado; localizasse geograficamente o Alto Paranaíba e revisasse a bibliografia que trata da sua história de ocupação, e, sobretudo, da ocupação recente, que se deu em especial pelos programas de colonização dirigida do estado.

Contudo, ainda que o material mais denso seja proveniente da minha observação no abrigo dos trabalhadores e no bairro Monte Azul, que se tornaram o lócus da pesquisa empírica, optei por ampliar esta seção incluindo os relatos das minhas experiências, mesmo que breves, nas fazendas e no Núcleo Trabalhista. Não somente tais relatos contêm elementos que contribuem para o trabalho, ajudando a entender o cenário em relação ao qual esta análise se desenvolve, como também indicam caminhos do que será apresentado nos próximos capítulos.

As trajetórias de César, Josias, Mara, dos rapazes da Fazenda Santo Antonio e da família alojada na Fazenda Esmarini são bastante representativas da forma como esses trabalhadores vivem, de suas percepções em relação a sua condição e de suas práticas em busca de trabalho e de uma vida melhor. A diversificação das atividades nas quais trabalham, a mecanização que os assombra e que os leva a pensar que não terão mais emprego em um futuro próximo, as contradições em relação ao seu entendimento das leis trabalhistas – ora preferem a carteira assinada, ora a percebem como um malefício, e não como um direito –, a construção da reputação de bom trabalhador, o esforço permanente de cada um para desviar de si o estigma de “de fora”, bêbado ou vagabundo, o medo da violência, seja na cidade, seja no trabalho na lavoura, compõem os dilemas, medos e estratégias da vida diária dos grupos de trabalhadores por mim estudados.

Os episódios dos acordos nas fazendas, da conciliação de Mara e da minha visita ao alojamento da fazenda de Lorenzo Esmarini também sugerem indícios da relação tensa entre os trabalhadores e sindicalistas, funcionários do núcleo trabalhista e de gerentes ou gatos. Esses profissionais são percebidos como representantes quase sempre daqueles que estão do outro lado – os patrões.

Capítulo 2 | REPUTAÇÃO, VIOLÊNCIA E ESTIGMA: O BAIRRO MONTE AZUL E SEUS MORADORES

Não tenho vergonha de contar a minha vida pra ninguém, não tenho vergonha de dizer que sou pobre, que sou trabalhadora de roça. Teria vergonha se roubasse e matasse. Sou faxineira, não tenho vergonha de dizer que sou nada no mundo (Márcia).

Tráfico de entorpecentes. Jovens drogando-se nas ruas. Furtos às casas. Vandalismo. Brigas entre vizinhos ou cônjuges que terminam em facadas. Este foi o sombrio quadro pintado do bairro Monte Azul por todos com quem conversei em Esmeralda.

Esse bairro começou a ser formado há 19 anos com uma distribuição de lotes feita pela prefeitura e é considerado o mais “problemático” do município. Ele localiza-se em uma região afastada, do outro lado de uma estrada que corta a cidade. Tem aproximadamente 15 mil habitantes, entre os quais sua quase totalidade veio de outros municípios de Minas Gerais ou de outros estados para trabalhar na safra do café. A diversidade de sotaques denota a variedade de regiões de origem desses trabalhadores. Todavia, essa heterogeneidade é indiferente aos habitantes de Esmeralda.¹¹

A tabela a seguir apresenta uma síntese das trajetórias e experiências de trabalho dos moradores de Monte Azul com os quais tive um contato maior:

11 Silva (1999) também fala sobre como bairros de trabalhadores foram formados na região canavieira do interior de São Paulo com o auxílio das prefeituras locais. Da mesma forma como no caso por mim acompanhado, esta autora retrata como as diferenças marcantes entre os trabalhadores por ela estudados são homogeneizadas.

Tabela 1 |

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
1. Dora	42 anos	Casada	MG/Abadia dos Dourados	Colheita de café, faxineira de escola	Unai (MG)
2. Davi	48 anos	Casado	GO/Formosa	Colheita de café, pecuária (tirando leite)	Buritis (MG), Cristalina (GO), Cabeceiras (GO) e Brasília (MS), Unai (MG)
3. Leopoldo	50 anos	Casado	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, viveiro de mudas de café, pecuária	São Paulo, Mato Grosso
4. Marlita	Entre 45 e 50 anos	Casada	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, faxineira de escola, dona de uma pequena loja de roupas	Foi direto para Esmeralda
5. Gaspar	Entre 35 e 40 anos	Casado	MA	Pesca, vendedor ambulante, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)
6. Márcia	Entre 35 e 40 anos	Casada	BA	Pesca, faxineira de empresa, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)
7. Verônica	38 anos	Casada	PE/Recife	Operária de empresa têxtil, colheita de café, toma conta de crianças	Foi direto para Esmeralda
8. Dina	32 anos	Separada	MG/Novorizonte	Colheita de café, empregada doméstica	Araxá (MG), Itapevi (SP)

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
9. Eliane	37 anos	Casada	MG/Romaria	Colheita de café, diária, toma conta de crianças e idosos	Foi direto para Esmeralda
10. Lucimara	30 anos	Casada (2º casamento)	PR/Goioerê	Colheita de café, diária	Foi direto para Esmeralda
11. Adriana	Em torno dos 60 anos	Casada	MG/São João da Ponte	Colheita de café, diária, hortaliças, colheita de cebola	Santo Antonio (MG)
12. Helena	38 anos	Viúva	MG/São Pedro do Suaçuí	Colheita de café, empregada doméstica	Foi direto para Esmeralda
13. Omar	49 anos	Casado	MG/Esmeralda	Colheita de café, diárias	Nunca saiu de Esmeralda
14. Roberto Carlos	46 anos	Casado	MG/Janatuba	Colheita de café, diária, vendedor ambulante, construção civil	Goiás
15. Janice	37 anos	Casada	MG/Jaíba	Colheita de café, diária, empregada doméstica	Não mencionou

O bairro, cuja topografia é ondulada, é descrito pelos seus moradores em termos de uma distinção entre a “parte de baixo” e a “parte de cima”. A primeira é considerada mais violenta, sendo onde se situariam os locais de vendas de drogas, as chamadas bocas de fumo. As moradias dessa região também seriam as mais pobres do bairro.

No entanto, ao longo dos dois meses de trabalho de campo, durante as minhas idas ao Monte Azul não percebi indícios de qualquer tipo de violência como as que me foram narradas, muito embora eu não o tenha frequentado à noite, período considerado mais crítico. Segundo Dina, uma das entrevistadas que havia morado no interior de São Paulo, até mesmo nesse estado se tem notícias da violência no Monte Azul. Essas informações correriam através dos trabalhadores que circulam por essas regiões em busca de trabalho.

Mas de fato, as residências situadas na parte superior do bairro são maiores e indicam condições financeiras melhores de seus moradores. Estas casas têm muros altos e cercas elétricas, e muitas têm carros e/ou motos na garagem.

O ônibus que faz o trajeto até o bairro leva aproximadamente 25 minutos entre a saída da cidade e o mesmo. O último ponto é no final da Avenida da Bandeira, uma das principais do Monte Azul, onde fica o colégio municipal. Nesta rua e na sua paralela, a região pela qual mais circulei, era onde moravam minhas principais informantes, como Dora e Verônica.

Na avenida da escola concentravam-se os poucos estabelecimentos comerciais desta área: duas farmácias, pequenas lojas de roupas, um mercado, uma quitanda. Durante a semana, o movimento era basicamente de crianças e seus acompanhantes levando-as e buscando-as na escola. Fora dos horários de início e término dos turnos escolares, as ruas ficavam bastante vazias. Nos finais de semana, pelo contrário, ficavam muito movimentadas. Havia muitos homens nos bares fazendo churrasco, jogando sinuca e bebendo, as crianças brincavam nas ruas e andavam de bicicleta, e vizinhos conversavam sentados nas calçadas.

Na época da safra, o bairro estava ainda mais cheio e movimentado aos sábados e domingos. Eram perceptíveis os sotaques nordestinos. De madrugada, entre três e cinco da manhã, as ruas do Monte Azul

são lotadas pelos ônibus que transportam os trabalhadores. Quanto mais distante a fazenda, mais cedo é preciso sair. Os trabalhadores precisam chegar na hora marcada nos pontos nos quais param os ônibus que os levam para as lavouras, sob a coordenação dos gatos.

Muitos dos que vão para Esmeralda em busca de trabalho, acabam morando na cidade, em casas alugadas ou de parentes. Mas o objetivo sempre é conseguir a casa própria, mesmo que ela seja vendida no futuro.

Aqueles que vêm em grupos costumam dividir o aluguel no Monte Azul até empregar-se em alguma fazenda com alojamento, situação desejada pela maioria. Para baratear o custo das despesas com aluguel, água, luz e gás, permitindo guardar algum dinheiro para enviar à família ou viajar para outros lugares, grupos de 10 ou 15 trabalhadores costumam amontoar-se em casas de apenas um ou dois pequenos cômodos.

A sociabilidade no bairro parece ser restrita em virtude da violência real ou suposta. Embora não impeça o estabelecimento de uma rede de amizade como a dos “irmãos” evangélicos, por exemplo, o medo da violência no bairro talvez implique na constituição de redes mais fechadas de parentesco e de igreja, sem espaços para uma sociabilidade mais aberta.

O casal Leopoldo e Marília vai todos os anos ao evento do aniversário de Esmeralda. Ele prefere ir aos rodeios, enquanto ela prefere os shows musicais. Eles se revezam para ir às festas, pois, segundo Leopoldo, é preciso ter sempre alguém em casa, para coibir furtos. Ele me contou um episódio no qual, ao perceber a casa vazia, um menino de 14 anos (ele soube depois quem havia feito aquilo) pulou o muro de sua casa – que na época não tinha cerca elétrica –, quebrou uma das janelas e roubou alguns eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. Leopoldo foi à polícia e fez um boletim de ocorrência.

As histórias sobre violência estavam sempre presentes nos discursos dos moradores do bairro. Quem não sabia de algum fato concreto para contar, simplesmente especulava, como na afirmação de Dina: “Aqui cortam a orelha dos outros para fazer picadinho”.

Em outro episódio contado por Leopoldo, o ônibus no qual sua esposa voltava de uma viagem à Goiânia foi interceptado por ladrões. Levaram seu cordão de ouro e sua aliança de casada. Os assaltantes puseram todos os passageiros deitados no chão com as mãos na cabeça e atiraram no teto do ônibus. Pedacos do teto resvalaram no ombro de Marília, deixando-a ferida.

De acordo com Paulo, um jovem de 16 anos, os rapazes e moças do bairro gostam muito de ir às boates, pizzarias e festas de Esmeralda. No entanto, em sua opinião não pode haver danceterias em Monte Azul. Se houvesse, para ele, aconteceriam brigas que resultariam em mortes e pessoas feridas. As festas no bairro são restritas às residências; não há eventos ou comemorações nas ruas. Os jovens reúnem-se nas casas dos amigos, levam bebidas e pratos de doces ou salgados e ouvem músicas. Aqueles que, como Paulo, apreciam jogar futebol, podem fazê-lo no Centro Poliesportivo Monte Azul, localizado ao lado da escola municipal. Nesse local aberto a todos, pode-se praticar esportes gratuitamente.

Dora, mãe de Paulo, foi o meu primeiro e um dos principais contatos no bairro. Eu a conheci no colégio municipal, onde ela trabalha. Através dela, me inseri no Monte Azul. Ela apresentou-me aos “irmãos” de sua igreja evangélica, a um de seus irmãos que trabalha como gato e a alguns de seus companheiros de trabalho no colégio. Verônica, uma das “irmãs” de igreja de Dora, também me ajudou muito em minha inserção no bairro, apresentando-me às suas vizinhas. Quando lhe expliquei que estava fazendo um estudo sobre os trabalhadores do café, Verônica demonstrou grande entusiasmo pelo meu trabalho e sugeriu algumas estratégias de pesquisa. Ela insistiu que se eu quisesse entender de fato como vivem e trabalham os boias-frias, eu deveria acompanhá-los em uma de suas idas às fazendas, pegando o ônibus com eles durante a madrugada. Verônica também me recomendou que providenciasse uma máquina fotográfica ou uma filmadora para fazer registro dessa experiência.

Não tive dificuldades de me aproximar deste grupo de trabalhadores.¹² Dora apresentava-me aos outros como uma “filha adotiva”. Ela

12 Apenas Dina mostrou-se mais relutante em conversar comigo. Ela somente decidiu conceder-me uma entrevista gravada após grande insistência de seu filho. Quando

e Verônica também sempre manifestavam o desejo de levar-me para conhecer o pastor que havia fundado sua igreja e para participar de um culto, o que acabou acontecendo no aniversário de outro pastor, o Moisés. Os fiéis haviam-lhe preparado uma grande festa surpresa. Houve um culto e um almoço na creche municipal do bairro em homenagem a ele. Evangélicos de uma filial dessa igreja de uma cidade vizinha compareceram em massa a esse evento.

No entanto, a minha boa aceitação talvez não significasse plena confiança. As menções em relação aos gatos, às condições de trabalho nas fazendas e às condições de vida dos boias-frias, assim como as referências à atuação do sindicato, eram contidas, de forma inversa ao que acontecia no abrigo, como ficará claro no capítulo seguinte. Os moradores do bairro, quando faziam referências às situações nas quais vivem e trabalham, eram quase sempre no sentido de enfatizar o seu esforço e a sua luta pela sobrevivência, sem atribuir, contudo, a razão de sua pobreza à exploração a qual são submetidos pelos patrões e pelos empregadores.

E se a questão não era o medo de comprometerem-se a ponto de não contarem-me o que de fato pensavam sobre seus patrões, os intermediários ou sobre o sindicato? É possível que esses trabalhadores tivessem realmente uma percepção diferenciada de sua vivência em relação àqueles do abrigo. Em certo sentido, os perfis são bastante distintos. Em Monte Azul, a maioria dos meus entrevistados era do sexo feminino – conversei com dez mulheres e cinco homens –, ao passo em que no abrigo conheci exclusivamente homens, muitos dos quais havia perdido o contato com suas famílias e alguns não tinham sequer um endereço fixo. No bairro, ainda que pobres, havendo diferentes níveis de renda, todos com os quais conversei moravam em casa própria com seus cônjuges e/ou filhos.

Outra distinção importante diz respeito à relação com os gatos. Enquanto no abrigo, os trabalhadores desferiam críticas ácidas aos empregadores, identificando-os como uma figura central nas causas de

começamos a entrevista, muito timidamente ela comentou que com o gravador “era ruim de conversar”. Depois que o desliguei, ela contou-me mais sobre sua vida.

sua miséria, muitos dos moradores do bairro tinham entre seus parentes ou vizinhos pessoas que trabalhavam como gatos. Essa proximidade certamente atenua situações de conflito ou opressão entre trabalhadores e empregadores. Daí a resistência de alguns gatos em contratar trabalhadores “de fora”, aos quais não conhecem.

Todos os trabalhadores que entrevistei em Monte Azul trabalham com gatos, mas apenas a família de Lucimara foi levada de sua região até Esmeralda por este profissional.

Em uma de nossas conversas, Verônica estava cuidando de seu afilhado, pois sua vizinha, Lucinda, a mãe do menino, havia ido trabalhar na colheita do milho, catando os grãos deixados pelas máquinas. Dessa forma, ela também seguraria uma vaga quando começasse a colheita do café. Esta moça havia trabalhado por dois anos como gata. Verônica falou sobre a experiência de sua comadre como empregadora:

Tem que ter muita paciência para mexer com povo. Tem que ter muita experiência. Têm muitos que são ignorantes... Então tem que ter paciência e, acima de tudo, tem a sua segurança. Porque vem muita gente de vários lugares, entende? É arriscado. Porque você agrada a um e não agrada a outro. Então você não conhece quem é aquela pessoa, a história dela, de ela ter vindo de um estado tão grande, Bahia, Pernambuco, para uma cidadezinha dessas. Então muita gente tem medo. Um tempo desses, um senhor estava na roça e por causa de uma brincadeira que teve na roça, até essa família foi embora, morava aqui, na quarta rua daqui pra lá. Estava uma brincadeira, ele ignorou a brincadeira do rapaz, e sem esperar, quando foi de tarde o rapaz tinha dado uma facada nas costas dele. Então é difícil, não é fácil mexer com esse tipo de gente.

O trabalhador ferido, nesse caso relatado, era do norte de Minas Gerais.

Talvez seja possível afirmar que como os moradores de Monte Azul possuem uma maior proximidade com os gatos, sua percepção

em relação a eles seja diferente: esses trabalhadores enxergam o outro “lado”, consideram as dificuldades da profissão de empreiteiro, como a violência a qual estão sujeitos “por mexerem com gente que não conhecem”. Sobre Lucinda, Verônica ainda contou que muitos trabalhadores desafiavam a sua autoridade, dizendo que ela não mandava em ninguém, provocando-a.

Cada trabalhador tem um gato com quem prefere trabalhar. As fazendas grandes costumam contratar mais de um empreiteiro. As turmas de cada um não se confundem: cada um tem o seu ônibus e os seus contratados, cuja quantidade é solicitada pelos produtores ou pelos administradores de suas propriedades, como descreveu Adriana:

Tem essas pessoas que compram esses ônibus, esses coletivos... Aqui chama gato. Aí eles juntam as turmas deles, levam nas fazendas, as pessoas ficham ali por conta da fazenda. Aí eles levam as pessoas todo dia para trabalhar. Vamos supor, se eu vou trabalhar, eu tenho aquela pessoa, sabe? Que vai no ônibus, pega as pessoas para levar, vai aquela turma. Se tem outro gato, as pessoas vão é com eles. Mas se leva tudo pra um lugar só, quando chega ali, está todo mundo reunido, mas cada um tem sua turma. Que nem eu trabalho sempre é com a Mariana, um gato que tem ali em cima.

Além do contato estabelecido com os moradores do bairro através de Dora, muitos funcionários do sindicato dos trabalhadores rurais de Esmeralda também tinham alguns conhecidos no bairro. Assim foi que Arnaldo, um funcionário do sindicato, a pedido da presidente, me acompanhou ao Monte Azul em uma oportunidade para que eu fizesse algumas entrevistas. Ele pediu a um morador do local a quem conhece há muito tempo que nos acompanhasse pelo bairro e me apresentasse a algumas pessoas. Deste modo conheci Gaspar e Márcia, que moravam em outra região do bairro, e não tinham relações com o grupo da igreja de Dora e Verônica.

Dora e Davi moram em uma minúscula casa nos fundos do terreno de Dina, outra irmã de igreja. Este terreno fica na rua divisória

entre a “parte de cima” e a “parte de baixo” do bairro. Verônica mora duas paralelas acima. Ao lado de sua casa, mora Lucinda, sua “comadre”. Lucimara mora em frente à Lucinda, e Adriana e Eliane são suas duas vizinhas. Dois quarteirões acima dessa mesma rua moram Leopoldo e Marília. Roberto Carlos, Janice, Helena e Omar, que conheci na festa do pastor Moisés, moram em outras áreas do Monte Azul, assim como Gaspar e Márcia.

Quando Dora ou Verônica não podiam caminhar pelo bairro comigo ou não tinham tempo de apresentar-me às pessoas, elas pediam aos seus filhos ou crianças próximas que me acompanhassem nessa tarefa. Em uma das vezes em que fui ao Monte Azul à procura de Dora e ela havia viajado em uma excursão com sua igreja evangélica para o interior de São Paulo, foi Mateus, filho de Dina, quem andou comigo pelo bairro. Em outra oportunidade em que eu havia ido procurá-la conforme havíamos combinado, seu marido, que estava sentado na calçada em frente a sua casa, tão logo me avistou, levantou-se e foi chamar o filho Paulo, seguindo as recomendações da esposa. Foi este rapaz quem me acompanhou pelo bairro neste dia a pedido de sua mãe, que estava ocupada com um trabalho da igreja. Da mesma maneira, após o término dos festejos de aniversário do pastor Moisés, Verônica pediu a Beatriz, sua filha, para me acompanhar até a casa de Lucinda, para que eu pudesse entrevistá-la.

Conheci Verônica na minha primeira ida ao bairro, enquanto eu e Dora caminhávamos. Quando a encontramos, esta moça conversava com Lucinda, e elas comentavam sobre Mateus. Verônica cuida dele e de outras crianças enquanto suas mães trabalham. A pedido de Dina, Verônica havia ido conversar com a professora do menino, pois ele estava com muitas dificuldades na escola.

Mateus tem 9 anos e tem dislexia. Durante as manhãs ele frequenta a Apae – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais. Segundo Verônica, isto seria “para dar mais uma instrução pra ele”. À tarde, ele vai à escola. O mau desempenho de Mateus é atribuído por Verônica à escassez de tempo para fazer os deveres de casa, já que ele passa os dias assistindo aulas, e à falta de controle da mãe sobre o menino. Ela disse que Dina precisava “botar autoridade” no filho, pois

ele não a respeitava. Nesse dia, Mateus havia ido a sua casa para que ela lhe pusesse para fazer os deveres da escola, pois Dina não conseguia obrigá-lo a cumprir suas tarefas.

Em outra oportunidade, quando retornei à residência de Verônica, ela discorreu novamente sobre as mães que não conseguem ter domínio sobre os filhos, como Dina e Lucinda. Verônica, por ter uma boa relação com as crianças pelo seu convívio diário, é muitas vezes solicitada para ajudar a resolver problemas entre pais e filhos. Ela narrou um episódio no qual foi chamada por sua “comadre” para ajudar a controlar o filho de dois anos. Para Verônica, quem tem que “dar conta” dos filhos são as mães. Ela contou sobre como controla seu filho de 14 anos, exigindo-lhe que a mantenha informada sobre suas companhias, horários e lugares aonde vai.

Esses comentários sobre ser uma “boa mãe” exemplificam que um problema que a princípio diz respeito apenas à esfera privada, torne-se público, sendo objeto de debate entre vizinhos. O mesmo se passa com o alcoolismo. Dora e Verônica passam por constrangimentos constantes por terem maridos alcoólatras. Quando eu quis entrevistar Davi, o marido de Dora, Mateus, filho de Dina, disse que era melhor que eu não o entrevistasse, pois Davi era um “bêbado”.

Em outro momento, quando caminhava com Dora pelo bairro, encontramos com uma conhecida de minha interlocutora. Parecia que não se viam há muito tempo, pois falaram sobre suas famílias e vidas. Logo a outra senhora perguntou à Dora se seu marido ainda bebia muito, ao que, constrangida, esta respondeu que ele estava mais controlado.

Ainda em outra oportunidade, quando fui à casa de Verônica com Mateus na tentativa de entrevistá-la, seu marido estava completamente alcoolizado. Visivelmente embaraçada, ela pediu a Mateus que me levasse para procurar outras pessoas, pois estava ocupada naquela hora.

Por outro lado, a solidariedade entre o grupo se destaca. Verônica sempre falava da importância de os vizinhos e irmãos de igreja poderem partilhar os problemas para que todos pudessem se ajudar mutuamente.

Quando eu estava no trabalho de campo, Davi teve um derrame e entrou em coma. Quando recebeu alta do hospital e foi para casa, estava em um estado vegetativo, exigindo uma série de cuidados especiais, além de consumir uma grande quantidade de remédios, fraldas e precisar de uma alimentação especial à base de muitas frutas, complexos vitamínicos e leite em pó. Como Dora precisava trabalhar mais do nunca, já que somente ela estava sustentando a casa, os evangélicos de sua igreja passaram a arrecadar alimentos e fraldas para serem doados e a se revezar para cuidar de Davi enquanto Dora trabalhava.

Curiosamente, todas as vezes que fui encontrar esta senhora, ela sempre me recebeu na casa de Dina, talvez por vergonha da simplicidade de sua própria casa. Apenas no fim da pesquisa, quando a procurei para despedir-me, Dora levou-me para conhecer sua casa e visitar seu marido, possivelmente por ter se sentido mais à vontade, após um período de certa convivência.

Situações como essas, comuns na pesquisa de campo, indicam que, como destacou Menezes (2002), esta interação expõe o pesquisador à condição social do entrevistado, que pode revelar gestos de vergonha e humilhação, quando mais pobres. Esses gestos, quase sempre, são pistas sugestivas de como nossos interlocutores percebem seu lugar no mundo.

2.1 | TRAJETÓRIAS FAMILIARES E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO

Dos quinze entrevistados com os quais conversei no bairro, nove são mineiros de outras cidades, um nasceu em um pequeno povoado na área rural de Esmeralda e cinco vieram de outros estados. Dora é de Abadia dos Dourados, um município próximo a Esmeralda. Leopoldo e Marília são de Lagoa Grande, onde se conheceram e casaram-se. Eliane nasceu em Romaria e Adriana em São João da Ponte. Dina, Helena, Roberto Carlos e Janice são do norte de Minas Gerais, respectivamente das cidades Novorizonte, São Pedro do Suaçuí, Janaúba e Jaíba. Omar é o único natural de Esmeralda, tendo nascido em um pequeno distrito local. Davi nasceu em Formosa, Goiás. Verônica, Gaspar e Márcia são nordestinos: a primeira é do Recife, o segundo é do Maranhão e a

última é baiana. Lucimara é a única vinda da região sul, da cidade de Goioerê, no Paraná.

Os motivos que levam à decisão de deixar a cidade natal são invariavelmente a procura por trabalho, uma busca por onde está “melhor de serviço”, isto é, qual local oferece melhores oportunidades de emprego para o “trabalhador rural, braçal, boia-fria”, conforme suas próprias definições. Há também uma percepção apurada por parte desses trabalhadores de como sua pouca ou nenhuma escolaridade reduz de forma considerável suas possibilidades de conseguir um trabalho digno, que lhes permita ter uma casa própria – com uma boa mobília e aparelhos domésticos, como DVD, computador e telefone celular, além de permitir-lhes alimentar-se bem, vestir-se, e proporcionar acesso à saúde para a família e educação para os filhos.

No grupo estudado, embora alguns tenham vivido durante um curto período em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, na opinião da maioria, estas capitais oferecem oportunidades apenas para pessoas com um bom nível de escolaridade, sendo mais fácil encontrar trabalho nas áreas rurais dos municípios interioranos voltados para algum tipo de monocultura em larga escala. Segundo Adriana, em Santo Antonio, cidade mineira onde viveu durante muitos anos, era difícil encontrar trabalho:

Quer dizer, tinha assim pra gente formada... Na lavoura não, é pra gente assim (como ela) trabalhar. Então nas colheitas é bom. Tem lugar que se pega que dá alguma coisa, tem lugar que não dá. Tem uns que paga mais, tem uns que paga menos. Então a lavoura é muito boa. Tem a colheita, a diária. Tem colheita de cebola também. Colheita de feijão. E no lugar que a gente estava não tem essas coisas. Eles investem tudo no pasto pra criar gado. Não tem nada de lavoura. Se planta alguma coisinha, é só pro gasto de casa.

Ela atribui à baixa escolaridade as dificuldades do marido em conseguir trabalho desde que foi despedido da fábrica de cerâmica em que trabalhava.

Mesmo em Esmeralda, na opinião de Adriana, assim como na dos trabalhadores em geral, as oportunidades para quem “não tem estudo” se restringem à lavoura, ao trabalho como empregada doméstica para as mulheres e em um grande frigorífico da cidade, para ambos os sexos.

Em virtude desta percepção, é latente a preocupação com a escolaridade por parte daqueles cujos filhos ainda estão em idade escolar. Se por um lado, muitos reclamam da lei que proíbe os jovens de até 16 anos de trabalhar, já que para esses trabalhadores aprender o valor do trabalho desde cedo é fundamental para moldar o caráter, por outro, muitos estão convencidos de que se seus filhos tiverem ao menos o ensino médio completo, poderão pleitear melhores empregos e terão melhores condições de vida. Deste modo, Adriana crê que se tivesse podido “dar estudo” para os seus filhos, eles não seriam trabalhadores rurais. Da mesma forma, Márcia acredita que “só o que se pode dar aos filhos é estudo”.

Ainda que a exigência e a expectativa seja que os filhos completem o ensino médio, em algumas famílias há a aspiração de que os mesmos façam um curso superior, normalmente no centro universitário particular de Esmeralda, como é o caso de Paulo, filho de Dora e Davi, e da filha de Marília e Leopoldo, que está fazendo faculdade de matemática para tornar-se professora.

As notícias sobre onde está “bom de serviço” correm através de familiares, amigos ou conhecidos cuja trajetória é semelhante: também percorrem o país em busca de melhores condições de vida. Há uma circularidade de informações sobre cidades boas para morar e trabalhar, bons ou maus patrões e fazendas recomendáveis ou desejáveis de se evitar. No caso de Esmeralda, a cultura cafeeira foi e permanece sendo o atrativo para esses trabalhadores.

É mais comum que os homens solteiros viajem pelo país, passando por diversas cidades em busca de trabalho; a migração temporária é essencialmente masculina. Depois de casados, os deslocamentos diminuem. As mulheres costumam mudar-se apenas na companhia dos maridos ou dos pais, nunca solteiras. Essa diferença pode estar relacionada às dificuldades ainda maiores enfrentadas pelas mulheres em uma vida de deslocamentos constantes, como o risco de sofrerem algum tipo

de violência sexual ao se inserir em um universo tão masculino e por se considerar que elas têm menor resistência à fome e a habitar lugares insalubres, intempéries comuns no cotidiano desses trabalhadores. Pela mesma razão, é menos frequente que casais com filhos pequenos mudem tanto de cidade.

Os dados apresentados no trabalho de Menezes (2002) indicam que a migração é fundamental na reprodução de famílias camponesas no agreste paraibano, sendo uma experiência transmitida ao longo de gerações, desde as etapas iniciais da socialização das crianças. No caso dos moradores de Monte Azul, pode-se afirmar que a migração dos filhos não é desejada; mais do que isso: supõe-se que ela não será necessária, posto que os pais aspiram a um futuro melhor para o seus filhos, exigindo-lhes ao menos o ensino médio completo. A necessidade da migração é entendida como uma consequência da baixa qualificação e da pouca escolaridade.

Entre os meus interlocutores, boa parte mora há bastante tempo em Esmeralda. Eliane é a moradora mais antiga; mudou-se há 30 anos com os pais e os irmãos, quando ainda era criança. O pai quis ir a Esmeralda para trabalhar no café.

O segundo morador mais antigo que entrevistei foi Omar. Ele mudou-se há 26 anos para a cidade.

Lucimara, Helena e o casal Roberto Carlos e Janice moram há 20 anos em Esmeralda. Quando Lucimara tinha 12 anos, seu pai decidiu mudar-se para este município por causa das geadas que acabaram com as plantações no Paraná. Seus pais haviam se separado quando ela tinha 7 anos. Ela e seus quatro irmãos foram com o pai. A princípio, eles iriam apenas para a colheita, mas resolveram ficar. No caso de Helena, foi seu marido quem quis ir para Esmeralda colher café.

Roberto Carlos e Janice mudaram-se para Esmeralda na mesma época, e nesse município conheceram-se e casaram-se. Ele foi para colher café; ela foi para tomar conta de seus sobrinhos enquanto sua irmã trabalhava.

Quando Dora era criança, sua família mudou-se para Unaí. Nesta cidade, ela conheceu e casou-se com Davi alguns anos depois. Antes de conhecê-la, ele havia morado em Buritis, Cristalina, Cabeceiras e Bra-

silândia. Seu avô tinha um sítio perto de Formosa, onde Davi morava com seus pais. Sua mãe abandonou-lhe com os irmãos quando ele era apenas um bebê, para fugir com outro homem. Um “cabra safado”, nas palavras de Davi. Anos mais tarde, seu pai adoeceu e morreu. Ele e os três irmãos passaram a ser criados pelos avós.

Depois de adultos, cada um saiu sozinho para viajar pelo país. Como seus irmãos queriam vender o sítio de seu avô, ele colocou-o em seu nome para impedir a venda. No entanto, Davi nunca mais retornou a sua cidade para receber sua herança.

Em Unai, esse trabalhador era caseiro de uma fazenda, na qual trabalhava principalmente com gado, tirando leite. Quando o dono foi à falência e vendeu a fazenda, Davi e Dora decidiram mudar-se para Esmeralda, em busca de trabalho na colheita de café.

Esta mudança ocorreu há 19 anos. Foi nesta mesma época que Verônica e seu marido saíram do Recife. Este casal de pernambucanos trabalhava em uma empresa têxtil, transferida para Esmeralda. Após um tempo, a fábrica faliu, mas como eles gostaram da cidade, resolveram ficar.

Também completou 19 anos que Dina chegou a Esmeralda pela primeira vez. De Novorizonte, ela havia ido a Araxá para ajudar nas tarefas domésticas da casa de uma irmã cujo marido havia ido trabalhar nesse município. Depois, Dina, sua irmã, seus sobrinhos e seu cunhado mudaram-se para Esmeralda.

Mas há quatro anos e meio, Dina decidiu mudar-se novamente, desta vez para Itapevi, em São Paulo, onde moram quatro dos seus irmãos. Eles trabalham como mecânicos e também foram em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Ela ficou em São Paulo um ano e três meses trabalhando como doméstica. O alto custo de vida a fez optar pelo retorno a Esmeralda.

Leopoldo e Marília estão há 16 anos nesse município. Segundo Marília, eles foram “no intuito do café”, em virtude da fama do trabalho farto proporcionado pelos cafezais. Antes de casar, Leopoldo morou em outros lugares, como Mato Grosso e São Paulo.

Adriana e o casal Gaspar e Márcia estão há menos tempo na cidade. Adriana, quando criança, vivia em um pequeno sítio em São

João da Ponte, onde sua família mantinha algumas lavouras e criava alguns animais. A sua história, como outras que me foram narradas, é bastante trágica. Seu pai foi morto quando ela e seus irmãos eram pequenos. Quando eram adolescentes, sua mãe desenvolveu alguns distúrbios mentais. Nesta época, Adriana conheceu o futuro marido. Casou-se e foi morar em Santo Antonio¹³ onde permaneceu por 25 anos.

Após alguns anos, seu marido, que é alcoólatra, tentou suicidar-se, e atirou na própria perna. Como na cidade em que moravam não havia recursos para tratá-lo e ele corria o risco de ter a perna amputada, foram buscar auxílio em Patos de Minas.

Algum tempo depois desse episódio, Adriana decidiu retornar a São João da Ponte para buscar informações sobre sua família, a qual nunca mais reviu. Ela descobriu que sua mãe havia morrido, seus irmãos haviam migrado para a região do café à procura de trabalho e que uma de suas irmãs estava morando em Esmeralda.

Esta senhora foi algumas vezes a Esmeralda para visitar a irmã, até que decidiu ficar por alguns meses, a princípio. Sua irmã aconselhou-a a ficar, argumentando que na cidade havia muitas oportunidades de trabalho proporcionadas pelas lavouras de café. Adriana, seu marido e seus filhos, que casaram-se em Esmeralda, não quiseram mais deixar o lugar, pois em Santo Antonio tinham dificuldades para conseguir emprego. Isto aconteceu há quatro anos.

Márcia e Gaspar estão há pouco menos tempo em Esmeralda: moravam lá há três anos. A mudança foi motivada pela opinião de seus familiares, que já moravam na cidade, de que em Esmeralda estava “melhor de serviço”. Eles venderam tudo o que tinham em Manga – porcos, cabra, galinhas e vinte hectares de terra – e, com o dinheiro, foram morar na região do Alto Paranaíba. No norte de Minas, o casal tinha dificuldades para conseguir emprego. O clima seco também impunha dificuldades à manutenção de sua pequena lavoura para subsistência e à alimentação dos animais. Eles foram para Esmeralda em busca de uma “melhora”: queriam poder proporcionar aos filhos acesso à escola e uma

13 Há em Minas Gerais várias cidades denominadas “Santo Antonio”, mas esta senhora não especificou de qual se tratava neste caso.

boa saúde, além de roupas e calçados. O casal considera que sua vida é melhor agora do que quando viviam em Manga, pois possuem mais dinheiro para atender às necessidades dos filhos. Mas a situação em que vivem ainda é bastante difícil.

Márcia e Gaspar, como boa parte dos meus interlocutores, estão “acostumados a andar” e tiveram “vida de cigano”, como disse-me essa trabalhadora. O pai de Gaspar é do Rio Grande do Norte e viajou pelo Pará e pelo Ceará, onde se casou. Posteriormente, ele viajou pelo Maranhão, onde Gaspar nasceu. Esse trabalhador morou em Pernambuco até os 10 anos, e depois se mudou para São Paulo, onde morou até os 23. Por fim, mudou-se para Manga, onde conheceu Márcia, que havia saído da Bahia. Esse casal foi morar em São Paulo por um período até que decidiu retornar ao norte de Minas.

Essa trajetória de inúmeros deslocamentos é bastante representativa da vida desses trabalhadores. Outras falas completam o sentido das de Márcia, acima citadas. “Lutamos para toda banda”, disse-me Leopoldo; “Andei para todo lado”, contou-me Davi; “A gente não vai a vida inteira em um local só”, revelou-me Adriana. Muitas vezes, após inúmeras conversas, é que eu descobria os diversos lugares pelos quais esses trabalhadores haviam passado. De início, essas informações eram ocultadas, ou por não serem consideradas relevantes ou pela indisposição de narrar os detalhes de toda uma existência.

E justamente por “nunca ficar parados em um só lugar”, é que não costumam sentir saudades do lugar de origem ou da cidade natal, como me explicou Márcia. A outra razão para esses trabalhadores não cogitarem, a princípio, retornar aos locais de onde vieram ou nasceram inscreve-se no cálculo de que em Esmeralda vivem em melhores condições. Verônica não sente vontade de voltar a viver no Recife, ao contrário de seu marido, pois ela acha que os filhos não se adaptariam à capital pernambucana. Ela teme a violência e a perda do controle sobre os filhos, já que acredita que em uma grande cidade a possibilidade de envolvimento com drogas é maior. Ela pensa apenas em voltar a passeio e para visitar a família, embora isto nunca tenha acontecido.

No caso de Davi, ele não teve vontade de voltar a Formosa nem para rever familiares e nem para reivindicar o sítio que lhe foi deixado

por seu avô, em virtude das más lembranças do que viveu na cidade, como o abandono de sua mãe e a morte prematura de seu pai. Ele deseja que sua herança “apodreça” e não pretende retornar jamais àquele município goiano.

Apesar de todas as dificuldades, Lucimara crê que a vida em Esmeralda é melhor do que em Goioerê, porque “tem mais condições. O serviço lá é raro”. Há alguns anos, ela havia voltado para o Paraná, para rever a família e os amigos. Acabou casando-se com o primeiro marido e teve um filho. Quando este tinha 1 ano e 2 meses, ela desquitou-se e voltou ao Alto Paranaíba. Desde então, não voltou e não pensa em voltar a sua cidade natal.

Helena é a única que volta a sua região todos os anos para visitar a mãe, sempre na época das festas de Natal e Ano Novo. Embora alguns manifestem o desejo de retornar aos locais de origem para rever a família, as dificuldades financeiras impedem que o façam, pois não há dinheiro para pagar a viagem, em geral para lugares distantes e para os quais a passagem de ônibus é cara. Por esse motivo, Roberto Carlos e Janice nunca voltaram a Janaúba nem a Jaíba.

Adriana, entre todos os entrevistados, é a única que afirmou não gostar de Esmeralda. Um de seus filhos, inclusive, queria voltar para Santo Antonio, logo quando se mudaram. Em sua opinião, as relações de amizade e vizinhança são bastante distintas do que estava acostumada. Em Esmeralda, não haveria tanta proximidade entre as pessoas. O que a prende à cidade são as oportunidades de trabalho.

Enquanto alguns desses trabalhadores moraram em fazendas antes de ir para Monte Azul, a maioria reside neste bairro desde a mudança para o município. Apenas Verônica viveu durante cinco anos de aluguel em outro bairro da cidade, o Via Férrea. Quando ela e o marido souberam da distribuição de terrenos feita pela prefeitura no Monte Azul, fizeram a inscrição para pleitear um lote. Começaram a construir a casa através de um financiamento e mudaram-se há doze anos, na ocasião em que seu filho mais velho tinha 2 anos.

Lucimara, o casal Leopoldo e Marília, e Helena moraram dentro das fazendas onde trabalharam. Quando chegaram a Esmeralda, Lucimara, o pai e os irmãos trabalharam em uma das propriedades de Carlos

Heitor, um grande cafeicultor já mencionado. O alojamento no qual residiam era uma casa e cada família morava em um cômodo. Apesar de terem levado o fogão do Paraná (foi a única coisa que levaram, além das roupas), não tinham dinheiro para comprar alimentos, de modo que comiam as refeições vendidas pela fazenda, que eram descontadas de seus salários no final do mês. Aos poucos, guardaram o dinheiro para comprar mantimentos e começaram a fazer sua própria comida. Depois de três meses, demitiram-se para trabalhar para um cafeicultor japonês. Nesta outra fazenda, as condições de vida eram melhores. Cada família vivia em uma casa. Anos depois, quando Lucimara retornou de sua estada no Paraná, seu pai já morava em Monte Azul, e ela foi morar com ele. Posteriormente, ele conseguiu outro terreno com a prefeitura para construir a casa onde a paranaense mora ainda hoje.

A história de Leopoldo e Marília assemelha-se à de Lucimara. Logo que se mudaram para Esmeralda, foram viver dentro de uma fazenda onde trabalhavam com pecuária. Demitiram-se por terem conseguido emprego na fazenda de um cafeicultor japonês. O casal ficou por dois anos nesta fazenda. Graças à boa relação com o patrão, que lhes permitia manter uma roça para subsistência e criar alguns animais, como galinhas e porcos, Leopoldo e Marília conseguiram poupar dinheiro e compraram a casa na qual residem, para não precisar mais viver de aluguel. Com o seguro-desemprego que receberam após pedirem demissão desta segunda fazenda, compraram o material para reformar a casa.

Helena morou poucos meses dentro da Fazenda Ouro Verde, mencionada por outras pessoas como uma das primeiras fazendas de café de Esmeralda. Sua casa, como a das outras famílias que moravam e trabalhavam na fazenda, ficava “dentro da lavoura”, pois a plantação de café estendia-se até sua porta. Quando foi para o Monte Azul, morou um ano de aluguel. Depois que conseguiu o primeiro terreno, Helena mudou-se sucessivas vezes, pois o marido passou a construir e revender as casas prontas, até que ele faleceu. Desde então, há quase cinco anos, ela reside na mesma casa.

A maioria do grupo entrevistado adquiriu o terreno onde mora e construiu ou mandou construir a casa. Entre aqueles que sempre mora-

ram no Monte Azul, Dora diz sentir saudades de quando o bairro começou a ser formado, quando quase todos viviam em barraca de lona, pois poucas casas haviam sido construídas. Esta época, na qual ainda não havia água encanada, eletricidade e ruas pavimentadas no bairro, foi lembrada por muitos, mesmo os que não a vivenciaram. Dora é a única que fala desse tempo com saudades; de resto, as memórias a ele referidas destacam a violência que cercava o bairro, considerada ainda maior que a atual, e as dificuldades de uma vida sem conforto.

Dina já morava no bairro nesse período, mas não chegou a viver em barraca de lona. Ela está há 15 anos no Monte Azul. O pai de seus filhos lhe cedeu o terreno ganho no loteamento feito pela prefeitura. Conforme me contou, os lotes eram revendidos a um preço muito baixo, algo em torno de R\$300,00. Eletrodomésticos, como aparelhos de som, eram trocados por terrenos. Essa desvalorização era causada pela fama de bairro violento.

A casa na qual Adriana reside é de sua irmã, que também é sua vizinha. Segundo aquela trabalhadora, na época em que vivia de aluguel, conseguia pagá-lo apenas durante a colheita do café.

Omar, Eliane, Roberto Carlos e Janice também compraram o terreno e construíram a casa onde moram. Gaspar e Márcia compraram a casa pronta, e nos fundos do seu terreno, mora a irmã de Gaspar.

A irmã de Márcia foi a primeira a mudar-se para Esmeralda, há oito anos. Posteriormente, mudaram-se também outros irmãos e cunhados. “Vieram quatro ou cinco famílias parentes”, contou. Apesar de a irmã de Gaspar morar em outra casa no mesmo terreno, Márcia considera que elas moram juntas. Estas cunhadas, que se tratam “como irmãs” (nas palavras de minha entrevistada), têm acompanhado-se nos deslocamentos entre as cidades. “A vida minha é parecida com a dela, pois onde eu estou ela também está”, disse Márcia. Boa parte da família de Gaspar vive na capital paulista e muitos familiares de sua esposa, como sua mãe, permanecem no norte de Minas Gerais.

Este casal que está junto há 15 anos tem entre 35 e 40 anos e possui quatro filhas com idades entre 3 e 12 anos. Duas dessas crianças nasceram em Manga; as outras duas são naturais de São Paulo. A filha mais velha voltou para o norte de Minas para morar com a avó materna.

Todos os irmãos de Lucimara moram em Esmeralda, assim como seu pai, desde que vieram do Paraná. Essa moça de 30 anos está no segundo casamento. Teve um filho com o primeiro marido, um paraense. Com o atual companheiro, um mineiro de Esmeralda, teve três filhos. Seus dois filhos mais velhos morreram. Os dois mais novos têm 10 e 7 anos.

Como os de Márcia, quase todos os irmãos de Dora foram viver em Esmeralda. Esta senhora possui nove irmãos, entre eles, o gato Róbson, que também mora em Monte Azul. Somente duas irmãs moram em outros municípios; uma permanece em Unaí, a outra reside em Uberlândia. Os pais de Dora também moram em Esmeralda.

De maneira contrária, Davi, seu marido, não tem notícias de nenhum de seus familiares há 26 anos. Um dos seus irmãos morava em Brasilândia e dois em Formosa, da última vez que os viu. Um deles era policial e Davi afirmou “detestar” policiais.

Dora, de 42 anos, e Davi, de 48, têm quatro filhos, uma moça de 24 anos e três rapazes de 21, 16 e 12 anos. Os dois filhos mais velhos atualmente moram no Recreio, no Rio de Janeiro. Uma vez por ano, Dora visita os filhos e a neta, fruto do primeiro casamento de sua filha, que na capital fluminense casou-se novamente. Davi nunca visitou os filhos que moram no Rio, mas diz que eles estão bem de vida. Os dois filhos mais novos moram com os pais.

O casal Dora e Davi e Adriana, cuja idade beira os 60 anos, são os únicos que possuem netos. Esta última tem três netos, três filhos e duas filhas, todos adultos. Os seus filhos homens vivem com ela e o marido.

Os pais e irmãos de Eliane também vivem em Esmeralda. Somente uma de suas irmãs mora em Brasília. Eliane tem 37 anos e mora com o marido e com a filha de 14 anos.

Os cunhados e a sogra de Helena moram todos em Esmeralda, assim como os irmãos e pais de Janice e de Roberto Carlos. Apenas um irmão de Janice mora em Campinas, onde arrumou um bom emprego e deixou de colher café. Mas os três irmãos, as duas irmãs e a mãe de Helena permanecem no norte de Minas. Esta trabalhadora tem 38 anos

e mora com os três filhos e um irmão, que veio visitá-la por uns meses. O filho mais velho tem 19 anos, a do meio, 17, e a caçula, 14.

Janice tem 37 anos e Roberto Carlos, 46. Eles vivem com seus quatro filhos de 15, 13, 10 e 8 anos.

Cinco dos irmãos de Omar moram em Esmeralda; apenas um mora em São Paulo. Seu pai também ainda vive neste município mineiro. O trabalhador de 49 anos vive com sua mulher, com quem está casado há oito anos e é o único entre os meus entrevistados em Monte Azul que não possui filhos.

Os pais de Leopoldo e Marília, bem como seus irmãos, permanecem em Lagoa Grande. Apenas um irmão de Leopoldo mora em Esmeralda. Seus pais não queriam que eles se mudassem da cidade onde nasceram, para não se distanciarem da família. Leopoldo tem 50 anos, Marília está beirando esta idade. O filho, de 21 anos, e a filha, de 22, moram com eles.

Dina e Verônica não têm familiares em Esmeralda. A primeira tem irmãos em Uberlândia, em Novorizonte e em Itapevi, em São Paulo. Dina, de 32 anos, tem dois filhos, um menino de 9 anos, o Mateus, e uma menina de 14 anos, que mora com o pai em Uberlândia. Ela vive apenas com seu filho. Esta pequena família é muito próxima à de Dora. Mateus chama os pais de Dora de avós, e alguns de seus irmãos, de tios.

Verônica, de 38 anos, e o marido foram os únicos da família que deixaram Recife. De resto, todos residem em Pernambuco. Seus dois filhos nasceram em Esmeralda. A menina tem 7 anos e o mais velho, 14.

No grupo estudado, muitos são evangélicos. Antes de frequentar a Igreja da Missão do Brasil, Verônica, Dina e Dora eram da Igreja Jesus Cristo é a Verdade. A mudança se deu por elas se identificarem mais com o pastor do novo templo evangélico instalado, na época, há três meses no bairro Monte Azul. Adriana, Eliane, Lucimara, Márcia, Gaspar e Davi não são adeptos de nenhuma religião, mas se dizem cristãos. Apenas Leopoldo e Marília são católicos praticantes. Na janela da frente de sua casa havia colado um adesivo escrito “Sou católico”.

A religião parece ser um aspecto importante entre o grupo estudado. Uma das vezes em que fui à casa de Verônica, enquanto conversávamos, seu marido perguntou-me qual era a minha religião. Ele começou a criticar a igreja frequentada por sua mulher. Ela interveio dizendo que ninguém estava falando de religião, e que isso não interessava ao assunto.

Os filhos de Dina, Eliane, Lucimara, Verônica, Helena, Roberto Carlos e Janice, Davi e Dora, e Galego e Márcia, com idades até 15 anos, estudam na escola municipal do bairro. Este colégio, que oferece desde creche para crianças a partir de 6 meses, até o nono ano do ensino fundamental, tem uma excelente estrutura, possuindo ginásio para práticas esportivas, além de fornecer duas refeições bastante balanceadas ao dia e ceder cadernos, livros e outros materiais para seus alunos. Os jovens que passam ao ensino médio têm que completar seus estudos em uma escola estadual no centro de Esmeralda.

Paulo, o filho de 16 anos de Dora que está no primeiro ano desta última etapa do ciclo básico, é uma exceção. Por ser um excelente aluno, ele conseguiu uma bolsa integral em uma escola particular no centro da cidade e em um curso de inglês. Este rapaz planeja cursar faculdade de engenharia elétrica e abrir uma “lanhouse” depois de formado. Ele não sonha em ganhar muito dinheiro; quer apenas “sobreviver”.

O filho mais velho de Dora e Davi trabalha em uma empresa de limpeza. A filha do casal, que atualmente trabalha como empregada doméstica, era “gata de lavoura” em Esmeralda.

A filha de Marília e Leopoldo também é considerada uma jovem bastante estudiosa. Na escola municipal de Monte Azul, esta moça foi bastante influenciada por uma professora de matemática, o que a levou à decisão de fazer esse curso no centro universitário de Esmeralda. Como seus pais não podiam pagar um cursinho preparatório para o vestibular, ela fez um curso técnico de contabilidade, que lhe ajudou a fazer os exames para ingressar na universidade. Na ocasião em que conversei com Marília, sua filha estava no primeiro período da faculdade de matemática. “A gente investe nela porque ela sempre gostou de estudar”, completou a ex-trabalhadora rural. A jovem trabalha em uma papelaria para pagar a faculdade.

Como sublinhado por Stolcke (1986) em seu estudo sobre a mão de obra do café em São Paulo, também no caso por mim acompanhado, a educação revela-se um privilégio indiscutível que, além de melhorar as oportunidades de emprego entre os trabalhadores, também reduz o sentimento de exclusão.

O filho de Marília e Leopoldo há dois anos é funcionário da prefeitura de Esmeralda. Ele trabalhou dos 16 aos 19 anos na colheita de café. Na opinião de sua mãe, “ele é muito bom para colher café, parece uma máquina”. Este ano ele iria tirar férias no período da safra para trabalhar na colheita, prática bastante comum na cidade. Além da tentativa de fazer coincidir as férias com o período da safra de café, muitos preferem deixar o emprego para trabalhar na colheita, como as domésticas, ou colhem café nos fins de semana.

A filha mais velha de Helena começou a trabalhar como doméstica assim que completou 17 anos. Uma das filhas de Adriana também exerce esta mesma profissão e um de seus filhos trabalha em uma quitanda. Os outros, assim como o filho de Helena, trabalham em diferentes lavouras, e na safra e entressafra do café.

A trajetória de trabalho desses moradores do bairro Monte Azul também é bastante semelhante. A maioria cresceu nas áreas rurais dos municípios onde nasceu, em sítios da família ou em fazendas onde os pais trabalhavam. Como a proibição do trabalho infantil e a fiscalização rigorosa para coibi-la são recentes, quase todos trabalharam desde criança, ajudando o pai na lavoura. Embora alguns tenham experiência na pecuária, boa parte trabalha com agricultura. Quase todos trabalham ou trabalharam nas colheitas de cebola, feijão e milho, ainda que a produção deste último cultivo esteja bastante mecanizada. São frequentes as queixas de que só há resto de colhedeiros nos milharais. O trabalho nestas lavouras se dá nos intervalos da safra do café, considerada mais lucrativa do que as outras. A maioria dos irmãos e cunhados desses trabalhadores possui o mesmo ofício que eles: trabalha em lavouras, especialmente nas de café. Alguns, como Dora, têm familiares que trabalham como empreiteiros.

A maioria dos meus interlocutores trabalha em fazendas diversas, em especial na entressafra do café. Neste período, as atividades das

quais se ocupam, como os trabalhos na diária e nas colheitas de outros gêneros, como cebola e feijão, duram menos tempo, obrigando-os a diversificar o tipo de ocupação, aumentando sua circulação entre as fazendas. No entanto, durante a colheita de café, é mais comum que os trabalhadores passem três ou quatro meses trabalhando na mesma fazenda, sobretudo nas de grande porte.

Entre esses trabalhadores, os homens não possuem empregos urbanos em Esmeralda, apenas as mulheres, que costumam trabalhar como domésticas.

Leopoldo trabalhou dos 9 aos 14 anos de idade na roça ajudando o pai, em seu pequeno sítio. Quando adolescente, foi trabalhar em uma fazenda para ganhar seu próprio dinheiro, pois queria comprar um calçado, uma “roupa melhor”. Como tinha dez irmãos, seu pai não podia proporcionar-lhes esses pequenos “luxos”. Leopoldo trabalhou até os 45 anos de carteira assinada, como “empregado”. Ser “empregado”, neste sentido, significa ser um trabalhador fixo, ter um vínculo empregatício permanente.

Nos últimos cinco anos, Leopoldo trabalhara como boia-fria e não queria mais ser empregado. Ele se aposentou e não trabalha mais de carteira assinada. Todos os anos ele trabalha na colheita de café. Na época em que o entrevistei, estava esperando o café ficar mais maduro para facilitar a colheita e conseguir ganhar um pouco mais. “Nessa época o café está muito duro, tem que ralar muito para ganhar mais”. Na entressafra, Leopoldo estava trabalhando em um viveiro de mudas de café.

Marília é funcionária do colégio municipal de Monte Azul há dez anos. Ela trabalha das sete horas da manhã até meio-dia e meia. Esta trabalhadora faz um intervalo para o almoço, retorna às 15 horas e fica até as 18h30 na escola. Marília deixou de colher café para ir trabalhar na escola, mas, inicialmente, ela continuou colhendo em suas férias, nos feriados e finais de semana. Apenas há quatro anos deixou o trabalho nas lavouras, que considera “muito cansativo, mas muito bom”. Como durante a semana Marília convive com a agitação do cotidiano do colégio, a colheita do café tornou-se uma “terapia” para ela em virtude do silêncio do trabalho na lavoura, onde trabalhou durante sete anos. Além

do trabalho na escola, Marília também revende roupas as quais compra em Goiânia, por preços módicos. Ela montou um pequeno comércio na sala de sua casa, onde atende em seus horários de folga na escola e à noite, após seu expediente, até as 22-23 horas. Ela e o marido compraram o terreno vizinho e estavam construindo uma loja para que ela possa vender suas roupas em um local mais amplo e apropriado, seu maior sonho.

O emprego no colégio municipal foi conseguido através do contato com um vereador para o qual Marília colhia café, sobrinho da diretora. Esta trabalhadora tinha muita vontade de trabalhar na escola, pela comodidade de ser bem próxima a sua casa. Para conseguir o emprego, Marília passou a procurar constantemente o vereador, insistindo e lembrando-o para que ele conversasse com sua tia para dar-lhe uma oportunidade. A trabalhadora contou que o “venceu pelo cansaço”. Certo dia, o político falou-lhe: “Você tem força de vontade, quer trabalhar, eu vou te arrumar esse emprego”.

Dora, assim como Marília, trabalhou durante algum tempo em lavouras de café, mas há 15 anos trabalha na escola municipal de Monte Azul (desde a sua fundação). Ela conseguiu este emprego através de um conhecido que é funcionário da prefeitura.

Davi, como Leopoldo, também sempre foi trabalhador rural, tendo nascido e crescido na roça. Durante um bom tempo, trabalhou apenas com pecuária, e depois passou a colher café.

Dina trabalhou em lavouras durante pouco tempo. Há 16 anos trabalha como doméstica na mesma casa. Ela prefere ser doméstica a boia-fria, cujo ofício considera mais desgastante.

Helena fez o caminho inverso ao de Dina. Ela nunca foi acostumada ao trabalho agrícola, apesar de ter nascido na área rural. Desde os 11 anos, Helena trabalhou como doméstica para suas tias. Enquanto seu marido estava vivo, ele nunca a deixou trabalhar na roça. Ela achava o cafezal muito bonito, tinha vontade de colher o café. Quando enviuvou, Helena passou a trabalhar nas colheitas, tendo *falhado* apenas um ano, e deixou o emprego de doméstica. Finda a colheita, Helena não trabalha. Ela recebe uma pensão de um salário mínimo pela morte do marido, que trabalhava também como pedreiro, embora preferisse

colher café. Na ocasião em que conversamos, ela estava trabalhando em uma pequena fazenda, cuja colheita duraria apenas uma semana, e onde estava ganhando apenas R\$7,00 por dia, sem registro. Esta trabalhadora aguardava para começar em uma fazenda em Pescadores, um povoado próximo, e na qual trabalhou no ano anterior. Esta colheita duraria três meses e Helena teria a carteira de trabalho assinada.

Além de trabalhar em lavouras, Eliane toma conta de pessoas idosas e crianças, e também faz faxinas. Ela prefere o trabalho agrícola, ao contrário de Dina, pois considera-o mais lucrativo e menos cansativo.

Janice, assim como Helena, trabalha há pouco tempo em colheitas e diárias. Há cinco anos ela começou a colher café, pois também sempre trabalhou como doméstica.

Roberto Carlos é trabalhador rural há 20 anos. Em Goiás, ele era vendedor ambulante e também trabalhou na construção civil.

Em Santo Antonio, Adriana trabalhava na horta comunitária da prefeitura. Quando a entrevistei, ela esperava a colheita do café começar. Enquanto isso, estava trabalhando na diária.

Lucimara sempre trabalhou com o pai na roça, desde criança. Seu marido também é trabalhador rural. Ele trabalha como tratorista, pulveriza e passa veneno nos cafezais.

Omar também trabalhou com o pai desde pequeno na roça. Ele trabalhava há 15 anos na mesma fazenda. A esposa de Omar, como boa parte das trabalhadoras, também é doméstica.

Quando moravam em Manga, Márcia e Gaspar eram pescadores. Em São Paulo, Gaspar vendia cigarros nas ruas e Márcia era faxineira de uma empresa. Apesar de ter sua carteira assinada durante um ano e seis meses, ela não recebeu a remuneração pelas férias, 13º e seguro-desemprego após demitir-se. Seu filho havia adoecido em função de problemas no pulmão, mas seu patrão não aceitou o atestado médico que lhe dava direito a seis dias de licença, e não permitiu que ela ficasse em casa para cuidar do filho. Nessa época, Gaspar também estava doente e somente Márcia trabalhava. Em Esmeralda, Márcia nunca quis trabalhar como faxineira, porque acredita que ganha mais trabalhando em lavouras.

Apenas Verônica nasceu em uma capital, e não vem de uma família de trabalhadores rurais. Ela e o marido trabalharam durante dez anos em fábricas têxteis. Mesmo com a falência da empresa da qual eram funcionários, Verônica e o marido decidiram continuar em Esmeralda, e ele começou a trabalhar como apontador em uma fazenda. Posteriormente, conseguiu um emprego em uma exportadora de café. Segundo Verônica, o marido “faz de tudo” nessa empresa. Ele varre barracão, dirige carros, caminhões e trabalha na classificação do café. Depois de um tempo, seu marido também passou a trabalhar nas colheitas, para aumentar o rendimento familiar.

Após ficar desempregada com o fechamento da fábrica onde trabalhava, Verônica perdeu um bebê de 10 meses. Para ela não entrar em depressão, o médico recomendou que ocupasse o seu tempo. Verônica decidiu, então, trabalhar nas colheitas de café. Esta pernambucana ficou por cinco meses colhendo café. Ela disse que não teve dificuldades de aprender a colher, pois seu marido já era um bom apanhador e ensinou-a. Como ela teve muita “ansiedade” para aprender, foi fácil. Este casal nunca havia trabalhado em lavouras.

2.2 | REPUTAÇÃO, “LUTA” E TRABALHO

Uma grande preocupação desses trabalhadores é ficar sem trabalho. Um componente importante da constituição desse universo é, portanto, ter qualificações, ser um bom trabalhador. Isso inclui a prática acumulada com o trabalho na lavoura, ter habilidade para apanhar café (apenas a experiência não basta), dominar uma variedade de técnicas e saberes necessários a uma série de outras atividades agrícolas, como operar máquinas, tratores e pulverizadores.

Verônica destaca a facilidade e a inteligência de seu marido por ter aprendido rapidamente a colher café, apesar de nunca ter vivido na roça:

Quando ele começou na cooperativa, ele começou como apontador, apontava café. E na cooperativa, eles falavam:

“Vai apanhar (café), moço. Você tem uma cabeça boa, você é esperto, vai apanhar”. E ele ficava com medo. “Vai que eu largo esse serviço de apontador, pra ganhar o tanto que eu recebo, vou apanhar café, não dou conta, e no final do mês?”. O problema é o tempo que ele ia perder... Ele levou uma semana para aprender a apanhar café. Um rapaz foi ensinando a ele, e a cada dia ele só foi aprendendo a apanhar melhor. Então hoje ele fala: “Não largo meu serviço hoje... O que eu tenho... Carteira assinada, meus direitos, tudo. Mas se for pra eu ir apanhar café, eu vou”.

Verônica também disse que o marido “tem estudo”: ele fez um curso de relações humanas, cozinheiro industrial e garçom cinco estrelas.

Sobre sua experiência de trabalho, Leopoldo falou:

Eu não fico sem serviço, vou pra um lado, vou pra outro. Todo mundo com quem eu trabalho nunca reclama de mim. Estão sempre me chamando para trabalhar. Tem fazendeiro que me chama para trabalhar em fazenda com curral. Porque eu tenho vários cursos para trabalhar em fazenda com curral. Tenho muita experiência com fazenda. Já sofri muito. Já trabalhei muito com os outros.

Lucimara, ao contrário, se considera e é considerada uma má apanhadora de café, por seus irmãos e marido, por não ser tão ágil na colheita. Esta trabalhadora foi a única que se assumiu como uma “má apanhadora”:

Parece uma colhedeira, meus irmãos. Eu mesmo não, eu já sou mais fraca. Mas eu acho que neguei a raça. O meu esposo fala: “Você negou a raça, Lucimara. Você não é bem de apanhar café”. Mas eu dou meu jeito. Não sou igual aos meus irmãos. Tem uns que abana o café bem... Os paranaenses, e têm outros que diz “lavar a égua”, no caso deles lá

(os “não-paranaenses”). Lavar a égua é que eles jogam pra cima. E assopra. Então é muito diferente a abanação.

Embora os paranaenses sejam conhecidos como bons colhedores em virtude da sua tradição nas lavouras de café, essa distinção entre paranaenses e não paranaenses não é mais significativa, pois se julga que os trabalhadores de outras regiões também já aprenderam a colher café.

Construir uma reputação de bom trabalhador é fundamental para manter-se na disputa por uma vaga em uma fazenda, ser sempre chamado pelo empreiteiro e não ficar sem trabalho, situação bastante temida pelos trabalhadores. Mais do que conseguir trabalho, é importante empregar-se em uma “firma organizada”, uma “fazenda boa”. “Fazenda boa” é aquela que “dá valor ao trabalhador”, como me explicou Omar, respeitando os direitos dos trabalhadores, assinando sua carteira de trabalho. Adriana fala sobre a fazenda na qual trabalha:

Tem umas fazendas boas. Agora tem a São José... Pra gente trabalhar nela fichado. Tem o papel tudo direitinho. Tem outras lavouras que faz o cadastramento da gente, mas não é igual a São José.

“Fazenda boa” também é aquela onde se paga melhor. O preço da saca é constantemente negociado entre fazendeiros e gatos. Muitos trabalhadores lamentam que seja assim, pois acreditam ser prejudicados por não participarem dessa negociação, como Lucimara. “Tem que ser um preço razoável, senão ninguém colhe”, como também afirmou Eliane.

Gaspar e Márcia elogiaram bastante a Fazenda São Pedro, onde eles trabalhavam há dois anos. Esta propriedade pertence a um rico fazendeiro gaúcho. Na opinião destes trabalhadores, nesta fazenda há uma enorme preocupação com a segurança e o bem-estar dos seus funcionários. Nos dois primeiros dias de trabalho, há uma série de “palestras” para orientar os safristas com relação ao uso do equipamento de proteção, às medidas de segurança no trabalho e aos seus direitos tra-

balhistas. Gaspar e Márcia mostraram-me um livro no qual essas informações estão contidas e disseram repetidas vezes que assistem a vídeos informativos.

Márcia contou que antes de começar a colher, todos são obrigados a exercitar-se, a fazer uma preparação do corpo para enfrentar o puxado trabalho físico. Às terças-feiras, há um profissional de educação física contratado especialmente para isso. Nos outros dias, o próprio gato se encarrega de coordenar os exercícios.

Na percepção de Gaspar, esses cuidados com os trabalhadores não são desinteressados, pois acabam revertendo em benefícios para o produtor.

Leopoldo e Marília também elogiaram muito um de seus patrões, o cafeicultor japonês já mencionado. Este fazendeiro que o casal de trabalhadores considerava pobre em relação aos outros da região reconhecia o “trabalho” e a “honestidade” deles, e por isso os ajudou muito. Outros fazendeiros mais ricos não deixavam que eles plantassem nada, argumentando que iriam perder tempo de trabalho para cuidar de sua própria lavoura.

Há alguns anos, esse produtor japonês tornou-se dono de uma rede de pousadas em Santos, onde mora atualmente. Segundo Leopoldo, seu ex-patrão insistiu bastante para que ele e sua família fossem trabalhar em São Paulo. Na ocasião, esse trabalhador e sua esposa não quiseram mudar-se, pois seus filhos eram pequenos e eles não queriam distanciar-se ainda mais de seus familiares que ficaram em Lagoa Grande, além de preferirem morar em uma cidade menor e mais tranquila. Mesmo na época, Leopoldo e Marília não pensavam em aceitar a proposta de ir para São Paulo, pois seus filhos possuíam emprego em Esmeralda, e o casal de trabalhadores, já mais velhos, não pensava em trabalhar tanto quanto anos atrás.

Para ganhar dinheiro na colheita é preciso “fazer o serviço”, trabalhar. Para ganhar mais, é preciso “forçar”, ir até o limite da capacidade física, superar a si próprio e ao seu rendimento médio, pois se ganha o que se produz:

Você só vai ganhar mais se você fizer o seu serviço. Se você fizer, você ganha, se você não fizer, você não ganha. Se uma saca de café está R\$5,00... Mais de quatro sacas de café pra tirar aquela quantia que você está desejando. E através desse tanto, você fica consciente que vai ganhar pra pagar suas contas. (...) Vai acabando uma fazenda aqui, aí o povo passa pra outra... Já procura outro gato que leva pra outra fazenda (Verônica).

Antigamente as pessoas ganhavam mais dinheiro. Hoje em dia se baseia em uma média. Fez aquela média, você ganha um pouco mais, por que força, né? A média seria quanto... R\$30,00, R\$35,00 (por dia). Mas você pode até ganhar 50 em um dia. Mas tem que trabalhar bem mais. Mas a média... A nossa média (dele e da esposa) aqui é 35. Nós trabalhamos, dois, três dias, vai aquela média. Mas a gente não deixa uma formiga... Então tem que forçar para ganhar mais. (...) Não come direito... Na hora do almoço, tem gente que não almoça para adiantar. Tem uma média. Depois é o esforço da gente (Gaspar).

Sobre a “média” entre os trabalhadores do açúcar, tal qual a dos trabalhadores de Esmeralda, Sigaud (1979) observou que ela representava a equivalência estabelecida pelo proprietário entre o *quantum* de trabalho e a remuneração da força de trabalho, que corresponde a uma jornada de trabalho.

Cada um colhe a partir do cálculo de suas necessidades, aspirações e das suas possibilidades de resistência física.

Márcia e Gaspar compraram a casa onde residem com o dinheiro das colheitas de café. Na primeira safra não ganharam quase nada. A partir da segunda, é que começaram a juntar o dinheiro.

Entre as casas em que estive, a de Marília e Leopoldo é a maior e mais bem-equipada. A cozinha em particular é bem grande, sendo o maior cômodo. Os móveis, e, especialmente os aparelhos domésticos

da cozinha, são bem novos. A casa tem três quartos: um para o casal, um para seu filho e outro para sua filha. A sala foi dividida, e em uma parte dela improvisou-se a loja de Marília. Na área externa da residência tem uma grande mesa de jantar. Marília foi a única entrevistada que fez questão de mostrar-me sua casa. No quarto de seu filho, ela apontou tudo o que ele comprou com o dinheiro do trabalho no café: uma televisão 29 polegadas, um computador de última geração, aparelho com duas caixas de som enormes, DVD, bicicleta, e um videogame Playstation. Ela mostrou-me também fotografias da filha e a obra no lote vizinho, comprado recentemente, onde está construindo sua butique. Na parte de trás deste outro terreno, onde há uma pequena horta e algumas árvores frutíferas, Leopoldo e Marília pretendiam construir uma churrasqueira e uma piscina. Essa família também possui um Chevette.

O exemplo de Leopoldo e Marília demonstra que os ganhos advindos do trabalho não são usados apenas para a sobrevivência, mas também para adquirir bens duráveis¹⁴.

De acordo com este casal, tudo o que eles têm foi construído com o dinheiro ganho com o trabalho no café, e pelo esforço deles.

Verônica faz uma afirmação semelhante:

Muita gente tem um móvel bom dentro da sua casa, tem um carro, tem uma moto, por quê? Soube ganhar no café o dinheiro. E aí a pessoa vai construindo, construindo. Muitos abastecem as compras o ano todo.

Na época em que trabalhava nos cafezais, Marília acordava às quatro horas da manhã, fazia almoço para os filhos e depois ia com o marido para a lavoura de café. Só nos finais de semana tinha tempo para organizar a casa. “Está aí o resultado de muito trabalho”, falou. Tanto Marília quanto Leopoldo enfatizaram sempre a maneira como trabalharam exaustivamente para conseguir tudo o que têm. Por serem “lutadores” e “trabalhadores” e através de “muita luta, muita garra, muita vontade de crescer” que tiveram “sucesso” em Esmeralda. Não

14 Menezes (2002) descreve contexto semelhante.

conseguiram nada em sua cidade porque não tiveram oportunidades, mas nesta cidade “com trabalho e luta”, conseguiram:

E assim, todas as metas que eu tracei na minha vida, eu nunca tracei algo que eu não possa conseguir, e eu sempre consegui, sempre corri atrás daquilo e sempre consegui. E outras pessoas não tiveram a mesma felicidade, a mesma sorte que eu tive, mas eu louvo e agradeço a Deus por isso. Sou muito esforçada, sabe, gosto de trabalhar, tenho o intuito de sempre crescer (Marília).

A ênfase na qualidade de trabalhador, honesto e esforçado pode ser interpretada como uma forma de combater o estigma de indolentes, alcoólatras e desestruturados que esses trabalhadores carregam. Da mesma maneira, as privações materiais, vencidas pelo trabalho no caso daqueles que possuem melhores condições, e o desgaste físico do trabalho na lavoura revelaram, inúmeras vezes, a crença de que o sofrimento enobrece. A demonstração do sofrimento é uma maneira de combater o estigma, como já destacava Goffman (1988).

A ajuda divina, bem como a sorte, também é considerada um componente fundamental nas conquistas desses trabalhadores; sem ela, nada seria possível.

Ainda que o café seja o “grão de ouro”, ele não torna o trabalho na lavoura menos extenuante e sofrido, nem deprecia menos a força de seus trabalhadores:

Porque ali vai o sol, vai a chuva. Você chega na roça, por causa do frio, você chega lá o café está molhado. Uns já vão chegando, já entram no meio do café e apanham. Mas é um risco. Você vai ficar molhado o dia inteiro, com a roupa no corpo, pode ficar doente, pegar uma pneumonia. Que aí já vem o veneno que eles batem. Já vem a poeira, o frio. Você fica arriscado a adoecer. Mas muitas pessoas deixam para apanhar o café lá pras oito horas, que aí o sol já saiu, já

esquentou, já secou as folhas do café. Mas é muito cansativo pra quem não tem experiência (Verônica).

Para Davi, “o trabalho na lavoura não vale nada”. Este trabalhador iria começar na colheita na semana seguinte à nossa conversa. Como seria feriado, perguntei se mesmo assim ele teria de trabalhar. Ele respondeu-me que “para o boia-fria, todo dia é o mesmo dia, não tem dia santo nem feriado”. Roberto Carlos partilha da mesma opinião:

O trabalhador rural tem uma vida muito sofrida, o que mais trabalha, menos ganha. O trabalhador é menosprezado. Não temos direito de sobreviver, ganhar uma vida digna.

A fala desses trabalhadores contraria a ideia da recompensa material (e divina) advinda do trabalho e do esforço, expressa por Marília, Leopoldo e outros.

Adriana considera o trabalho no café “sofrido” por causa do horário em que levanta todos os dias para trabalhar. “Então você chega dentro de casa é só pra dormir aquele pouquinho. A gente sofre bastante nesse ponto”. Quando trabalham nas lavouras de cebola, ela e sua família levantam às duas horas da manhã para tomar café e preparar a marmita para o dia de trabalho. Muitas vezes, retornam a casa apenas às vinte horas.

Márcia e o marido saem de casa às três e meia da manhã quando trabalham nas lavouras de feijão em Ibiá, um município vizinho. Ela acorda às duas e meia para preparar a marmita. Eles chegam na roça por volta das seis e meia da manhã, e o horário de trabalho se encerra às onze e meia. Aproximadamente às quinze e trinta, os trabalhadores retornam as suas casas.¹⁵

15 Stolcke (1986) relata situação semelhante entre as famílias de trabalhadores do café no interior de São Paulo. O dia de trabalho para as mulheres começava entre três e quatro horas da manhã, enquanto seus maridos e filhos costumavam levantar-se às cinco. O tempo antes da saída para o dia de trabalho era dedicado principalmente à preparação da marmita a ser levada para a lavoura.

O trabalho na diária, com a enxada, é considerado ainda mais exaustivo do que a colheita, e menos rentável. O trabalho na safra é melhor porque quando se ganha por produção, pode-se receber um melhor salário, enquanto na diária o salário é fixo.

Adriana também trabalha nas diárias ou “na enxada”, mas não o dia todo, por causa da exaustão física. Helena não trabalha em diária, pois acha “muito sofrido”. “Não dou conta de enxada”. Apenas Janice, entre as mulheres entrevistadas, acha o trabalho na colheita mais “sofrido”.

Embora a colheita de café seja “uma oportunidade de ganhar um pouquinho a mais”, como afirmou Lucimara, todos os trabalhadores com os quais conversei creem que hoje não se ganha tão bem neste trabalho como antigamente. Para Eliane, a oferta de trabalho em 2008 estava muito ruim. “Não tem serviço”. Ela atribui ao grande fluxo de migrantes e à crescente utilização do maquinário a diminuição da oferta de trabalho para os moradores locais. Nas fazendas que utilizam máquinas, os safristas são contratados apenas para catar os grãos deixados pelas colhedoras. E na opinião de Eliane, eles recebem muito pouco por esse café. Nas diárias, se paga sempre R\$20,00. “Os preços sobem, os salários aumentam, e o preço da lavoura de café é sempre o mesmo”, contou.

Davi também atribui ao fato de a população ter crescido demais as dificuldades para conseguir emprego e a extinção de certos benefícios dos trabalhadores rurais, como a possibilidade de morar dentro das fazendas. Ele afirmou que agora tem gente demais, “gente que a gente nem conhece, nem sabe de onde que saiu e que faz mal aos outros”:

Por exemplo, eu saio amanhã pra trabalhar, ganho R\$70,00. Quando é depois de amanhã, ganho R\$10,00. Por causa da acumulação de pessoas. Chegam 45 pessoas. Boias-frias. No dia seguinte não tem serviço. (...) Fazendeiro nenhum coloca caseiro. Leva de manhã e traz à tarde, mas para morar lá, não. Por exemplo: os fazendeiros antigamente deixavam construir uma casa dentro da fazenda e plantar uma bananeira, um pé de mandioca. Agora não.

No estudo realizado por Stolcke (1986) sobre a cafeicultura no interior de São Paulo, seus entrevistados tinham as mesmas percepções que as evidenciadas por Davi, no que se refere à proibição dos trabalhadores de morarem no interior das fazendas.

O tempo em que se morava dentro da fazenda é pensado como um tempo de fartura, quando não faltava casa e nem comida, já que lhes era permitido manter uma roça para subsistência.

Roberto Carlos também lamentou a mudança da relação entre patrões e trabalhadores, e pensa que “hoje o fazendeiro é um sanguessuga”.

Na percepção de Gaspar, antigamente também era mais fácil conseguir emprego. Bastava os gatos reunirem grupos de trabalhadores e os levarem para as lavouras. Para ele, as leis trabalhistas e a fiscalização do sindicato para obrigar os fazendeiros a assinar a carteira de seus empregados acabam sendo prejudiciais ao trabalhador:

É isso que eu digo. Era assim ó... O Mário (um gato) chegou: “Tem um café pra nós pegar lá”. Aí juntava uns quatro, cinco e nós vamos. A gente ganhava um dinheirinho. Não é mais assim. Hoje em dia está feio, porque quando você começa a trabalhar, aí chega o sindicato... Pra fichar... “É a lei”. (...) Hoje em dia não está fácil.

Nas fazendas de Carlos Heitor, Gaspar contou que só se trabalha “fichado”. Mas mesmo com a fiscalização, nas lavouras onde o trabalho dura pouco tempo, não se assina a carteira. “Agora quando é semana arriba, nós temos que pegar os documentos...”, completou o trabalhador.

A mecanização crescente nas lavouras de café assusta os trabalhadores, para os quais somente na época da safra nos cafezais se ganha dinheiro. “Acabou o café, acabou tudo”, segundo Eliane. Para Roberto Carlos, a solução para a possível futura escassez de trabalho é a implementação de outros cultivos de grande porte:

Se tivesse outro tipo de monocultura seria melhor... Porque o café está todo mecanizado. Se os fazendeiros plantam muito, tudo bem colocar máquina porque senão não dá conta de colher, mas muita máquina atrapalha.

Muitos, como ele, afirmam que sem as máquinas não seria possível colher todo o café. No entanto, acreditam que os fazendeiros têm utilizado mais máquinas do que o necessário.

Na Fazenda São Pedro, onde Gaspar colhe café, há cerca de 300 safristas. Ele estimou que se não houvesse colheitadeiras, haveria aproximadamente o dobro de trabalhadores empregados, pois as máquinas funcionam dia e noite. Mas como há muitos pés novos de café, a mão de obra humana torna-se necessária, para não estragá-los.

Assim como no café, a mecanização também preocupa aqueles que trabalham nas lavouras de feijão. Segundo Mário, o gato amigo de Gaspar,

há dois anos atrás nós tivemos cerca de dois meses arrancando... (feijão). Não teve máquina em momento algum. Esse ano já caiu para um mês. Já maquinário novo. Isso praticamente de um ano para outro. A mão de obra vai ficar falida, bem decadente.

A safra do feijão é de janeiro a abril. Máquinas são utilizadas em quase todo o processo produtivo. O trabalho na colheita ocupa apenas a parte da manhã. Quando o sol esquenta, é preciso parar de colher para não arrebentar o pé de feijão. Os trabalhadores também recebem por produção. “Quanto mais se arranca, mais se ganha”, contou Gaspar.

A tematização da violência bastante presente nas referências ao bairro, inclusive nas falas de seus moradores, talvez tenha sido o que mais me impressionou no início do trabalho de campo. Mais do que

isso, o discurso sobre essa suposta violência existente no bairro de certa forma delimitou (e limitou) a minha inserção no bairro. Sem saber em que medida eu deveria seguir as recomendações que me foram feitas de não andar sozinha e não ficar até o escurecer optei sempre por não arriscar-me.

E não é apenas a mim que esse discurso limita. Entre os meus entrevistados, muitos preferem não sair de suas casas para que elas não sejam furtadas e preferem que seja “cada um na sua casa” para que não haja brigas e nem problemas. Tive a sensação, muitas vezes, de que pairava um temor constante; o outro, se não for conhecido, pode ser um inimigo em potencial.

Os laços mais fortes entre os moradores do bairro no grupo que estudei, parece ser com a família conjugal e, em algumas circunstâncias, com irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas. É dentro da família que se resolvem os problemas, é aos irmãos que se pede ajuda, são os irmãos ou cunhados que se acompanham nos deslocamentos entre as cidades. As relações com os vizinhos parecem ser mais superficiais. Embora todos se cumprimentem e conversem nas ruas, durante a minha estada no bairro, nunca presenciei vizinhos se visitando ou frequentando as casas uns dos outros.

O grupo da igreja constitui uma exceção, até porque todos se consideram como uma família – não por acaso se tratam por “irmão” ou “irmã”. Esse grupo forma não apenas uma rede de solidariedade como também uma comunidade moral, nos termos de Bailey (1971). As regras de conduta dentro deste grupo parecem ser reguladas com maior controle, como nos casos das críticas ao alcoolismo dos maridos de Dora e Verônica, e das observações feitas por esta em relação às suas “irmãs” que não conseguem lidar com os filhos.

Um dos principais projetos de vida dos trabalhadores do bairro é deixar de ser boia-fria, e, se possível, deixar de “ser empregado”, ou seja, não ter mais um patrão. Há uma busca pela ascensão, representada pela conquista de postos de trabalho mais prestigiados como ser funcionário da prefeitura, empregado de frigorífico, motorista, garçom, operador de máquinas e tratores, para os homens.

Entre as mulheres, embora algumas tenham parado de trabalhar nas colheitas de café para tornarem-se faxineiras ou domésticas, outras ainda preferem o trabalho nas lavouras. Das minhas entrevistadas, quem mais se aproxima de alcançar o “trabalho ideal” é Marília, com sua loja de roupas, embora ainda trabalhe como faxineira na escola municipal do bairro.

O trabalho no café pode fazer com que esses trabalhadores façam contatos que os levem a outros empregos, como aconteceu com esta mesma trabalhadora, que conseguiu o emprego de faxineira através de um vereador em cuja fazenda ela trabalhava.

Fazer com que os filhos estudem e completem o ensino médio é também uma estratégia de ascensão da família. Outro projeto importante é conseguir a casa própria e não ter que viver de aluguel, mesmo que essa casa não seja definitiva e possa ser vendida em uma futura mudança de cidade.

Por fim, o bairro Monte Azul pode ser pensado a partir de três perspectivas.

Para os moradores de Esmeralda, o bairro e quem nele reside são vistos como algo externo à cidade, enquanto unidade moral. O Monte Azul é o lugar da violência, do vandalismo, do alcoolismo, de famílias desestruturadas, do desregramento.

Corroborando com essa visão, as agências administrativas atuam no sentido de controlar a população do bairro, administrando-a enquanto um “problema social”, haja vista a instalação de postos de saúde, escolas e as rondas da Polícia Militar no Monte Azul. Essas medidas têm por objetivo atenuar os distúrbios supostamente causados pelos moradores do bairro, seja aqueles que se estabeleceram há algum tempo, ou os que estão de passagem.

Para os seus moradores, pessoas com uma trajetória marcada por deslocamentos, o Monte Azul significa uma possibilidade de se estabelecer e de se estabilizar. Adquirir uma casa; conseguir um emprego mais prestigiado; tecer uma relação permanente com um gato, o que facilita a garantia de uma vaga como safrista na safra do café; ter um negócio próprio, ou conciliar o trabalho no café com um negócio próprio ou

outros tipos de ocupação; dar aos filhos a possibilidade de uma formação escolar; abrigar familiares que tenham chegado à cidade para ficar de forma permanente ou provisória; estas são algumas das razões que levaram os trabalhadores descritos neste capítulo a viver e a permanecer no bairro Monte Azul.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a permanência no bairro abre possibilidades valorizadas de emprego, estudos dos filhos, casa própria e até o negócio autônomo, seus moradores precisam conviver com o fato de serem vistos como violentos, ladrões em potencial, pessoas de moral duvidosa e outras coisas muito vergonhosas na sua perspectiva. Os trabalhadores do Monte Azul, para além do tempo de residência da cidade, da perda do sotaque ou da adoção de elementos que possam “desidentificá-los”¹⁶, permanecem sendo “estrangeiros” em Esmeralda.

16 Referência a Goffman (1988).

Capítulo 3 | A VIDA DE DESLOCAMENTOS DOS TRABALHADORES DO ABRIGO

Esse negócio de a gente vir pra cá é muito sofrimento demais (...). O café você pode esquecer, é só ilusão. O patrão não te dá valor (...). Tem dois anos que eu saí da minha cidade. Só trabalhando... E enchendo a barriga de fazendeiro. Eles deixam a gente mais pobre e ficam cada vez mais ricos. (...) A vida da gente vira uma ilusão... Atrás de dinheiro e nunca conseguimos aquilo que a gente quer (Viriato).

A fala acima reproduzida foi proferida por um migrante paranaense que estava há dois anos fora de sua cidade, longe de sua casa e de sua família. Durante todo esse tempo ele esteve viajando pelo Brasil em busca de trabalho nas mais diversas lavouras, como soja, cana, laranja e café. Sua trajetória e a maneira como a percebe são bastante ilustrativas das histórias que me foram contadas pelos trabalhadores os quais conheci no abrigo ou albergue, como costumavam chamá-lo.

A tabela a seguir ilustra as trajetórias que me foram contadas pelos trabalhadores entrevistados no abrigo.

Como a colheita de café em Esmeralda atrai um elevado contingente de mão de obra, o abrigo, localizado no entorno da rodoviária, foi construído pelo sindicato dos trabalhadores rurais aproximadamente há 15 anos para abrigar os que vão à cidade à procura de emprego. Há alguns anos, o local passou a ser gerido pela prefeitura, pois o sindicato não tem recursos para mantê-lo.

Tabela 2 |

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
1. Roberto	42 anos	Separado	BA/Miguel Calmon	Colheita de café, usina de cana, colheita de feijão	Luis Eduardo Guimarães (BA), Barreiras (BA), Boqueirão (PB)
2. Manoel	37 anos	Separado	BA/Salvador	Colheita de café, corte de cana, colheita de feijão	Minas Gerais
3. André	35 anos	Separado	MG/Pedras de Maria da Cruz	Colheita de café, entrega de charques	Presidente Juscelino (MG), João Pinheiro (MG), Magé (RJ), Montes Claros (MG)
4. Ramiro	52 anos	Casado (2º casamento)	BA/Itabuna	Colheita de café, construção civil, colheita de cacau, colheita de açaí, corte de cana, pesca	São Paulo (SP), sul da Bahia, Goiás
5. Damião	44 anos	Separado	PR/Umuarama	Colheita de café, motorista de caminhão, usina de cana, pecuária, peão de rodeio, tratorista	São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso
6. Viriato	40 anos	Separado	PR/Lobato	Corte de cana, colheita de café, colheita de laranja, carvoeira	Goiás, São Paulo
7. Josué	64 anos	Não mencionou	PB	Colheita de café	Não mencionou
8. José Luís	41 anos	Solteiro	BA	Colheita de café	Goiás

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
9. Patrício	Em torno dos 60 anos	Separado	PR	Colheita de café, colheita de laranja	Monte Carmelo (MG), Citrino (MG), São Paulo
10. Eduardo	65 anos	Casado	PR	Colheita de café	Atualmente só trabalha em Esmeralda
11. Aluísio	24 anos	Solteiro	SP/Campinas	Não mencionou (ainda havia trabalhado na colheita de café)	São Paulo, Pirapora (SP), Patos de Minas (MG)
12. Josiel	28 anos	Separado	BA/Irecê	Soja, colheita de milho, colheita de feijão, colheita de mamona, carvoeira	Não mencionou
13. Sérgio	Em torno dos 35 anos	Separado	MG/Guimarânea	Colheita de café, tratorista	Não mencionou
14. Benedito	60 anos	Separado	SP	Colheita de hortaliças, corte de cana, colheita de café	São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais
15. João Fagundes	50 anos	Viúvo	PE	Colheita de café, construção civil	Monte Carmelo (MG), São Gotardo (MG), São Paulo, São João do Meriti (RJ)
16. Jairo	46 anos	Viúvo	SC	Carvoeira, ainda não havia trabalhado no café	Mato Grosso
17. Marcelinho	30 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, corte da cana, colheita de laranja	Estados do sul e do sudeste

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
18. Fernando	Em torno dos 25 anos	Solteiro	PR	Colheita de café, corte de cana, colheita de laranja	Centro/sul do país, Mato Grosso
19. Ricardo	24 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil	Uberlândia (MG)
20. Rafael	22 anos	Casado	BA/Irecê	Não mencionou	Não mencionou
21. Artur	Em torno dos 25 anos	Separado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil, corte de cana	São Paulo, Goiás
22. Mauro	30 anos	Casado	SP/São Paulo	Colheita de café, corte de cana, soja, colheita de algodão, colheita de feijão	São Paulo, Luís Eduardo Magalhães (BA)
23. Édson	Em torno dos 25 anos	Não mencionou	BA/Bom Jesus da Lapa	Colheita de café	Não mencionou
24. Leonardo	24 anos	Casado	Norte de Minas Gerais	Colheita de café	Não mencionou

O abrigo funciona durante o ano inteiro, todos os dias da semana. Abre às 18 horas, horário a partir do qual chegam os viajantes que ali desejam pernoitar, até as 22 horas, quando se encerra a recepção. Às 6 horas da manhã seguinte, após servirem-se de pão e café, todos devem sair. Em tese, pode-se dormir três noites consecutivas por mês no abrigo, mas Igor, o zelador, sempre abre exceções para os mais idosos ou para aqueles que não lhe criam problemas.

O zelador não deixa os alojados entrarem para os quartos antes de tomarem banho e de serem cadastrados por sua mulher, Andréia. Na sala onde é feito este cadastro, Igor instalou uma portinhola de madeira de aproximadamente um metro de altura para impedir a entrada de “estranhos”. Seu objetivo é preservar sua esposa, pois acredita que “nunca se sabe quem é essa gente que anda pelo mundo e não pode deixar misturar com a família da gente”. Esta atitude reflete a opinião corrente em relação a esses trabalhadores: são potencialmente perigosos, uma gente “de fora”, sobre as quais não se tem referências.

Enquanto Andréia preenche uma ficha com dados referentes à identidade dos trabalhadores, Igor revista suas bolsas e malas, à procura de facas, facões e canivetes. Quando encontra esses objetos, ele os guarda e só os devolve aos seus donos na manhã do outro dia, quando saem novamente em busca de emprego. Esse procedimento de revista é realizado todas as noites, ainda que sejam os mesmos hospedados.

Após serem cadastrados e revistados, os trabalhadores podem tomar banho e jantar. Invariavelmente, é servida uma sopa cujos ingredientes são macarrão, batata, cenoura, muita pimenta e, às vezes, uma carne. Todas as tardes, aproximadamente às 18 horas, um funcionário municipal leva em um automóvel os imensos vasilhames com a refeição preparada por merendeiras da prefeitura. Quando a sopa não é suficiente para a quantidade de trabalhadores presentes, Igor serve pão e café aos que chegam por último.

Nos finais de semana, embora permaneça aberto, não há jantar para os trabalhadores no abrigo. Eles se queixam bastante disso e de estarem restritos a pernoitar apenas três noites por mês nessa hospedagem.

Depois de alimentarem-se e de banharem-se, os viajantes alojados costumam assistir a televisão ou ficam conversando e fumando. Por causa do dia cansativo que passam nas ruas, percorrendo os escritórios das fazendas em busca de trabalho ou em pé na rodoviária à espera de algum gato ou fazendeiro que os chamem para trabalhar, todos costumam deitar-se até as 21 horas. Após esse horário, poucos permanecem fora dos dormitórios.

Ao longo do segundo mês de trabalho de campo, momento no qual foquei minha observação no abrigo, percebi uma grande oscilação na quantidade de trabalhadores que o procurava. Se em uma semana o abrigo estava lotado, na outra poderia ficar quase vazio.

Eu frequentava o abrigo entre segunda e sexta-feira, pois aos sábados e domingos era mais difícil encontrar trabalhadores no local, por não haver jantar e por serem noites em que os trabalhadores tiravam para divertir-se, indo aos bares e saindo com prostitutas.

Eu chegava quase sempre às 18 horas e 30 minutos e tocava a campainha. Igor gentilmente abria o portão e nós sempre conversávamos um pouco. Ele costumava dizer que estava muito “estressado” e reclamava bastante de seu emprego. Igor trabalha todos os dias da semana sem descanso e desde que se tornou zelador, há seis anos, nunca tirou férias. Igor também se queixava da falta de apoio da Polícia Militar e da assistência social da prefeitura. Quando ocorrem brigas no abrigo, ele sempre liga para a polícia. Nas pouquíssimas vezes em que essa corporação atendeu ao seu chamado, demorou muito para aparecer. Além disso, quando algum trabalhador se sente mal ou se fere, não há no local qualquer medicamento ou material de primeiros socorros. Igor contou um episódio no qual um trabalhador havia batido a cabeça em um acidente e tinha febre alta. O zelador comprou um antitérmico com seu próprio dinheiro e cuidou dele com a ajuda de outros alojados.

Após nossa conversa inicial, Igor sempre pedia que eu fosse cumprimentar sua mulher. Eu ia até sua casa, tomava um café com Andréia, assistíamos um pouco a uma novela. Ela também costumava queixar-se dos trabalhadores que apareciam bêbados no abrigo e contava sobre o cotidiano de seus filhos, que os mais velhos estavam muito levados e o

bebê havia estado doente, coisas assim. Depois disto, eu retornava ao pátio para conversar com os trabalhadores alojados.

Fui levada para conhecer o abrigo por Giovana, a advogada do sindicato dos trabalhadores. No dia seguinte à primeira visita, voltei sozinha para entrevistar Igor. Ele não quis dizer nada sem autorização de seu “chefe”, que em breve descobri ser seu próprio irmão. Eu insisti argumentando que não o prejudicaria e que gostaria apenas de conhecer sua trajetória pessoal. Ainda assim ele negou-se a conceder-me a entrevista. O zelador ligou para o seu irmão, que depois do telefonema, foi até o abrigo para conhecer-me. Ele pediu que eu o acompanhasse até a rodoviária, onde fica a sala do Centro de Triagem do Migrante, local onde passa boa parte do tempo.

José Reinaldo é funcionário da prefeitura e há dez anos está alocado na Secretaria de Ação Social. Ele falou longamente sobre o fato de ser ex-drogado e ex-alcoólatra, sobre o alcoolismo entre os trabalhadores e sobre o “carinho” e o “respeito” com que trata aqueles que chegam a Esmeralda à procura de trabalho. Em seguida, ele mostrou-me um grande número de fotografias tiradas dos trabalhadores que ficam deitados pelas ruas ou embriagados, definindo-os como “problemáticos”, afirmando que “eles vêm só para beber pinga”. José Reinaldo sempre revê as fotos para conferir se algum desses trabalhadores está novamente pela cidade.

Terminada a nossa conversa, meu interlocutor acompanhou-me até a rua para mostrar-me como eu poderia voltar para o hotel. Nisto, deparamo-nos com seis trabalhadores deitados no chão, do lado de fora da rodoviária. José Reinaldo, aos gritos, mandou que ficassem de pé para falar com ele, cutucando com os pés alguns dos trabalhadores deitados. Perguntou-lhes se estavam alcoolizados e o que faziam pela cidade.

Uma vez, durante uma conversa com os trabalhadores na rodoviária, um rapaz de Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, pediu-me para eu conseguir com José Reinaldo uma passagem de ônibus para que ele pudesse voltar para sua cidade. Durante todo o período do trabalho de campo, inúmeros trabalhadores se queixaram de José Reinaldo para mim. Muitos o chamavam de “bruto” e relatavam como

ele os tratava mal. Muitos diziam que ele se negava a dar as passagens para que eles pudessem ir embora de Esmeralda.

Fiquei muito constrangida com o pedido que me foi feito, mas o jovem trabalhador insistiu, argumentando que eu era mais “inteligente” e se intercedesse junto ao funcionário da Secretaria de Ação Social, ele me atenderia.

Eu não sabia como proceder nesta situação, pois não queria me indispor com José Reinaldo e nem despertar a antipatia dos trabalhadores. Por outro lado, tive vontade de tentar fazer algo por eles. Também ponderei que se eu fizesse o pedido e conseguisse a passagem para o rapaz do norte de Minas, certamente essa notícia correria e muitos outros poderiam me solicitar o mesmo, o que se tornaria um transtorno.

Decidi sondar primeiro o funcionário da prefeitura para saber como são encaminhados os pedidos de passagens de ônibus pelos migrantes. Cheguei à sala de José Reinaldo e o cumprimentei. Perguntei como estava o movimento na cidade por causa da safra. Ele falou que a rodoviária estava cheia de homens em busca de trabalho e contou o caso de um policial que quebrou o braço de um trabalhador e com medo de ser denunciado pagou uma passagem ao agredido para que este fosse embora da cidade. José Reinaldo afirmou que se estivesse presente no momento da agressão, não a permitiria, inclusive porque é amigo desse policial.

Eu havia decidido retornar no outro dia para fazer o pedido. Por fim, nunca mais encontrei aquele rapaz e acabei não pedindo a passagem.

Em virtude da tentativa de controlar-me por parte de José Reinaldo, que orientou o irmão a não gravar entrevistas comigo, optei por não insistir com o gravador nas minhas conversas com Igor, de forma que todas as informações que possuo em relação a ele foram colhidas de maneira informal, nos nossos diálogos cotidianos.

Igor tem 50 anos, nasceu em Guimarães, mas reside em Esmeralda há muito tempo. Separou-se de sua companheira do primeiro casamento, com quem teve quatro filhos, que lhes deram cinco netos. Andréia, sua atual mulher, tem 33 anos e é esmeraldense. Este casal tem um bebê de 4 meses, uma menina de 6 anos e um garoto de 10.

Antes de trabalhar no abrigo, o zelador e sua esposa eram trabalhadores rurais. Segundo me contou, Igor era um excelente apanhador de café e já chegou a colher 120 sacas em um só dia. Com o dinheiro acumulado das safras, ele construiu uma casa no bairro Via Férrea, que está alugada. Sua mãe vive na parte de trás desse terreno.

Um desafio da minha vivência no abrigo era conseguir aproximar-me dos trabalhadores sem ser identificada como funcionária da Secretaria de Ação Social ou do sindicato. No início, houve certa dificuldade, pois sempre que chegava ao abrigo, Igor me convidava para ir a sua casa tomar um café e conversar, o que era percebido pelos trabalhadores como um sinal de que provavelmente eu estaria ligada a alguma daquelas instituições. E embora os trabalhadores não o tivessem em mau juízo como tinham a seu irmão, o zelador não deixava de ser um agente da prefeitura, representando autoridade e poder sobre eles.

Nas primeiras vezes em que estive no abrigo, Igor, ao perceber que eu não sabia como me aproximar dos trabalhadores, pedia a atenção de todos e me apresentava como pesquisadora do Rio de Janeiro, dizendo que eu queria entrevistá-los. Estas primeiras situações foram muito embaraçosas, pois na intenção de me ajudar, ele desligava a televisão a qual os trabalhadores assistiam e interrompia outras atividades que porventura os distraísse. Como era visível o constrangimento de alguns em função destas circunstâncias, as primeiras entrevistas não fluíram bem. Decidi então guardar o gravador e me aproximar de maneira mais informal.

Foi dessa forma que me aproximei de Sérgio, quando ele decidiu desabafar sobre os problemas que enfrentava. Este trabalhador havia sido surrado na rodoviária durante a noite e teve todos os seus documentos roubados, inclusive um álbum com as fotos de seus três filhos que moram com sua ex-mulher em Campos Altos. Ele havia ido a Esmeralda colher café, e também trabalha como tratorista. Nasceu em Guimarães e conhecia Igor da sua cidade. Sérgio já havia dormido três noites no abrigo, mas o zelador o deixou passar mais uma, enfatizando que estava abrindo uma exceção. O trabalhador tinha apenas a roupa do corpo, que estava bem suja. Igor lhe deu calça, cueca e blusa para trocar após o banho e disse: “Você é trabalhador, não tem que tá passando

por isso, não”. Esse apanhador de café pretendia ir à Secretaria de Ação Social pedir uma passagem de ônibus para visitar seus filhos.

Ao contar-me sobre a difícil situação pela qual passava, o trabalhador agredido mostrou-me as mãos: “Olha, moça, sou trabalhador, pode ver”. Este era um ato frequente entre meus entrevistados, sobretudo os que conheci no abrigo. Eles também costumavam mostrar-me seus documentos, em especial a carteira de trabalho, e fotos de suas famílias.

Nessa mesma noite, José Reinaldo apareceu no abrigo, pois durante à tarde, quando conversamos na rodoviária, eu comentei que iria àquele local para gravar algumas entrevistas. O funcionário da prefeitura sentou-se próximo a mim e ficou observando meu diálogo com Sérgio, o que havia sido roubado. José Reinaldo disse que seria bom mesmo que eu o entrevistasse e sugeriu que eu lhe perguntasse por que ele bebia cachaça.

Algumas vezes, Igor me indicava alguns trabalhadores para entrevistar. Geralmente isso acontecia com os trabalhadores que representavam um modelo ideal de trabalhador – esforçados, disciplinados – ou aqueles que eram o “oposto”, que chegavam bem alcoolizados ao abrigo, se metiam em confusões. O zelador lhes pedia que conversassem comigo e me contassem por que bebiam tanto.

Certa noite, Igor pediu que eu entrevistasse Eduardo, um paranaense de 65 anos, que trabalha há 13 anos nos cafezais de Esmeralda. Ele queria que este trabalhador me explicasse por que razão continuava trabalhando com “essa idade”.

Eduardo trabalharia apenas mais na colheita de 2008 e depois se aposentaria. Ele não viajava mais para trabalhar em outras regiões, saía do Paraná direto para Esmeralda e depois de terminada a safra do café, retornava a sua casa. Ele ainda trabalha porque acredita que isto “valoriza” a pessoa.

Após algum tempo frequentando o abrigo, houve uma noite em que, ao chegar por volta das 19 horas a este local, deparei-me com um grupo de seis ou sete trabalhadores do lado de fora. Todos estavam muito aborrecidos pelo abrigo estar fechado, pois estavam cansados e com fome. Um senhor que descobri depois ser da Paraíba, estava em

especial muito indignado com esta situação. Ao ver-me conversando com os outros, deduziu que eu era assistente social e veio furiosamente me pedir explicações sobre aquela situação. Eu disse que não sabia de nada, pois havia acabado de chegar. Junto a eles estava também Ramiro, de 52 anos, natural de Itabuna, que eu havia conhecido outra noite no abrigo. Ramiro está no seu segundo casamento e teve quatro filhos com a primeira esposa, de quem se desquitou. Seus quatro filhos e sua ex-mulher moram em São Paulo, onde ele morou durante 25 anos. Este trabalhador mora com a atual esposa em Itabuna.

Na capital paulista, Ramiro trabalhava como pedreiro. Na Bahia, ele trabalha com cacau, pesca, açaí e café, e também já foi cortador de cana em Goiás. Ele prefere cortar cana a colher café.

Ramiro contou sobre o EPI usado nas fazendas de cacau na Bahia. De acordo com seu relato, neste tipo de lavoura, os trabalhadores não precisam pagar pelo material de proteção utilizado. Os fazendeiros apenas dizem que o descontarão dos seus salários para que eles zelem pelo equipamento, mas não o fazem realmente. Nos canaviais onde trabalhou, Ramiro também havia recebido o EPI completo sem ter de comprá-lo.

Segundo Ramiro, na colheita dos cafezais na Bahia, paga-se R\$1,00 pela caixa de café, cuja medida é 20 litros. Em sua opinião, em Esmeralda ganha-se mais dinheiro trabalhando neste tipo de lavoura.

Se não encontrasse emprego em uma semana, Ramiro voltaria para a Bahia. Ele tinha o contato de uma pessoa que lhe arrumaria trabalho em uma fazenda em Esmeralda. Ramiro já havia sido chamado para ir à Fazenda Santo Antonio, mas outros trabalhadores o aconselharam a não ir.

Foi este trabalhador que saiu em minha defesa na noite do mal-entendido no abrigo, e explicou a Josué, o paraibano, que eu não trabalhava para a prefeitura.

Aproximei-me do portão e ouvi Andréia perguntando para o seu vizinho, que assistia ao tumulto do lado de fora, quem havia chegado. A mulher de Igor estava sozinha com os filhos, pois ele havia saído com seu irmão José Reinaldo para procurar sua mãe que havia desaparecido. Quando ela soube que eu estava ali, abriu rapidamente a porta para

que eu entrasse. Nisso, os trabalhadores se aproximaram dela e começaram a gritar e reclamar. Andréia me puxou para dentro e tornou a trancar a porta.

Uns quarenta minutos depois dessa confusão, Igor chegou com José Reinaldo. A mãe deles, uma senhora bem idosa havia ido à casa de outro filho e não avisou a ninguém. Em seguida o zelador abriu o portão para os trabalhadores entrarem.

Josué, de 64 anos, ao entrar, logo sentou-se e começou a conversar comigo. Ele disse que considerava Igor como um filho, contou-me que estava bebendo cachaça todo dia porque estava há muito tempo longe de sua família, e desatou a chorar. Josué levantou-se e não quis mais continuar a conversa. Pediu um prato de sopa a Igor e foi deitar-se. O zelador, jocosamente, disse que o paraibano estava “magoado” porque havia bebido “umas cachaças”. Os outros trabalhadores riram de sua brincadeira.

No ano anterior, Josué havia adoecido e ficou internado no hospital municipal de Esmeralda. Quando teve alta, uma assistente social pediu se ele poderia ficar no abrigo, pois não tinha onde ficar. Ele passou um tempo lá, aos cuidados de Igor.

Entre esses trabalhadores, nesta noite, havia um rapaz ao qual chamavam de “hippie”. Ele era todo tatuado, usava muitos brincos e vendia bijuterias feitas de sementes, miçangas e penas. Ele estava de passagem por Esmeralda e também queria passar a noite no abrigo. Ele causava bastante estranheza entre os trabalhadores, que também o achavam engraçado. Igor comentou que no dia seguinte pediria ao seu irmão que trabalhava na Secretaria de Ação Social para que arrumasse uma passagem de ônibus para mandar este jovem embora da cidade.

Observar o movimento no entorno da rodoviária revelou-se uma estratégia de pesquisa bastante profícua. Até o fim de maio, ainda não havia chegado muitos trabalhadores à cidade, em virtude do atraso da colheita, e o movimento da rodoviária não havia se alterado. Somente a partir de junho pude verificar a intensa circulação de trabalhadores recém-chegados à procura de uma oportunidade como safrista na colheita do café.

Foi na rodoviária onde conheci Benedito, um trabalhador que nasceu em São Paulo, mas se identificou como sendo do Paraná. Ele trabalhou a vida toda em lavouras e viajou por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais em busca de trabalho. Para estados como o Mato Grosso ou para o Nordeste não tem vontade de ir, pois está “acostumado com o clima mais fresco”. Benedito tem 60 anos, é separado e tem dois filhos os quais não vê há muito tempo. Sua filha é dona de casa e o filho está desempregado. Separou-se da mulher quando a filha tinha 10 anos e o filho, 5.

Este senhor viaja o ano inteiro, trabalhando em safras de diversos cultivos em diferentes regiões e não tem residência fixa. Ele não pensava em casar-se novamente porque não tem condições de sustentar uma nova esposa. “Como vou ficar carregando a mulher debaixo do braço nessa miséria?”, declarou.

Benedito nunca havia ido a Esmeralda. Depois da colheita do café, ia para Campinas, onde há lavouras de verduras. Ele acredita que o trabalho com hortaliças é “menos sofrido para quem é velho”.

Quando expliquei a ele sobre minha pesquisa, ele disse que eu deveria investigar as fazendas de café em Garça, no interior de São Paulo, cujos proprietários, em sua opinião, deveriam ser denunciados para a Polícia Federal. Segundo Benedito, nessa região, os alojamentos para os trabalhadores eram “piores do que chiqueiro” e a comida oferecida “nem cachorro queria”.¹⁷ Além disso, a medida real da saca de café ultrapassava em muito a medida suposta.

Este trabalhador criticou os homens que gastam o dinheiro ganho com o trabalho em cachaça. Benedito tinha o hábito de jogar na loteria, mas como nunca acertou, desistiu: “A vida do pobre é assim”.

Benedito estava há uma semana na cidade, não havia conseguido trabalho e estava dormindo na rua. Apesar de saber da existência do abrigo dos trabalhadores, Benedito não o procurou. Ele sabia que este havia sido construído pelo sindicato e sua opinião em relação a essas entidades era péssima. Ele criticou bastante o sindicato de Garça, afir-

17 Por diversas vezes os trabalhadores usaram essa expressão para referirem-se à péssima qualidade da comida fornecida pelas fazendas.

mando que seus representantes nunca fizeram nada pelos trabalhadores. Curiosamente, ele perguntou-me se eu sabia onde ficava o sindicato patronal de Esmeralda. Ele pretendia ir lá procurar por algum fazendeiro que pudesse lhe dar um emprego.

Enquanto conversávamos sentados no chão da área de embarque do terminal rodoviário, várias pessoas nos observavam. Um rapaz parou e perguntou se éramos pai e filha. Seu nome era Pedro. Ele é baiano, mora na cidade há 10 anos e é dono de um dos bares em frente à rodoviária. Pedro também já morou em São Paulo e em Belo Horizonte.

Eu falei que havia estado na Fazenda Santo Antonio e Pedro observou que essa fazenda era uma “bagunça”, pois seus alojamentos eram ruins e os gatos vendiam “pinga” para os trabalhadores.

Além deste baiano e de outras pessoas, José Reinaldo, através da parede de vidro de sua sala, da qual visualiza todo o movimento da rodoviária, também observava a minha conversa com Benedito. Em certo momento, ele me chamou e me convidou para ir a sua sala beber um café.

Era comum eu encontrar pela manhã na rodoviária os trabalhadores que havia conhecido na noite anterior no abrigo. Como fui ficando bastante conhecida entre eles, toda vez que passava pela região da rodoviária durante o dia, em geral para ir ao Ninter, eu era parada por esses trabalhadores. No início de junho, sempre havia muitos. Eles ficavam em pé, ou deitados ou sentados sobre suas bagagens. Os bares também estavam sempre cheios.

No primeiro dia em que reencontrei os trabalhadores, havia cerca de 20 homens em um grupo no qual estavam alguns que eu havia conhecido no abrigo. Quando me viram, todos me cercaram e começaram a contar histórias e a queixarem-se. Naquele dia, quase todos haviam tentado algum trabalho, mas nenhuma das ofertas recebidas compensava. Os gatos e fazendeiros estavam pagando muito pouco pela saca de café, algo em torno de R\$5,00.

Todos estavam muito agitados e vários estavam alcoolizados. Percebi que a minha presença ali estava despertando muita atenção. Com o tempo, constatei que essa região da rodoviária estava sempre sobre uma vigilância constante: do José Reinaldo, da Polícia Militar e dos

moradores da cidade que por ali passavam ou trabalhavam, como no exemplo do Pedro, o dono do bar e dos taxistas locais. Ver-me com os trabalhadores causava estranheza e sempre havia quem reparasse em nossas conversas.

Os diálogos entre mim e os grupos de trabalhadores na rodoviária aconteciam sempre da mesma maneira. Eles vinham até mim e queixavam-se de mais um dia sem trabalho ou relatavam as péssimas condições de alguma fazenda aonde haviam ido trabalhar, e por essa razão não quiseram ficar, voltando à rodoviária. Esta fazenda era quase sempre a Santo Antonio, cuja fama era péssima entre os trabalhadores. Muitos recusavam o trabalho antes de ir conhecê-la, devido às histórias que a envolviam. Estas versavam invariavelmente sobre: a precariedade do alojamento; a comida ruim e cara; os maus-tratos do gato João da Bica; a cachaça vendida por ele aos trabalhadores que, embriagados, acabavam brigando entre si; sobre o aparecimento de trabalhadores mortos em valas da fazenda e sobre o desaparecimento de trabalhadores vivos, os quais nunca mais eram vistos.

Nestas minhas passagens pela rodoviária, alguns dos trabalhadores pediam para ser entrevistados ou eram indicados para conversar comigo por aqueles que eu conhecia. Assim entrevistei Damião, natural de Umuarama, Paraná. Ele tem 44 anos e mora com sua mãe em Foz do Iguaçu. Damião é separado, tem uma filha de 19 anos e uma neta de 2. Ele também disse ter muita experiência no trabalho em cafezais, pois quando era criança trabalhava com seu pai, que era arrendatário de uma fazenda de 19 mil pés de café. Este trabalhador define-se como caminhoneiro, profissão da qual tem orgulho.

Ele mostrou-me sua carteira de habilitação. “Faz parte da minha vida, os meus documentos pessoais”, disse-me. No entanto, Damião nunca teve seu próprio caminhão. Ele iria colher café apenas porque estava “sem condições”. Pretendia trabalhar em Esmeralda e voltar para o Paraná para renovar sua documentação e refazer alguns exames exigidos pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran) para que possa continuar a dirigir caminhões. Damião viajou por São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso, e sua experiência inclui trabalhos em usinas de álcool, com trator agrícola e com gado.

Damião possui o ensino médio completo, o que se empenhou em destacar. Ele também já foi peão de rodeio e quase disputou o famoso torneio de Barretos. Este trabalhador estava fora do Paraná há 15 dias.

Neste mesmo dia, outro trabalhador também se ofereceu para ser entrevistado. Mas ele estava muito alcoolizado, por isso não o entrevistei. Perguntou-me se eu era do sindicato, pois ele havia me visto na Fazenda Santo Antonio, onde ele trabalhava, com Giovana, a advogada do sindicato. Como era um dia útil, eu lhe perguntei por que ele não estava trabalhando àquela hora. Ele respondeu que havia saído para ir ao banco, começou a beber na rodoviária e decidiu não voltar mais para a fazenda.

Muitos trabalhadores dormiam na rodoviária quando não tinham conseguido emprego ou haviam esgotado as noites a que tinham direito no abrigo. Manoel contou sobre sua experiência:

Passei uma noite ali na rodoviária para nunca mais... Eu quero ir embora. É um desespero. É muito perigoso, é muito frio. A gente quase perde a nossa vida. Já pensou uma pessoa, de 6 horas da manhã em pé até de noite? É um frio de doer os ossos. Você ficar de um lado pro outro em pé pra passar o tempo.

Para proteger-se do frio da madrugada, Manoel havia dormido dentro do banheiro da rodoviária. Ele saiu de Salvador, onde nasceu e mora, há um ano e durante todo este tempo não deu notícias à família. Alguns conhecidos viram sua mãe em um programa de televisão pedindo informações pelo filho desaparecido. Ao saber disso, Manoel decidiu ligar para casa. Ele queria voltar, mas não tinha dinheiro para pagar sua volta. Este trabalhador estava tentando conseguir uma passagem na Secretaria de Ação Social. De Esmeralda, não há ônibus direto para Salvador, somente para Feira de Santana. Para ir deste município até a capital baiana, Manoel teria que trabalhar para comprar uma nova passagem. Este baiano de 37 anos tem um filho pequeno, mas não é casado. Ele trabalhou no corte de cana e na colheita de feijão.

Os trabalhadores queixavam-se muito de poderem passar apenas três noites no abrigo, o que os obrigava a dormir na rua, quando ainda não possuíam emprego e nem podiam pagar um lugar para ficar. Mauro, que passaria sua última noite no abrigo, caso não conseguisse trabalho no dia seguinte, iria à Secretaria de Ação Social pedir autorização para dormir lá mais algumas noites, conforme orientação do “guarda” Igor.

Mauro mora em Lapão, na Bahia, com a esposa e os filhos de 13 e 10 anos. Ele tem 30 anos. Sua mulher trabalha como faxineira. Seus pais estavam trabalhando em São Paulo quando ele nasceu. Seu pai trabalhava como pedreiro e sua mãe como doméstica. Voltaram para a Bahia para que os familiares ajudassem a cuidar de Mauro. Há alguns anos, sua mãe voltou para São Paulo, mas seu pai continua em Lapão. Nesta cidade, também moram os irmãos de Mauro, todos mais novos. Uma irmã trabalha em uma lanchonete e a outra trabalha em uma rádio. Seu irmão tem 15 anos e ainda não trabalha.

Era a primeira vez que Mauro ia a Esmeralda. Além de trabalhar no corte de cana, ele esteve em Luís Eduardo Magalhães colhendo algodão e soja, e em outros lugares da Bahia colhendo feijão. Ele sonhava em montar um comércio e trabalhar para ele mesmo, na sua roça, no seu mercadinho, em sua cidade, onde “conhece as pessoas”.

Mauro estava há quatro meses fora de casa. Antes de ir a Esmeralda, onde havia chegado há uma semana, ele estava em São Paulo cortando cana. Como ainda não havia conseguido um emprego, acabou gastando o dinheiro que tinha ganhado e precisava trabalhar ao menos para pagar a passagem de volta a sua cidade. Ele aceitava qualquer trabalho, só não queria ir para a Fazenda Santo Antonio, por causa da má fama.

Viriato, que conversava com Mauro, disse que quando não podem mais ficar no abrigo e ainda não conseguiram trabalho, os trabalhadores ficam “jogados” na rua:

E se ficar muito jogado, a polícia chega e bate. Taca cassete. E aí não tem lei pra nada.

Viriato tem 40 anos e nasceu em Lobato, no Paraná. Segundo o trabalhador, esse município fazia parte de Colorado, onde mora atual-

mente, mas agora se emancipou. É separado e tem uma filha de 13 anos e um menino de 14 anos. Seus filhos moram com sua mãe.

Este paranaense costuma cortar cana na cidade onde vive. Disse que agora está voltando o plantio de café em sua região e por isso ele não precisará mais ir a Minas Gerais para trabalhar. Viriato já trabalhou em uma carvoeira em Goiás e na colheita da cana e da laranja em São Paulo. Pensa em ter sua propriedade e uma pequena quantidade de gado, “para não trabalhar mais para patrão”.

Viriato está há dois anos fora de Colorado. Era a terceira vez que ia a Esmeralda, onde trabalhou em diversas propriedades.

Sobre a violência a qual se expunham na rodoviária, Manoel havia falado algo semelhante a Viriato. No entanto, Manoel achava que o fato de alguns trabalhadores envolverem-se com bebidas, drogas e brigas despertava a represália por parte da polícia, e todos acabavam prejudicados pelo comportamento da minoria. “Não se comportam, aí a maioria paga”.

Ramiro e Damião também comentaram sobre a brutalidade policial em relação aos trabalhadores. Além da agressão física, estes homens tinham constantemente suas bolsas reviradas e suas roupas e pertences eram jogados ao chão.

Mas ao mesmo tempo em que estes trabalhadores lamentavam-se das situações por que passavam na rodoviária, consideravam um privilégio poder estar ali durante o dia, pois era um local de encontro entre os que procuravam trabalho e os gatos e fazendeiros. Alguns trabalhadores também tinham o hábito de procurar pelos escritórios das fazendas que ficavam próximos a essa região.

Apenas homens circulavam pelo abrigo. Embora alguns estivessem viajando na companhia de amigos, quase todos viajam sozinhos. Nenhum deles levava consigo a esposa ou filhos, em virtude das incertezas da vida em busca de trabalho: não era sempre que se tinha algo para comer ou onde dormir. Conforme a explicação de André, uma criança não suporta passar por esse sofrimento.

André tem 35 anos e é natural de Pedras de Maria da Cruz, no norte de Minas Gerais. Ele e mais sete amigos haviam saído juntos dessa cidade à procura de trabalho. Há 10 anos ele colhe café em Esmeralda,

onde morou durante um tempo. Ele e seus amigos estavam trabalhando em lavouras no município de Presidente Juscelino, mas “estava muito ruim”, pois não estavam conseguindo ganhar dinheiro. Estiveram em João Pinheiro, onde ficaram em um albergue para trabalhadores. Ganharam um dinheiro e conseguiram uma passagem até Patos de Minas, e de lá foram para Esmeralda.

André trabalhou em Magé, no Rio de Janeiro, por um ano, com charque e entregas. Foi a primeira vez que teve sua carteira assinada. Outras 17 pessoas de sua cidade também trabalharam para a mesma empresa. Ele voltou para o norte de Minas porque ficou com saudades de uma namorada, que não queria que ele viajasse. André tem dois filhos e desquitou-se há pouco tempo, mas está tentando reatar o casamento. Ele construiu a casa onde morou com sua família por sete anos. Quando ele estava trabalhando em Montes Claros, sua mulher foi embora e alugou outra casa para morar. Como a casa construída por André fica fechada, já que ele passa boa parte do tempo viajando, ele lhe pediu para voltar, para ela não ter de pagar aluguel. Ele dá R\$100,00 por mês de pensão aos filhos e lhes compra cadernos, roupas e remédios. André pede “a Deus” para sua mulher voltar, para os filhos não “ficarem jogados”, pois acredita que são eles quem mais sofre com a separação dos pais.

Assim como André e seus companheiros, Rafael e Ricardo também eram amigos em Irecê, de onde saíram juntos para ir a Esmeralda colher café. “É melhor que vir sozinho. Aqui não se faz amigo. Tem gente que diz que é amigo, mas não é”, afirmou Ricardo. Ambos haviam alugado uma pequena casa junto com outros colegas em Monte Azul. Quando o dinheiro acabou e não puderam mais pagar o aluguel, foram para o abrigo, onde já haviam ficado em anos anteriores.

Rafael tem 22 anos, mora com a esposa e com o filho de 1 ano. Ricardo tem 24 anos, também é casado e tem uma filha de 9 meses. Ele reside na casa de sua mãe, mas pensa que “quando se tem sua família, é preciso ter seu próprio canto”. Ricardo pretende juntar o dinheiro ganho com o café para construir sua própria residência. Os dois amigos nasceram e viveram sempre em Irecê.

Ricardo tem parentes em São Paulo e Uberlândia. Nesta última cidade, ele costuma trabalhar como ajudante de pedreiro e recebe R\$30,00 por diária. Ele diz que seus familiares tentam convencê-lo a mudar-se para Uberlândia, onde ele teria mais oportunidades de trabalho, mas ele só o fará se for possível levar sua esposa.

Ricardo pretendia ficar no máximo por dois meses em Esmeralda. Sua mulher não queria que ele viajasse. Ele estava há uma semana fora de casa e sentia muita vontade de voltar. Só sai de sua cidade porque lá ganha-se muito pouco, apenas R\$15,00 por dia trabalhando em construções.

Há dois anos Ricardo vai a Esmeralda apanhar café. De acordo com o que me contou, a safra não foi muito lucrativa para os trabalhadores em 2007, mas ele acreditava que em 2008 seria melhor.

Depois de algum tempo, reencontrei Rafael. Ricardo havia conseguido trabalho, mas ele não. Apesar disto, Rafael não estava sozinho: ele havia encontrado Artur, outro baiano de Irecê, de onde se conheciam de vista. Esses dois jovens trabalhadores estavam voltando para a Bahia, pois não haviam conseguido bons trabalhos. Os pais de Artur iriam depositar o dinheiro do aluguel de sua casa para que ele pudesse comprar a passagem de volta. Este jovem, que aparenta ter em torno de 25 anos, mora com seus pais e irmãos em Irecê. Ele separou-se de sua mulher e alugou a casa em que moravam.

Artur está desde o início do ano viajando em busca de trabalho. Foi para São Paulo, onde trabalhou como ajudante de pedreiro. Voltou para Irecê, e depois foi para Goiás, quando trabalhou em usinas de cana-de-açúcar. Por fim, foi a Esmeralda. A primeira vez que saiu de sua cidade para trabalhar foi em 2002, e depois em 2005, 2007 e 2008. Artur enfatizou que só faz isso porque em Irecê é “fraco de serviço”, pois “é muito ruim ficar tanto tempo longe da família”.

Artur trabalhou alguns dias em uma fazenda, cujo nome do dono ele não soube dizer, e pediu demissão. Ele estava ganhando muito pouco e achou o preço cobrado pela marmita muito alto. Em São Paulo e Esmeralda, lugares onde costuma trabalhar, nunca teve sua carteira assinada. Somente em Goiás foi registrado. Ele contou que nas fazen-

das menores nas quais a colheita dura 15, 20 dias, nunca se assina a carteira.

Alguns dos trabalhadores que encontrei, como Ricardo e Rafael, haviam saído de sua cidade diretamente para Esmeralda. Outros estavam há anos longe de casa e da família. Os que estavam há mais tempo sem retornar às cidades onde moravam são outros dois baianos: Roberto e Marcelinho.

Roberto tem 42 anos, nasceu e mora em Miguel Calmon, uma cidade baiana. Ele tem cinco filhas e um filho. Roberto mostrou-me um pequeno álbum com fotos de sua família. Ele foi para Esmeralda para “procurar serviço” pela primeira vez. Roberto colheu café em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, na Bahia. Antes de ir para o Alto Paraíba, esteve no município de Boqueirão, na Paraíba, trabalhando em uma usina de cana-de-açúcar. Ele também já trabalhou em lavouras de feijão e em “serviços gerais”. Continuou em busca de emprego por lá, mas não encontrou, por isso decidi ir para Minas Gerais. Este baiano está há três anos fora de sua casa e sente muitas saudades de sua mãe.

Quando conversamos pela primeira vez e eu expliquei sobre a pesquisa, Roberto agradeceu a Deus e a mim por eu estar ali o entrevistando. Ele também agradeceu a Igor, que estava presente, por tê-lo recebido tão bem, tratando-os “com todo amor e com todo carinho”. Nas vezes em que o encontrei na rodoviária, ele sempre me apresentava aos outros trabalhadores aos quais tentava convencer sobre a importância de conversar comigo por eu estar interessada na vida deles.

Marcelinho, de aproximadamente 30 anos, saiu de Irecê, sua cidade natal, em 1999. Nesta época, sua filha tinha 4 anos e seu filho, 2. Considerava-se casado, mas depois de nove anos sem dar notícias, não sabia se a mulher ainda esperava por ele. Ele mostrou-me as fotos de seu filho, de seus irmãos, de sua cidade e de sua casa. Marcelinho tinha um pequeno sítio, vizinho ao de seu pai, no qual plantava feijão, mandioca, jiló e melancia, “para não passar fome”. Este trabalhador circulou por diversos estados do Sul e do Sudeste, cortando cana e colhendo laranja e café. Ele havia passado um dia na Fazenda Santo Antonio e não quis mais trabalhar lá.

André, que estava fora de casa há 15 dias, contou sobre o irmão de um colega que há doze anos deixou a cidade natal e nunca mais retornou ou deu notícias à família. Este trabalhador e seus companheiros estiveram procurando por ele e não o encontraram.

Muitos desses trabalhadores se envolviam com mulheres, sobretudo prostitutas, durante suas viagens, alegando que passavam muito tempo longe de suas esposas. Manoel contou que havia conhecido uma “menina bonitinha” na rodoviária. Foi com ela para um quarto de hotel, e quando chegou lá, ela estava com cocaína. Dispensou-a porque não queria envolver-se com drogas.

Quando Manoel me contou o seu envolvimento com uma prostituta, muitos riram constrangidos.

De acordo com o que me foi relatado por esses trabalhadores, não parece haver entre eles e as mulheres que conhecem nos municípios onde trabalham um envolvimento para além de um breve contato sexual. A maioria desses homens não cogitava formar novas famílias, por mais que tivesse perdido o contato com os filhos e esposas. Eles explicavam que não conseguiam nem manter a família que tinham deixado no lugar de origem, e, portanto, não tinham condições de formar novas famílias.¹⁸

Nenhum dos trabalhadores entrevistados no abrigo era associado do sindicato de Esmeralda ou de qualquer outro. Para Manoel, o sindicato não se importa com eles e não cumpre a obrigação de ir às fazendas para verificar suas condições de trabalho.

Eduardo concordava com Manoel e achava que os sindicalistas só pensam em enriquecer à custa dos trabalhadores.

Houve um episódio no qual ficou evidente o desconforto entre os representantes do sindicato e os trabalhadores. Certo dia, ao caminhar pelo centro da cidade, encontrei novamente Ramiro, de Itabuna, e outros três homens que estavam com ele no abrigo na noite anterior. Ele

18 Menezes (2002) registra casos de casamentos entre os trabalhadores migrantes e as mulheres da região canavieira de Pernambuco na qual pesquisou, embora também seja mais comum relacionamentos casuais sem envolvimento sério entre esses trabalhadores.

e mais quinze homens haviam trabalhado na Fazenda Santo Antonio durante cinco dias (ele mostrou-me sua carteira de trabalho) e pediram demissão. O gato João da Bica não quis “dar baixa” na carteira, ou seja, liberá-los. Para isto, ele impôs como condição que pagassem o aviso prévio ou trabalhassem mais oito dias. Eles se negaram a cumprir essas exigências, pois se ficassem mais oito dias, mais R\$56,00 seriam descontados pela alimentação, já que a marmita custava R\$7,00 por dia. Eles também não tinham dinheiro para pagar o aviso. Ramiro também falou sobre como o gato vende cachaça para tirar o dinheiro do trabalhador. O preço da saca de café em Santo Antonio, nesta época, havia subido para R\$10,00. No dia seguinte, Ramiro e outros três companheiros que estavam com ele no abrigo ligariam para outra fazenda à procura de trabalho.

Por fim, este grupo conseguiu emprego em uma das fazendas de Carlos Heitor, através de um gato que os chamou na rodoviária, e precisavam que constasse a liberação na carteira de trabalho. Além disso, eles estavam sem dinheiro para comida e hospedagem, e só poderiam passar mais uma noite no abrigo.

Estes trabalhadores queriam pedir auxílio ao sindicato para resolver essa situação. Raimundo repetia que o sindicato teria que ajudá-los, pois essa era sua função, fazer algo pelos trabalhadores. Como esse grupo não sabia onde ficava a sede do sindicato de Esmeralda, eu e minha colega de pesquisa que me acompanhava neste dia, nos oferecemos para levá-los até lá.

Ao longo do caminho, Ramiro era o único entre os trabalhadores que falava conosco. Os outros três andavam atrás de nós, a uma distância considerável. O senhor de Itabuna contou que além de cobrar pela marmita (e pela cachaça), o gato vende pacotes de biscoitos para os trabalhadores alojados pelo triplo do preço do mercado.

Ao chegarmos ao sindicato, falamos com o recepcionista e explicamos o caso. Ele pediu que os trabalhadores aguardassem o atendimento de Giovana. Quando a advogada apareceu, explicamos novamente o que se passava com Ramiro e os outros safristas. Parecendo constrangida com a nossa iniciativa, ela pediu que esperássemos.

Decidimos então recorrer a Miriam, presidente do sindicato, que havia ido nos cumprimentar. Ela não foi muito receptiva, e apenas nos instruiu que eles deveriam ter procurado o Ninter, responsável por resolver questões envolvendo trabalhadores empregados há menos de um ano.

Miriam pediu que eu a apresentasse aos safristas, que permaneceram todo o tempo do lado de fora do sindicato, parecendo não terem se sentido à vontade para entrar. Deixei-os conversando e entrei novamente. Pouco depois, Ramiro nos chamou, nos cumprimentou e agradeceu por termos lhes conduzido até ali.

Após tê-los dispensado, Miriam explicou a Giovana o acontecido. A advogada veio falar conosco, em tom de brincadeira: “Como é que vocês ficam trazendo esse povo errado aqui... Essas duas vão virar nossas assessoras”.

Na noite seguinte, fui ao abrigo especialmente para encontrar Ramiro e saber o que havia acontecido depois que ele e seus companheiros saíram do sindicato no dia anterior. Os trabalhadores haviam retornado ao Ninter e, a princípio, os conciliadores haviam dito que nada poderiam fazer por eles. Um dos baianos ficou muito irritado e começou a gritar que iria denunciá-los para a Polícia Federal. Felisberto, o conciliador que representava os trabalhadores, decidiu então ligar para a fazenda e resolver o problema. Naquele mesmo dia, eles voltaram à fazenda e conseguiram a baixa na carteira. Foram ao escritório da Fazenda Santo Antonio, receberam o que lhes era devido e conseguiram o trabalho na fazenda de Carlos Heitor. Ramiro mostrou-me os exames médicos que lhes foram pedidos para a admissão na fazenda.

Quando tinham problemas trabalhistas, muitos trabalhadores deixavam de recorrer ao sindicato de Esmeralda ou de outras regiões, por acreditarem que não havia interesse por parte destes em ajudá-los. Em um ano anterior, Viriato havia trabalhado quatro meses em uma fazenda em Esmeralda, e quando foi receber o dinheiro ao qual tinha direito, lhe pagaram apenas R\$38,00. Ele não quis procurar o sindicato, pois achava que “a corda arrebenta sempre do lado mais fraco”. Mauro concordou com ele e explicou-me que como eles estão sempre viajando

ou moram em outras cidades e estados, fica difícil abrir um processo contra o patrão.

Stolcke (1986) também relata o medo dos trabalhadores do café do interior de São Paulo de entrar na justiça contra o empregador para exigir o cumprimento de seus direitos. Os que o fazem, ficam marcados e têm dificuldades para empregar-se novamente. A existência de uma massa de trabalhadores em busca de trabalho faz recuar os empregados da fazenda diante das greves, temerosos de perder o emprego. E ainda que não se perca o emprego, um dia a menos de trabalho é muito para quem ganha por diária.

No entanto, a não adesão a greves ou a inexistência de insurreições contra as formas de exploração e controle da fazenda não significa passividade ou conformismo. Scott (1986) sugere a análise das formas cotidianas de resistência para entender como a escolha por não participar de mobilizações abertas se inscreve na estratégia de manutenção do emprego e sobrevivência desses trabalhadores.

Carpir o mato grande e deixar o pequeno para continuar a ter serviço, parar de trabalhar ao primeiro sinal de chuva, furtos de sacas dos gêneros produzidos e quebras de peças das máquinas durante à noite são alguns atos de resistência e revolta descritos por Stolcke (1986) e Scott (1986). Enquanto qualquer pequena rebelião declarada desperta grande repressão por parte do Estado e dos patrões, esses atos de sabotagem podem produzir grande impacto na luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações (Scott, 1986).

Em Esmeralda, não há boicotes ao maquinário e nem roubos de sacas de café. Os atos de protesto e resistência consistem em pequenas greves, deserção e divulgação de histórias ruins sobre fazendeiros, fazendas e gatos; a construção de uma má reputação de seus empregadores. Uma fazenda com má fama, como a Santo Antonio, parece ter mais dificuldades em conseguir trabalhadores e, sobretudo, em mantê-los. O alto índice de abandono do trabalho, ainda que não afete substancialmente a produção de uma fazenda, não deixa de ser um inconveniente para proprietários e empreiteiros.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados tinha uma origem na roça e cresceu trabalhando com os pais na lavoura, como Roberto. Seu pai morreu quando ele tinha apenas 5 anos, e ele e os quatro irmãos passaram a ajudar a mãe, plantando feijão, abóbora, mamona e melancia no pequeno sítio onde viviam. Ainda hoje, a maioria de seus familiares mora na área rural.

Assim como Roberto, a maioria preferia a vida rural, considerada menos miserável. A roça é definida como um lugar onde não se passa fome, quando se pode plantar. A vida na cidade é pensada como sendo para quem tem um maior grau de escolaridade e, portanto, melhores oportunidades de trabalho como afirmou Artur: “A vida na cidade é muito difícil para quem não tem estudo”. Alguns dos trabalhadores entrevistados eram analfabetos e poucos haviam completado o ensino médio; a maioria tinha apenas o ensino fundamental incompleto.

A família de André, ao contrário da de Roberto, atualmente mora na cidade. Mas aquele trabalhador também nasceu e cresceu na roça, onde prefere viver.

Muitos desses trabalhadores, que cresceram em pequenas propriedades da família, perderam suas terras, por razões diversas. No entanto, alguns ainda plantam pequenas roças para subsistência. Ter terra representa segurança e alguma autonomia para não depender apenas de trabalhar para patrão.

Mauro acreditava que não deveria ter saído de seu município, pois ao menos lá ele não passava fome. Para ele, muitas vezes compensava o trabalhador rural trabalhar apenas em sua propriedade, caso tivesse, ainda que fosse somente para sobreviver, do que sair da sua cidade para “trabalhar para patrão”. Manoel partilhava de opinião semelhante e queixava-se de que jamais sairia novamente de sua cidade sem emprego certo, pois também havia passado fome. Ele falava repetidamente que nunca mais sairia de Salvador em busca de emprego, e que isso era uma “besteira”, a não ser que tivesse algum parente no lugar para o qual viajasse.

André também achava que por mais difícil que fosse a vida em seu município, ao menos ele estava perto de sua família:

O norte de Minas é sofrido, mas pelo menos tem os seus parentes, você está na sua casa, a gente tem um apoio. Há 10 anos, não dava para perder dinheiro, mas agora, mudou as coisas muito. Mas acho que dá para salvar pelo menos uns seis meses para fazer uma feira boa.

É corrente entre esses trabalhadores, assim como entre os entrevistados de Monte Azul, a ideia de que antigamente se ganhava mais dinheiro e a oferta de trabalho era maior para os apanhadores de café. Manoel havia trabalhado na Fazenda Santo Antonio e pediu demissão:

O dinheiro não compensa. O patrão aproveita. Eu pensava que era uma coisa, mas é outra. Agora não é mais como antigamente... Se ganhava mais dinheiro. Hoje tudo é mais difícil.

Nas outras vezes em que estive em Esmeralda, Viriato sempre conseguiu trabalho. Ele atribuía as dificuldades para empregar-se no ano de 2008 ao atraso no início da colheita em virtude da longa temporada de chuvas:

A gente vem à procura de uma melhora, trabalhar para dar uma roupa melhor para os filhos, comprar alguma coisa pra botar dentro de casa, uma televisão, um sofá, alguma coisa. Antigamente existia a gente ganhar dinheiro para fazer isso. Aqui a gente vinha já sabendo que levava (dinheiro). Mas agora, o que nós estamos levando é “ferro”.

Para Viriato, os governos estaduais deveriam ter a preocupação de gerar mais empregos para os agricultores, para que não fosse necessário viajar à procura de trabalho: “As pessoas não deveriam passar pelo sofrimento de ter que sair da sua casa e ficar longe da família”.

“Hoje” é um tempo em que se ganha menos e as dificuldades para conseguir trabalho são maiores. No entanto, não se pode voltar para casa sem dinheiro, fato que provoca vergonha e é percebido como

fracasso no lugar de origem. “Voltar sem dinheiro não dá. Tem que seguir pra frente”, dizia André.

É preciso poupar o pouco dinheiro que se ganha. Segundo Mauro, mesmo que o “acerto” seja ruim, é necessário guardá-lo para enviar à família. Aqueles que “ficam na gandaia” e gastam o que ganharam são sempre criticados. No entanto, para Mauro e Viriato, quem tem filhos, tem que “pensar muito e ter responsabilidade”.

Josiel, de 28 anos, nascido em Irecê, destacava-se entre os trabalhadores. Enquanto quase todos se desesperavam para conseguir um emprego e falavam em ir embora de Esmeralda, ele me pareceu mais seguro e com uma situação financeira melhor, o que lhe permitia certa margem de escolha entre as ofertas de trabalho. Este trabalhador não aceitava “qualquer serviço”. Josiel estava há um ano fora de casa e trabalhou em lavouras de soja, milho, feijão, mamona e em uma carvoeira. Ele mora sozinho, é separado e não tem filhos.

Os outros trabalhadores admiravam-se da situação de Josiel. Como havia entre eles alguma convivência, mesmo passageira, no abrigo ou na rodoviária, embora sendo de lugares diferentes, os trabalhadores sabiam o que se passava uns com os outros. Quem havia sido preso por beber e brigar, quem era o recordista do número de sacas colhidas em uma fazenda, quem não conseguia colher nada, entre outras informações do tipo circulavam entre esses trabalhadores.

Roberto contou que Josiel havia recebido cinco propostas de trabalho; o próprio Josiel confirmou essa história e acrescentou que três dessas ofertas aconteceram em apenas um dia. Roberto dizia que enquanto Josiel rejeitava trabalho, os outros não o conseguiam.

Apesar de não conseguir trabalho, de forma geral, ser considerado como uma dificuldade explicada pelo uso crescente do maquinário ou por uma safra ruim, muitas vezes havia entre os trabalhadores insinuações ou até acusações explícitas sobre a incapacidade individual de conseguir empregar-se. Quando Manoel falava sobre como não podia retornar a Salvador por não ter como pagar a passagem de volta, Josiel disse que se ele trabalhasse apenas três dias, conseguiria o dinheiro para ir embora, sugerindo que era difícil não conseguir nenhum serviço:

Manoel: Mas cadê o trabalho?

Josiel: Eu arrumei três serviços de ontem pra hoje.

Manoel: Sim, mas a gente não arruma, a gente fica ali...

Roberto: A história dele sabe como é que é? No meio de cem, às vezes dez arruma...

Manoel: Você (referindo-se ao Josiel) arrumou e não quis, eu estou doido, estou procurando e não estou achando. O que eu puder fazer eu faço, se não puder...

Em outra ocasião, quando Roberto chegou ao abrigo, eu conversava com um cearense que havia ido a Esmeralda para trabalhar em uma chácara. Roberto queria ir embora de Esmeralda, pois havia se “enganado” com a cidade. Ele contou que nunca havia passado por uma situação tão difícil e estava até pedindo dinheiro para as pessoas nas ruas. Roberto havia ligado para uma de suas filhas que iria lhe mandar dinheiro para ele ir a Brasília encontrá-la. Ela havia ido procurar emprego na capital federal.

Roberto partiria no outro dia, e mesmo que alguém lhe oferecesse emprego, não ficaria mais em Esmeralda. O cearense provocou-o, dizendo que para quem sabia trabalhar, emprego não faltava. Este disse ainda que se tentasse, certamente acharia trabalho, pois isto nunca havia lhe faltado. O baiano se irritou, pois havia passado cinco dias procurando emprego. O cearense, muito alcoolizado, ria e debochava. Roberto ficou muito nervoso, perguntou-lhe se ele havia bebido e disse que não conversaria mais com ele, somente comigo.

As qualificações pessoais, a “força de vontade” e a “sorte”, como mencionavam meus interlocutores, ou a ausência destas, apesar das circunstâncias difíceis, são importantes diferenciais que colaboram para o sucesso ou o fracasso na empreitada de empregar-se, e, sobretudo, empregar-se bem, assim como a ajuda divina.

No caso de Aluísio, um rapaz de Campinas, os outros trabalhadores alojados no abrigo especulavam sobre sua sanidade e achavam difícil que ele se empregasse, pois ninguém daria essa oportunidade a alguém com indícios de perturbação mental.

Este rapaz havia passado duas noites no abrigo. Ele nunca jantava e nem se sentava para conversar com os outros, apesar da insistência para que ele se aproximasse e partilhasse os seus problemas, “desabafasse”. Em poucas palavras, Aluísio resumiu para mim a sua vida:

A minha família me abandonou, sumiu todo mundo... Aí eu procurei sair, viver a minha vida, ser eu. Fui para o litoral, fui passando por um monte de lugares. Aí vim parar aqui. Aí quem sabe aqui eu tenho uma oportunidade, onde os representantes desse lugar possam fazer alguma coisa por mim.

As tentativas frustradas de conseguir emprego levavam sempre à escolha de sair de Esmeralda e ir para localidades próximas, para continuar tentando uma vaga como safrista em alguma fazenda de café. Muitos também iam para outros estados, como Roberto, ou falavam em voltar para casa, como Édison, de 25 anos, natural de Bom Jesus da Lapa. Após ficar desempregado, ele voltou a dormir no abrigo depois de um mês. Ele estava há um pouco mais de 30 dias em Esmeralda, para onde tinha ido pela primeira vez.

Segundo este baiano, muitos trabalhadores que foram a Esmeralda para trabalhar na colheita estavam voltando para suas regiões de origem já no final de junho (o período da safra vai até setembro ou outubro), e muitos outros estavam trabalhando somente para pagar a passagem de volta, pois ninguém estava conseguindo ganhar dinheiro.

Viriato havia trabalhado durante 12 dias em um sítio com um gato, até o fim da colheita. Poucos dias depois, o mesmo empreiteiro o chamou novamente para colher café, mas dessa vez ele não quis ficar até o término do trabalho, pois estava ganhando somente R\$15 por dia, sem os descontos pelas refeições. Este trabalhador e seus companheiros caminharam 30 quilômetros até a cidade, pois o empreiteiro não quis disponibilizar o ônibus para transportá-los após os pedidos de demissão.

Viriato não sabia informar o nome da fazenda ou do fazendeiro para o qual trabalhou. Ele disse que nunca o viu, pois resolviam tudo com o gato, cujo nome ele também não recordava. É comum os trabalhadores dizerem que não conhecem e nem sabem o nome do fazendeiro para o qual trabalharão. Ainda que saibam e prefiram não falar, o empreiteiro e o gerente da fazenda são figuras muito mais presentes em seu cotidiano, pois lidam diretamente com eles. Por esta razão, para os trabalhadores, estes profissionais e em especial o gato, muito mais que o proprietário, são os responsáveis pela exploração, pelos salários baixos e pelas demissões injustas. No caso da Fazenda Santo Antonio, por exemplo, os gatos Carlos Bigode (que descobri ser primo de Andréia, a mulher de Igor) e João da Bica são sempre mencionados por tirarem o dinheiro dos trabalhadores, mas o dono nunca foi citado por nenhum dos safristas com quem conversei.

As investidas para conseguir emprego usualmente eram feitas em grupo, mesmo que este fosse formado por trabalhadores que haviam acabado de se conhecer. Patrício havia chamado alguns dos trabalhadores entre os presentes no abrigo para conversar com um cafeicultor com quem ele havia trabalhado em anos anteriores. Este produtor era dono de um pequeno mercado próximo à rodoviária. Eles iriam procurá-lo neste mercado e ofereceriam sua mão de obra para a colheita:

Eu já trabalhei com ele, e ele disse: “A hora que você vier, a porta está aberta”. Vamos ver o preço do café, o preço da “boia” (refeição), vai ser tudo cantina (comprariam a comida da fazenda). Nós chegamos hoje... Está em R\$5,00. Vamos ver o preço que ele vai fazer... Não gosto de fazer promoção, não sou empreiteiro. Por que eu vou levar o cara enganado? (Patrício)

Patrício tinha aproximadamente 60 anos e era paranaense. Ele é separado, não tem filhos e nem residência fixa. Há anos ele trabalhava nos cafezais de Esmeralda, Monte Carmelo e Citrino. Em 2008, antes de ir a Esmeralda, onde estava há três dias, ele estava colhendo laranja no interior de São Paulo, mas desistiu deste trabalho porque não estava

ganhando dinheiro. “Estava muito ruim”. O empreiteiro que o empregou o estava roubando.

Damião também falava sobre a importância da “união” entre os trabalhadores para superar as condições precárias nas quais estavam vivendo, o que levava muitos a pedir água e comida nas casas da cidade. De forma semelhante a Patrício, ele dizia que “Não sou malfeitor, não sou gato, não sou agenciador de fazenda” e acreditava que por ser paranaense, o que supunha uma maior experiência no trabalho com o café, poderia e desejava ajudar aqueles que tinham menor prática nesta lavoura.

Na primeira vez em que conversamos, André aguardava a confirmação de um trabalho para ele e os outros sete amigos que haviam saído juntos de sua cidade. Ele falava repetidamente que “um tem que fazer pelo outro” e “onde um está, o outro entra”. Algum tempo depois, eles conseguiram trabalho em uma plantação de pimenta, na falta do trabalho no café. Como só havia emprego para três, eles se revezariam, para que os oito pudessem trabalhar. Cada um ganharia R\$25,00 por dia.

Este arranjo feito por estes trabalhadores tem a ver com o discurso sobre a “união”, de que “um tem que fazer pelo outro” e que “todos têm que estar unidos”, conforme repetido por alguns, como André, Patrício e Damião. O primeiro, para exemplificar esta postura, contou que dividiu o dinheiro que havia poupado com seus colegas que haviam ficado sem nada.

Quando posteriormente reencontrei André, soube que apenas três dos seus companheiros permaneceram trabalhando na pimenteira. Ele e outro amigo que foram trabalhar em um silo de uma pequena fazenda haviam voltado a dormir no abrigo, apesar de já terem excedido as noites às quais teriam direito. Igor não teria permitido que os outros também voltassem ao abrigo porque estavam bêbados. Este grupo do norte de Minas planejava alugar uma casa em Monte Azul para morar durante o período da safra, quando todos estivessem empregados.

Da mesma forma que em Monte Azul, circulava entre os trabalhadores do abrigo informações sobre onde estava “bom de serviço”. João Fagundes, um pernambucano que morava no município de Varze-

lândia, no norte de Minas Gerais, pensava em ir a Citrino, mas Viriato, a quem ele havia conhecido no abrigo recomendou que não o fizesse. Este paranaense comentou que em Citrino só havia pequenas plantações de tomate e café, cuja colheita durava apenas um mês e os preços pagos pelas sacas eram muito baixos.

João, antes de ir a Esmeralda, estava trabalhando em um cafezal em Monte Carmelo, mas logo pediu demissão, pois estava ganhando muito pouco. O preço da saca de café na fazenda onde havia trabalhado era R\$4,00 e as refeições custavam R\$5,00 por dia aos trabalhadores. Ele conseguiu uma passagem com uma assistente social da prefeitura para ir a Esmeralda. Disse que não houve dificuldades, bastou explicar a situação.

Em 1972, João Fagundes saiu de Pernambuco e retornou em 1976. Hoje ele não tem nenhum vínculo com seus parentes no Nordeste. Esse trabalhador também morou 27 anos em São Paulo e esteve em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, cujo clima achou muito quente. Quando perguntei por que os trabalhadores rurais não costumam buscar trabalho no Rio de Janeiro como em São Paulo, ele respondeu que não há emprego naquele estado, pois os cariocas não gostam de trabalhar, querem apenas “ficar bebendo cerveja na praia”.

João tem 50 anos e é viúvo desde 2005. Suas duas filhas, uma de 15 anos e outra de 19, moram com sua sogra, que possui umas “terrinhas”, onde plantam feijão, milho e mandioca, em Varzelândia.

O pernambucano, além de pagar pelo almoço e pelo jantar das fazendas onde trabalha, compra biscoitos para complementar a alimentação, porque acha o café servido pela manhã “muito fraco”. Ele também costuma comprar aparelho de barbear e outros itens para higiene pessoal. Com todos esses gastos, não lhe sobra dinheiro algum. Ele vendeu seu celular, do qual sempre falava com suas filhas, para pagar as diárias de R\$8,00 do hotel onde estava hospedado na rodoviária, antes de ir ao abrigo.

Há três anos João trabalha nos cafezais em Esmeralda. No ano anterior ficou até setembro e depois voltou para a cidade onde mora. Ficou até o dia 21 de dezembro em Varzelândia e em seguida foi para

São Paulo, onde trabalhou como servente de pedreiro e ficou hospedado na casa de seus irmãos. De lá, voltou para Minas, onde estava há 15 dias. Além de Monte Carmelo, João esteve também em São Gotardo procurando por trabalho.

João Fagundes avaliava que, há alguns anos, algumas fazendas melhoraram as condições de habitação e trabalho para os trabalhadores. Em uma das fazendas em que havia trabalhado em Esmeralda, ele afirmou ter pelo menos água quente para tomar banho. Para Viriato, houve mudanças porque “bateu a federal”, se referindo à fiscalização do Ministério do Trabalho. João também achava que agora “está mais sério”, embora ambos ponderassem que muitas melhorias ainda estão por serem feitas.

A avaliação sobre onde está “bom de serviço”, inclui não somente municípios, mas também fazendas. Os trabalhadores fazem uma distinção entre fazenda boa e fazenda ruim (termo meu). “Fazenda boa” é onde “eles ajudam mesmo”, segundo Roberto. De acordo com André, ganha-se dinheiro quando se consegue trabalhar em uma “fazenda boa”. “Fazenda boa” é aquela onde os trabalhadores são “bem cuidados”, ganham bem, têm direito a banho com chuveiro quente e boa alimentação:

Hoje em dia é muito difícil encontrar uma fazenda que assine a carteira. Que cuide da pessoa. Esse povo mesmo (da Fazenda Santo Antonio)... Dá o preço do café e quem quiser trabalhar...

Do contrário, a fazenda ruim, entre as quais a maior expoente é a Fazenda Santo Antonio, é aquela onde eles não têm seus direitos respeitados e são humilhados. Manoel havia trabalhado durante quinze dias nesta fazenda e descreveu o alojamento, situado em uma área próxima a um chiqueiro, como sendo frio e insalubre.

André contou que ninguém quer trabalhar na Fazenda Santo Antonio, e muitos dos que nela trabalharam, se demitiram, em virtude da exploração e dos maus-tratos aos quais eram submetidos pelo gato. Este ficava com parte do dinheiro ganho pelos trabalhadores e cobrava caro pelas refeições, reduzindo bastante o salário dos safristas.

Quase todos os trabalhadores narravam histórias sobre a Fazenda Santo Antonio, mesmo aqueles que nunca haviam estado lá. Édson também reclamou da péssima qualidade da comida e do alojamento desta fazenda. O colchão no qual dormia era muito fino, e ele recusou-se a provar a marmitta.

Édson e um amigo, como quase todos que se demitiram da Fazenda Santo Antonio, não quiseram esperar pelo ônibus que os transportaria à cidade e voltaram caminhando. Segundo esse trabalhador, quando alguém pede demissão dessa fazenda, a dispensa leva cinco dias para que os trabalhadores continuem consumindo as refeições e, portanto, recebam salários ainda menores. Um conhecido, ao final de um mês de trabalho nesta fazenda, só recebeu R\$60,00 depois de descontados os valores pagos pela alimentação e pelo EPI. Édson também contou histórias sobre corpos de trabalhadores encontrados nesta fazenda.

Roberto e Marcelinho haviam passado um dia na Fazenda Santo Antonio e também não quiseram mais trabalhar lá. Eles contaram que pela manhã, quando os trabalhadores acordam, o empreiteiro oferece cachaça para todos antes de irem para a lavoura, assim como na hora do almoço. “O caboclo já vai pra lavoura doidão”, disse Roberto.

Conforme os relatos dos trabalhadores, não adiantava queixar-se com o João da Bica, pois ele dizia: “aqui quem manda sou eu” e continuava os tratando mal. Há nesta fazenda outro gato, o Carlos Bigode, mas ele é considerado tão ruim para os trabalhadores quanto o João da Bica. A opinião corrente entre os trabalhadores com quem conversei no abrigo sobre os gatos, era que os empreiteiros se aproveitam de sua situação vulnerável para explorá-los. Eles sempre pagam menos pela saca do que o acordado previamente. Muitas vezes, o que os apanhadores de café ganham ao final da colheita, não cobre nem as refeições, cujo preço cobrado pelo empreiteiro gira em torno de R\$6,00 por dia.

O ideal de muitos trabalhadores, e o critério definidor de alguns, era trabalhar em fazendas onde pudessem negociar diretamente com o fazendeiro ou com o gerente. Josiel, por exemplo, não aceitava trabalhar para empreiteiro, para não ter de repassar parte do dinheiro ganho. Ele só trabalhava em fazendas nas quais não havia intermediário entre ele e o proprietário:

Eu não vou em todo serviço, não. Com empreiteiro, você não ganha o que você quer ganhar. Com empreiteiro, você esforça e não ganha dinheiro.

Manoel concordava que era melhor trabalhar sem o empreiteiro. Em sua concepção, só é possível ganhar dinheiro para mandar para a família quando se trabalha com carteira assinada e sem o intermédio do gato. “Com o gato, só se ganha para sobreviver onde estiver”, afirmou. Artur também não queria mais trabalhar com gato, pois achava que este lucrava muito em cima dos boias-frias.

No entanto, Roberto lembrou que em nem todos os lugares é possível trabalhar sem o gato, pois muitos proprietários não aceitam conversar com os trabalhadores. Quando estes os procuram, os fazendeiros pedem que procurem o empreiteiro. Ele citou como exemplo sua experiência em usinas de cana, onde só se trabalha com um mediador entre trabalhadores e patrões. Em meio a esta conversa, Patrício observou que na fazenda aonde ele levaria os trabalhadores para conversar não havia gatos.

Caso fossem contratados, esses trabalhadores ficariam no alojamento desta fazenda. Ainda que pesem todas as queixas e denúncias com relação à precariedade dos alojamentos das fazendas, não somente de Esmeralda, mas de outras regiões também, a maioria dos trabalhadores não gosta de trabalhar em fazendas que não oferecem alojamento, pois quando alugam casas na cidade para morar durante o trabalho na colheita, acabam frequentando bares e gastando o dinheiro, além de terem que acordar mais cedo para se deslocar até as propriedades e de correrem o risco de serem assaltados. André preferia ficar nos alojamentos:

Você evita de gastar na rua... Às vezes tem alguém que bebe. Que nem eu já vi aqui. A pessoa tirava a safra todinha aqui, quando chegava dia de ir embora, não tinha nem o dinheiro da passagem. Aqui em Esmeralda, tem uma vantagem, é bom. E também tem uma desvantagem. Tem muita gente aqui nessa época que fica só dependendo de esperar uma

pessoa chegar, quando a pessoa bebe, eles tomam o dinheiro, o cara fica liso, até documento vai embora. E pra não acontecer isso, é melhor a pessoa ficar alojada.

Patrício também preferia acordar e já estar “dentro do serviço”. Manoel, em outra cidade, trabalhou em uma fazenda que não possuía alojamento. Ele acordava às quatro horas da manhã para preparar a marmitta para levar para a roça. Quando saía para pegar o ônibus que o levaria à fazenda, o dia ainda não havia amanhecido.

No entanto, Roberto argumentou que mesmo quando os trabalhadores ficam nas fazendas, muitas vezes ao final da colheita, não recebem dinheiro algum, em função dos descontos relacionados aos gastos com a alimentação e com o material de proteção.

Apesar destas considerações, havia entre esses trabalhadores alguma discordância sobre se compensava ou não trabalhar com gatos. Quando indagado sobre o quanto os gatos ganhavam à custa dos trabalhadores, André me deu a seguinte explicação:

Depende. Vamos supor... O gato ganha dinheiro... Por que ele gosta da pessoa que é a pessoa boa de serviço. Por quê? Quanto mais a pessoa produz, mais o gato ganha também em cima. E quando a pessoa é ruim, aí ele não ganha quase em cima da pessoa. Então eles só gostam principalmente de gente que já mexeu com café... Se você falar com o gato “Eu nunca mexi com café”, ele não te leva não. Porque até você produzir ali, vai demorar. Porque tem pressa. O que é o café? Café tem gente que pega do mesmo serviço que você tiver, tem gente que pega em dez sacos, vinte sacos e têm outros que pega menos.

Ainda que a exploração e responsabilidade pelas condições degradantes de trabalho sejam atribuídas muito mais aos empreiteiros do que aos fazendeiros, também eram comuns afirmações de que estes não gostam de assinar a carteira de trabalho e não dão nenhum conforto aos seus empregados, e por isso muitos trabalhadores preferem demitir-se.

Embora Manoel achasse os fazendeiros “nojentos”, ao mesmo tempo, ele considerava que muitos trabalhadores não valorizavam as oportunidades dadas, “bebendo, brigando e bagunçando”. No seu entender, o total dos trabalhadores contratados costuma ser prejudicado por alguns “bagunceiros”, sendo a má vontade dos produtores consequência deste tipo de comportamento da minoria. Ele acreditava que os fazendeiros ficam com raiva porque dão emprego e oportunidade aos trabalhadores e não são reconhecidos por essa ajuda. As situações nas quais os trabalhadores têm a carteira de trabalho assinada são ainda mais complicadas, porque caso o fazendeiro não esteja satisfeito e deseje demitir algum dos safristas, terá que pagar uma série de encargos trabalhistas em virtude da rescisão do contrato de trabalho:

Porque ele registra aquele cara... Ele não vai poder botar pra fora. Ele vai ter que ficar com aquele cara até o final do contrato. Porque se você faz o contrato, se você bota pra fora, você vai ter que pagar o mês todo que você botou pra trabalhar, certo?

Para Damião, a relação entre fazendeiros e trabalhadores deve ser de uma consideração mútua: os primeiros devem ajudar os trabalhadores empregando-os, ao invés de usarem máquinas, e estes não devem colocar os patrões na justiça. “Tem uns que estão ganhando R\$50,00, mas querem ganhar R\$100,00. Eu sou contra isso daí”, declarou Damião.

De forma semelhante ao que foi narrado pelos trabalhadores do bairro Monte Azul, para manter uma boa relação com gatos, fazendeiros e garantir uma vaga como safrista em alguma fazenda, é preciso construir uma reputação de bom trabalhador, de apanhador rápido e eficiente. Como no café se ganha por produção, e os empreiteiros ganham porcentagens em cima dos trabalhadores, sua preferência é sempre pelos melhores colhedores. Os trabalhadores lentos e que colhem poucas sacas por dia são conhecidos como “aranha”. “Perder” é o termo utilizado para ter prejuízo, não conseguir ganhar dinheiro suficiente.

Encontrar trabalhadores campeões de produtividade, eliminando os trabalhadores com baixa produtividade tem sido uma preocupação dos arrematadores e fazendeiros, como destacou Novaes (2007).

Os trabalhadores consideravam o trabalho na colheita de café bastante penoso. Conforme relatado por André, muitos decidem trabalhar nos cafezais porque pensam que este trabalho é simples. Nesta noite no abrigo, ele apontou para um dos trabalhadores presentes e afirmou que ele nunca havia visto um pé de café. Patrício acrescentou que o mesmo se passa com a colheita de algodão, que “se ficar olhando, não pesa na balança”. Igor que também participava dessa conversa, contou que, quando era apanhador de café, colhia 120 sacas de café e ganhava R\$400,00 por dia, e que ele e sua mulher construíram uma casa com o dinheiro que ganharam nos cafezais.

Além de ser um bom colhedor, não beber, não brigar e nem “bagunçar”, é necessário trabalhar “bem, limpo e honesto”, para não sofrer uma fiscalização intensa do gato na lavoura.

Os trabalhadores que roubam sacas de café dos outros também acabam tornando-se conhecidos e vigiados:

Manoel: Eu estou trabalhando com você... Eu faço 30, você faz 10... Você pega o meu saco e bota no seu. Não pode acontecer isso. Se não, fica sujo. Esses caras trabalham sozinhos. Eles (os fiscais ou gatos) já botam para trabalhar sozinhos.

De acordo com Aluísio, “qualidade é importante”. Patrício contou que um trabalhador fez um “trabalho porco” em outra cidade, e em Esmeralda, um fazendeiro não quis contratá-lo porque ficou sabendo da história. Aqueles que já trabalharam na cidade e se envolveram em brigas, furtos ou em crimes mais graves, ou têm processos na justiça contra os empregadores, têm dificuldades para empregar-se novamente, em virtude da circulação destas informações sobre a reputação dos trabalhadores entre empreiteiros e fazendeiros.

Outros trabalhos sobre a situação de trabalhadores migrantes (Silva, 1999; Stolcke, 1986; Menezes, 2002) indicam a preferência

dos fazendeiros em contratar trabalhadores de outras regiões. Estes são considerados mais suscetíveis às táticas políticas do controle do trabalho pela sua permanência nos alojamentos, e mais dóceis, pela situação ainda mais vulnerável do que a dos trabalhadores nativos, por estarem distantes de sua terra, de sua família e de sua casa.

Todas as grandes fazendas de Esmeralda tinham um escritório, onde se faz a contratação formal dos trabalhadores, localizado quase sempre no centro da cidade. É no escritório que as informações sobre os empregados das fazendas são organizadas e controladas. É neste lugar que os trabalhadores são registrados, onde são guardadas suas fichas, sua documentação, e onde fica o Departamento de Pessoal. É no escritório que os trabalhadores são admitidos e dispensados formalmente. Como já sublinhou Silva (1999), o escritório foi criado para melhorar a gerência da força de trabalho.

Conhecer a reputação do mau e do bom trabalhador, tarefa e ferramenta do gato, é outra etapa do controle efetivo do processo do trabalho. Ser o fomentador da má reputação do trabalhador ruim – aquele que processa o patrão, é lento no trabalho, é alcoólatra e desordeiro – é também uma tática de controle, nos termos de Goffman (1988).

É nesse contexto que se pode entender a função de José Reinaldo e sua sala panóptica do Centro de Triagem do Migrante. José Reinaldo é o funcionário encarregado de fazer o controle social formal das pessoas de má reputação na rodoviária: os vagabundos, os bêbados, os potencialmente criminosos; em suma, os trabalhadores “de fora”.

O alojamento, assim como o abrigo construído pelo sindicato, também requer uma disciplina interna. Em ambos há uma autoridade para gerenciar o espaço, que se reserva o direito de punir com a expulsão todo aquele que transgredir as normas¹⁹. No alojamento, esta figura é o gato; no abrigo, esta tarefa é cumprida por Igor.

19 Aqui me pareceu possível um paralelo com o contexto trabalhado por Sayad (1998).

3.1 | ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA ENTRE OS TRABALHADORES

A ingestão de bebidas alcoólicas e de cachaça, em especial, era hábito comum entre esses trabalhadores. Porém, o consumo de álcool em excesso propiciava uma fama ruim, prejudicava a reputação. Os que bebiam demais, não raro eram objeto de piadas e gozações. Por outro lado, ninguém gostava de ser alvo dessas brincadeiras, que nunca eram consideradas apenas brincadeiras. Ser chamado de bêbado ou ouvir insinuações sobre ter o vício de beber ou de ter bebido era quase sempre uma grave ofensa moral.

Durante o período em que frequentei o abrigo, Manoel, André, Roberto e outros trabalhadores confessaram-me que haviam bebido ou haviam sentido vontade de beber, por causa das dificuldades que estavam enfrentando, embora não tivessem esse hábito. Os trabalhadores alcoolizados também ficavam mais vulneráveis a agressões e assaltos, como a história de Sérgio, contada no início deste capítulo.

Em um dia no qual eu passava pela rodoviária, Manoel me chamou para contar que havia conseguido um emprego. Segundo o baiano, 16 homens haviam se candidatado a esse trabalho, mas somente cinco foram contratados. A razão para a dispensa teria sido o fato de que muitos haviam bebido e estariam com “bafo de cachaça”. Manoel criticou os trabalhadores que ficam bebendo nos bares da rodoviária. Se as dificuldades para conseguir um emprego já são muitas, se agravam ainda mais nestas circunstâncias.

Manoel mostrou-me a solicitação do fazendeiro para que os trabalhadores empregados fizessem alguns exames médicos no hospital público de Esmeralda antes de iniciarem o trabalho. Eles ganhariam R\$5,00 por saca de café e o preço da marmita nesta fazenda era R\$3,00 por dia. Esta safra duraria sete meses. Aquela seria a última noite de Manoel no abrigo, pois no dia seguinte ele iria para a fazenda trabalhar. Outros dois senhores baianos que estavam no abrigo na noite anterior também haviam conseguido este emprego.

Em uma noite no abrigo, Igor pediu que eu entrevistasse um homem que havia acabado de chegar e estava muito alcoolizado. Os outros trabalhadores que participavam da conversa começaram a rir e

a gozá-lo pelo fato de ele estar bêbado. Manoel perguntou se ele bebia por desgosto, ao passo que ele respondeu que bebia por causa de uma “incompatibilidade no conjugue” (problemas em seu casamento). Esse trabalhador havia passado por Brasília, Luziânia, Paracatu e Cristalina antes de ir a Esmeralda. Manoel sugeriu-lhe que ele substituísse a cachaça por um refrigerante, argumentando que ele podia até beber, mas era preciso um limite. Igor apoiou esta ideia acrescentando que “bebida nunca resolveu problema de ninguém”.

Em uma noite, André chegou quando eu conversava com Roberto e falou em tom de brincadeira: “Não conversa com esse cara aí não que ele bebeu muito hoje”. Roberto não gostou da piada: “E você está sadio, é?”. Momentos depois, André afirmou que Damião havia sido preso por ter bebido demais e se envolvido em uma grande briga em um bar.

Uma observação corrente feita pelos próprios trabalhadores era que muitos diziam não ter dinheiro para alimentar-se, mas tinham para beber. Eduardo, entre outros, criticava os que bebiam, argumentando que eles gastavam R\$1,50 em uma dose de cachaça.

O fato de os trabalhadores chegarem alcoolizados ao abrigo incomodava muito a Igor. Quando aqueles que haviam bebido estavam muito agitados ou se negavam a cumprir as “normas” do local, o zelador os ameaçava dizendo que não os hospedaria mais.

Presenciei uma dessas cenas com dois trabalhadores sergipanos. Eles eram caminhoneiros e haviam viajado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Um deles, que estava completamente alcoolizado e falava muitos palavrões, reclamou muito quando Igor revistou sua bolsa de viagem. O zelador irritou-se e disse que se ele aparecesse bêbado novamente, não o deixaria mais ficar no abrigo. Igor também não permitiu que ele jantasse, dizendo que como ele havia bebido muito, a comida o faria vomitar no quarto, e o mandou ir dormir. Na noite seguinte, este sergipano apareceu alcoolizado de novo e Igor não o deixou entrar. O trabalhador começou a gritar palavrões e a chutar o portão de ferro do abrigo. Ele só parou quando o zelador ameaçou chamar a polícia.

As reclamações em relação à Fazenda Santo Antonio também envolviam a questão do consumo desenfreado da cachaça vendida pelo próprio gato. O comportamento violento era quase sempre associado

aos excessos na bebida, que provocava brigas entre os trabalhadores. Eram comuns também relatos de que, nesta fazenda, os trabalhadores costumavam andar armados com facões.

Fernando, um paranaense alojado no abrigo, perguntou a um dos trabalhadores que havia estado na Fazenda Santo Antonio se lá havia muitos paraibanos, dos quais ele não gosta porque os julga muito violentos. “Eles estão sempre armados com um facão na cintura”, afirmou. Por essa razão, Fernando queria voltar para o Paraná: “Entre os paranaenses não tem nada disso”. Em uma época em que trabalhava no Mato Grosso, este trabalhador viu um paraibano “rasgar de cima a baixo” o rosto de uma moça com um facão.

Fernando tem 25 anos, é solteiro e não tem filhos. Este jovem trabalhador havia saído de casa há três anos e meio e viajou por todo o centro-sul trabalhando em diversas lavouras, como cana e laranja. Somente no dia em que o conheci, ele havia decidido dar notícias a sua família.

Ainda outros dois episódios sobre brigas e facadas me foram narrados pelos trabalhadores no abrigo. Um paraibano contou-me sobre uma briga na qual se envolveu em um bar na Paraíba, com um sujeito que, sem motivo, “cismou” com ele e o esfaqueou. De acordo com o relato desse trabalhador, ele havia sido chamado de “veado”, o que não podia permitir. Após o término da história, ele levantou a blusa e mostrou-me as cicatrizes das facadas no abdômen. Eram duas, uma enorme e outra um pouco menor. A partir de então, ele passou a andar com uma faca para se defender.

José Luís, da Bahia, estava em um bar em Goiás, quando um sujeito começou a provocá-lo e a chamá-lo de “veado”. Eles brigaram e o baiano esfaqueou o outro. José Luís ficou preso por oito meses, o que achou muito injusto, pois o homem esfaqueado não teve nenhum ferimento grave e ficou no hospital apenas por dois dias. José Luís tem aproximadamente 40 anos, é “sozinho no mundo” e não possui residência fixa.

Além das brigas e facadas, os trabalhadores também estavam sujeitos a outro tipo de violência física: os acidentes de trabalho causados pela ausência do equipamento de proteção ou por este ser inadequado.

Jairo tem 46 anos, é do interior de Santa Catarina e tem uma filha de 4 anos que vive com sua mãe, já que sua mulher morreu no parto. Atualmente, ele não sabe onde elas moram, pois sua mãe mudou-se com a neta e não lhe comunicou o novo endereço. Embora não veja a filha há um tempo, Jairo afirmou fazer uma poupança para a menina, para que “ela não pense que o pai esqueceu dela”. Jairo e um primo que viajava com ele trabalharam em uma carvoaria no Mato Grosso do Sul, fechada por problemas legais, deixando-os desempregados. Quando estavam trabalhando, sem carteira assinada, uma motosserra dilacerou parte da mão esquerda de Jairo, que não usava qualquer proteção. Ele foi levado para o hospital, mas não quis operar. O médico tentou persuadi-lo, explicando-lhe que se não se submetesse a uma cirurgia, ele poderia ter sua mão amputada, mas mesmo assim ele não quis. Na época em que o conheci, sua mão estava bastante inchada. Os pontos estavam arrebitando e o corte grande e profundo parecia estar inflamado. Ele havia perdido os movimentos do dedo mínimo e do anelar.

Após o acidente, seu patrão o procurou e pediu que ele não dissesse no hospital como havia se machucado, pois posteriormente ele o indenizaria. Jairo inventou que havia levado uma facada em uma briga e nunca recebeu qualquer indenização.

Jairo também trabalhou em São Paulo, onde tem alguns primos. Este trabalhador de Santa Catarina passou um tempo em um presídio, mas não contou o motivo pelo qual foi preso. O catarinense e seu primo após serem demitidos da carvoaria, foram procurar trabalho em Itumbiara, no estado de Goiás. Foram assaltados na rodoviária daquela cidade e ficaram sem documentos, roupas e dinheiro. Pediram carona na estrada e caminharam até chegar a Uberlândia, onde fizeram o boletim de ocorrência.

Desta minha conversa com Jairo, participaram Ramiro e Leonardo, do norte de Minas Gerais. Leonardo tem 24 anos, casou-se há um ano e só ligaria para sua esposa, uma jovem de 17 anos, após seis meses. Ele havia saído de sua cidade há dois meses e só pretendia voltar em meados de 2009. O casal possui sua própria casa, mas enquanto Leonardo estiver fora, sua mulher morará com a irmã dele, para não ficar sozinha.

Jairo nos pediu conselhos sobre o que deveria fazer com sua vida. Ele não estava conseguindo trabalhar com a mão machucada e queria aposentar-se por invalidez. Os outros trabalhadores diziam-no para voltar ao Mato Grosso e processar seu ex-patrão. Ramiro também sugeriu que sem a carteira do trabalho, Jairo não conseguiria empregar-se em Esmeralda. Neste momento, houve certa tensão, pois Ramiro falou que nunca perdeu seus documentos, e que isto só acontece com quem bebe. Jairo, de forma mais exaltada, enfatizou que não havia “perdido” suas coisas, e sim que havia sido roubado, e mostrou-nos o boletim de ocorrência. Ele também perguntou se eu poderia arrumar-lhe um emprego e expliquei que não tinha como ajudar.

Além de Jairo, outros trabalhadores falaram sobre a falta do material de proteção adequado que deveria ser fornecido pelos empregadores. Um dos incômodos de Manoel em relação ao trabalho nas lavouras era causado pelo seu “pânico de cobras”, como descreveu. Ele disse que os cafezais de Esmeralda são cheios de cobra. Alguns trabalhadores confirmaram que já haviam encontrado muitas cascavéis nas lavouras de café. Manoel perguntou a Eduardo, que até então apenas ouvia a conversa, quantas cobras ele havia encontrado após todos esses anos de trabalho no café. O senhor paranaense respondeu que em sua vida matou apenas duas cascavéis, e que hoje não há mais cobras nas lavouras, em função da enorme quantidade de agrotóxico utilizada. Ramiro também falou sobre as sucuris que encontrou nos canaviais.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalho em locais onde há animais rasteiros e peçonhentos exige luvas e botas próprias ao trabalho. Nos cafezais de Esmeralda, os trabalhadores usam luvas de lã, ao invés de luva de borracha. Segundo André, após um dia de trabalho, as mãos ficam muito feridas, levando quinze dias para cicatrizar. Ao dizer isso, ele e os outros trabalhadores me mostraram os calos e machucados das suas mãos.

Em vez de tênis ou botas de borracha, Manoel afirmou que eles deveriam usar uma bota de couro com bico de ferro. Ele mostrou-me o sapato que usa para trabalhar, e disse que se usasse facão, facilmente se machucaria. Ele também reclamou do fato de não receberem óculos

protetores, para evitar que galhos ou pequenos ciscos arranhem seus olhos durante o trabalho.

Ao pedir demissão da Fazenda Santo Antonio, Manoel havia recebido um cheque pré-datado para quinze dias. Com o dinheiro comprou um sapato para trabalhar, para não ter de usar chinelos.

Igor, que observava a conversa, interrompeu para dizer que, por outro lado, existem muitos trabalhadores que se negam a usar o equipamento de proteção.

Na opinião de Roberto, “a prioridade para o trabalhador rural é o EPI”. Ele também contou que os trabalhadores dos canaviais recebem luva, caneleira, óculos e a botina com chapa de aço para proteger da batida do facão.

A comparação com o trabalho na cana era uma constante entre os trabalhadores. Ora eles diziam que era melhor trabalhar nos canaviais, pois os trabalhadores eram mais valorizados, ganhavam melhor e recebiam todo o EPI sem ter de pagar por ele, ora eles diziam que o trabalho era pior, mais desgastante fisicamente.

Mauro também considerava este trabalho mais pesado. Para Viriato, o corte da cana “tem valor, é valoroso”:

É pesado, mas é valoroso. Tem que voltar esses cortes de cana para acabar com esse negócio de café... Porque o corte de cana é valoroso. Você tem seguro-desemprego, FGTS, tudo certinho, você tem tudo. O corte de cana pra mim é primeiramente.

O trabalho “valoroso” é aquele em que o trabalhador tem todos os direitos respeitados e é bem remunerado. Neste aspecto, Mauro concordava com Viriato:

Mauro: Na cana dá pra ganhar dinheiro. É um serviço pesado, mas está mais valorizado do que o café. Porque tem todos os direitos.

Apesar dessas ponderações de que o trabalho na cana é mais “valeroso” do que no café, acredito que esta avaliação se dá em virtude das circunstâncias difíceis pelas quais esses trabalhadores passavam quando os conheci, longe da família, sem trabalho e sem dinheiro, expostos à violência e à fome. Os estudos como os de Stolcke (1986), Menezes (2002) e Novaes (2007) sobre as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana têm apontado para a direção inversa. A situação destes trabalhadores nos canaviais é tão ou mais perversa do que a encontrada nos cafezais de Esmeralda.

Mauro e Viriato se preocupavam muito com a aposentadoria. Eles lamentavam que o “governo” estendesse cada vez mais o tempo de trabalho necessário para conseguir a aposentadoria, e acrescentaram que quando chega o momento de o trabalhador se aposentar, ele já está para morrer. Viriato acha que, sobretudo, as mulheres deviam aposentar-se com menos tempo do que o exigido atualmente, pois considera que são mais “sofridas”, pois fazem o serviço doméstico e cuidam dos filhos. Ele disse que embora o homem trabalhe mais “pesado”, ele também é mais “protegido”.

Na cana também se ganha por produção como no café. Segundo a avaliação desses trabalhadores, quanto mais vale o café, menos se paga ao apanhador: “Quanto mais o café é bom, o preço é pouco. Se o café é ruim, o preço é mais.”

Roberto concordou com essa avaliação e acrescentou que ocorre o mesmo nas plantações de cana, onde também é preciso ser eficiente. Segundo este baiano, muitos trabalhadores pedem aos colegas para cortar o que falta em troca de alguns metros de cana ao final da colheita. Ele falou sobre os “fraquinhos” que não aguentam o trabalho. Manoel contou que na cana é preciso ser tão rápido quanto no café, pois também se ganha por produção:

Porque quanto mais rápido você é, mais você ganha. Igual o negócio do café. No café você tem que ser rápido. Se você andar devagar, você fica pra trás.

Outra queixa constante dos trabalhadores era em relação ao crescente uso das máquinas na produção agrícola. Embora entendessem que a mecanização inclui as diversas fases do processo produtivo, era mais comum que atribuísssem às colhedei­ras a diminuição da contratação da mão de obra.

Patrício mencionou que nas plantações de cana e mandioca os fazendeiros também estão substituindo os trabalhadores por máquinas. Conforme o mesmo, apenas as colhedei­ras de laranja não funcionaram bem. Manoel brincou que já devem estar aperfeiçoando esta máquina para colocá-la em uso.

De acordo com Roberto, a colhedeira de cana trabalha por 80 homens, contando das sete horas da manhã até as quatro horas da tarde. No entanto, muitas funcionam durante 24 horas, e apenas mudam de operador. Como as máquinas são alugadas por diária, os fazendeiros têm pressa em terminar a colheita, o que costuma acontecer em três dias. “A bicha é rápida demais”, comentou André. Este trabalhador con­to­u que quando a colhedeira passa em uma rua de café de 500 metros, restam no máximo 15 ou 12 sacos de café para serem colhidos.

* * *

Após algum tempo frequentando o abrigo, ficou nítido o papel que eu assumia para os trabalhadores. Se a princípio eles haviam me identificado como assistente social da prefeitura ou funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que provocou alguma desconfiança, não demorou para que descobrissem que eu era uma pesquisadora do Rio de Janeiro interessada em lhes ouvir, o que definiu os termos da nossa relação. De pessoa suspeita passei a “amiga” com quem podiam desabafar sobre as dificuldades encontradas em conseguir trabalho e sobre a tristeza que sentiam por estarem longe da família.

Uma das questões mais evidentes nesses momentos de desabafo era a tensa relação desses trabalhadores com os gatos, representantes do sindicato, com a polícia e com o funcionário da prefeitura, José Reinaldo. Eu ouvia queixas diárias sobre a violência com que os trabalha-

dores eram tratados pela polícia e do descaso do sindicato. Essa relação delicada com os órgãos e agentes institucionais, e com os “representantes” do fazendeiro – era como os gatos eram vistos –, fica nítida em inúmeras situações, como na ida de Ramiro e seus colegas ao sindicato para pedir ajuda e na forma como eram abordados por policiais e por José Reinaldo na rodoviária.

Havia uma etiqueta de convivência entre os trabalhadores que circulavam pelo abrigo. Nesse contexto de grande estigmatização e precariedade, normas de comportamento precisavam ser respeitadas. O consumo de álcool em excesso, por exemplo, era sempre reprovável, assim como o desperdício de dinheiro com prostitutas ou relacionamentos extraconjugais. Ser moralmente correto significava enviar o dinheiro para a mulher e os filhos.

Diferente dos trabalhadores do bairro Monte Azul, as mudanças de cidade entre os homens do abrigo não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre solitários ou com conhecidos.

Esses homens possuem uma vasta experiência de deslocamentos em busca de trabalho, bem como uma inserção bastante diversificada no que se refere aos tipos de ocupação. Há uma espécie de cálculo em relação ao melhor momento de sair de um lugar e ir para o outro, que considera onde estão as melhores oportunidades de ganhar dinheiro, o clima, a distância de um lugar a outro, o transporte necessário, ou o quanto será preciso gastar para se deslocar, a combinação entre o término da safra de um cultivo, e o início de outra, quanto tempo será preciso ficar longe da família. Esse conhecimento sobre onde está se pagando melhor ou quais lugares são mais difíceis de conseguir trabalho é adquirido através da experiência própria e da troca das informações entre eles.

Há uma interface entre essas práticas de deslocamento em busca de trabalho e os arranjos matrimoniais e familiares. Esses arranjos resultam da escolha e da disposição desses trabalhadores a se distanciarem de suas famílias, de forma temporária ou permanente. É notável o grande número de casamentos desfeitos.

Um último aspecto a ser destacado em relação aos trabalhadores do abrigo é a ambiguidade que viviam entre ter clareza sobre os problemas e as limitações de cada trabalho – na cana, no café, no milho – e a “ilusão” de que esses mesmos ofícios poderiam tornar-se meios de ascensão e reconhecimento.

Capítulo 4 | CONTROVÉRSIAS E SABERES DO OFÍCIO DE SER GATO

4.1 | OS GATOS EM ESMERALDA

Na tabela a seguir, aparecem resumidas as trajetórias e experiências dos empreiteiros entrevistados.

Ainda que sutis, as primeiras referências aos gatos ouvidas por mim no estágio inicial do trabalho de campo já sinalizavam as controvérsias e tensões que os envolvem no universo da cafeicultura em Esmeralda. Quando no começo de maio de 2008 revi a advogada do sindicato dos trabalhadores, ela mencionou o quão importante seria para a minha pesquisa eu conhecer os empreiteiros, acrescentando que alguns destes traziam muitos problemas para o sindicato por descumprirem a legislação concernente aos direitos trabalhistas.

Por outro lado, Verônica, moradora do bairro Monte Azul, ao ouvir pela primeira vez minha explicação sobre os objetivos do meu trabalho e ao indicar-me algumas pessoas com as quais eu deveria falar, insisti que eu entrevistasse sua comadre e vizinha Lucinda. Esta moça havia trabalhado como gata durante dois anos e se eu pudesse ouvir seus relatos, Verônica acreditava que eu poderia entender as dificuldades inerentes à profissão de empreiteiro, como ter de lidar com certos distúrbios causados pelos trabalhadores.

A partir destas informações e de um conhecimento prévio acumulado pela leitura da bibliografia relacionada ao tema (Stolcke, 1986; Sigaud, 1979; Menezes, 2002; Figueira, 2004), ponderei que seria difícil ter acesso aos gatos. Pela delicada posição que ocupam – situam-se na tensa divisória entre proprietários e empregados –, e do que representam

Tabela 3 |

Nome	Idade	Estado civil/ Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/cidade onde trabalhou
1. Tarcísio	48 anos	Casado (2º casamento)	MG/Esmeralda	Colheita de café, pecuária, experiência em vários tipos de lavoura	Não mencionou
2. Róbson	50 anos	Casado	MG/Abadia dos Dourados	Colheita de café, experiência em vários tipos de lavoura	Unai (MG), Formoso (MG), Brasília (DF)
3. Erick	66 anos	Viúvo	MG/Esmeralda	Meeiro, colheita de café, plantio de café, pecuária, operário de fábrica de cerâmica, experiência em vários tipos de lavoura	Abadia dos Dourados (MG)
4. Serafim	57 anos	Casado (2º casamento)	MG/São João da Ponte	Colheita de café, açougueiro, operário de metalúrgica	São Paulo (capital)
5. Lucinda	33 anos	Casada	MG/Uberaba	Colheita de café, cata do milho, vende roupas	Foi direto para Esmeralda

para os trabalhadores – com o tempo, pude constatar que a exploração à qual estes últimos são submetidos é consumada na figura do gato –, imaginei que estes intermediários entre a fazenda e sua mão de obra, se mostrariam relutantes em conceder-me entrevistas.

Mesmo assumindo que todo informante pode colocar em risco a teia de relações sociais na qual está imerso ao permitir que o antropólogo a destrinche – há sempre questões envolvendo familiares ou vizinhos, amigos ou inimigos, patrões ou empregados – algumas situações implicam danos maiores. Falar abertamente do seu ofício para uma pesquisadora que publicizaria em alguma medida os dados obtidos poderia ter sérias consequências. Supus que os gatos temeriam comprometer-se com os seus patrões, com seus contratados e com os órgãos e entidades incumbidos de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas, como o sindicato e o Ministério do Trabalho.

No caminhar da pesquisa, quanto maior a minha convivência com os trabalhadores hospedados no abrigo, mais a minha ponderação preliminar se ratificava, em virtude das histórias que me foram narradas sobre os maus-tratos e a espoliação aos quais eram sujeitados pelos gatos nas fazendas, especialmente quando trabalhavam alojados.

De fato, não foi possível entrevistar os gatos que vivem dentro das fazendas e mantêm os trabalhadores em alojamentos: essas propriedades eram distantes, a dificuldade em conseguir autorização dos proprietários ou gerentes para entrar nas mesmas tornou-se um obstáculo intransponível e não conheci quem tecesse o contato entre mim e este tipo de empreiteiro. No entanto, os empecilhos para aproximar-me dos gatos que não moravam dentro das fazendas não foram tantos, e a dificuldade acima mencionada foi apenas parcial.

Tarcísio foi o primeiro gato ao qual fui apresentada. Ele é conhecido como um dos mais antigos empreiteiros de Esmeralda. Eu o conheci através de Miriam, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Ela havia me levado para visitar o supermercado do sindicato, onde nós o encontramos fazendo compras. Após ouvir a explicação corrente sobre a razão da minha estada na cidade, Tarcísio convidou-me para ir a sua casa quando eu quisesse para gravarmos uma entrevista.

Dora, a funcionária da escola municipal de Monte Azul, desde o princípio, revelou-se um contato importante não somente para aproximar-me dos trabalhadores, mas também dos gatos. Dois de seus irmãos, Róbson e Tadeu, trabalhavam como empreiteiros, e logo a própria senhora mencionou a possibilidade de eu entrevistá-los e acompanhá-los em suas idas às fazendas. Mas somente consegui conversar com o primeiro; o outro não teve disponibilidade para receber-me.

De forma indireta, o contato com Serafim também foi conseguido através de Dora. Ela apresentou-me a Moisés, pastor de sua igreja, que era tratorista da Fazenda São José. Por sua vez, este religioso levou-me ao Galeão, outro bairro cuja maioria dos habitantes era de trabalhadores do café e onde residia o mencionado empreiteiro.

Por fim, o telefone de Erick me foi passado por seu sobrinho, docente do centro universitário local, o qual meu orientador havia conhecido. Quando me cedeu o endereço e o número do tio, aquele professor me fez muitas recomendações sobre a importância de eu esclarecer a Erick que não o prejudicaria, enfatizando que os empreiteiros tinham grande resistência em falar com pesquisadores.

4.2 | TRAJETÓRIAS PESSOAIS

Erick tem 66 anos e nasceu em Esmeralda. Durante um período, morou em Abadia dos Dourados, um município vizinho, onde era meeiro em um pequeno sítio. Há 23 anos, Erick voltou para sua cidade natal.

Este empreiteiro é viúvo há três anos e tem cinco filhas e um filho. Algumas de suas filhas moram em Uberlândia. Duas são enfermeiras e outras duas são donas de casa. Uma é professora e todas são casadas com caminhoneiros. Seu único filho também é caminhoneiro e sua nora é doméstica.

Erick possui uma namorada, Elisa. Esta moça tem 32 anos e é do interior de Sergipe. Sua irmã foi morar em Esmeralda há quase sete anos e, em seguida, Elisa também resolveu mudar-se para esta cidade, onde está há cinco anos. Ela trabalha, desde 2005, como safrista e reside sozinha no bairro Via Férrea em uma casa próxima à de Erick.

Este casal está junto há um ano. Ela pretende casar-se, ter um filho dele e mudar-se para o bairro Nairóbi, considerado melhor para viver. Os filhos de Erick do primeiro casamento são contra o namoro, pois, de acordo com Elisa, eles pensam que ela está interessada somente em seu dinheiro.

Assim como Erick, Tarcísio também nasceu em Esmeralda. Este empregado de 48 anos não conheceu o pai, que morreu quando ele ainda era bebê.

Tarcísio separou-se da primeira esposa quando descobriu que ela estava tendo um caso com outro homem. Posteriormente, o empregado casou-se com uma jovem de 22 anos. “Não posso morrer sozinho”, confessou-me. Sua atual esposa é apanhadora de café, e o salário recebido por ela é para suprir suas despesas pessoais. O sustento da casa é mantido com o dinheiro ganho pelo gato.

Um dos filhos de Tarcísio trabalha com computação e o outro é motorista de ônibus. Além destes, este gato tem três filhas, entre as quais duas são donas de casa e uma é dona de lanchonete.

Serafim e Róbson saíram das cidades em que nasceram em busca de melhores condições de vida e trabalho. Serafim é de São João da Ponte, tem 57 anos e há 25 anos reside em Esmeralda. Róbson nasceu em Abadia dos Dourados, onde viveu até os 5 anos. Em seguida, sua família mudou-se para Unaí. Quando jovem foi para Formoso, na divisa com a Bahia, onde morou por 16 anos. Depois, Róbson esteve em Brasília e por fim foi para o Alto Paranaíba. Ele tem 50 anos e mora há 26 anos em Esmeralda.

Da mesma forma que Tarcísio, Serafim também teve o primeiro casamento desfeito. Sua filha de 23 anos, que mora com a mãe, e seu filho de 22 anos são fruto dessa primeira união. Com a segunda esposa, ele tem uma menina de 11 anos. O empregado adora o município onde vive e se considera “como um esmeraldense”. Diz que foi onde criou seus filhos, lhes proporcionando educação e saúde e, portanto, não pode falar mal de Esmeralda. Em sua opinião, essa região oferece melhor qualidade de vida do que o norte de Minas, onde situa-se São João da Ponte.

Serafim conheceu sua esposa em Esmeralda há 27 anos e casou-se cinco anos depois. Seus três filhos, que moram com ele, são naturais do município. O mais velho tem 20 anos e é funcionário de um frigorífico. O filho do meio tem 18 anos e trabalha em uma gráfica, e a caçula tem 16 anos e apenas dedica-se a estudar. Sua esposa é faxineira na escola municipal de Monte Azul e sempre foi empregada doméstica. Ela trabalhou na colheita dos cafezais durante pouco tempo porque, segundo Róbson, ela não tinha habilidade para colher café.

Tanto Tarcísio quanto Erick possuem muitos irmãos. Os nove irmãos de Erick moram em Esmeralda, mas ele não costuma vê-los. “O povo não tem união”, falou-me. Seu irmão mais velho é pedreiro, um segundo é caminhoneiro. Outros colhem café. Seus cunhados são pedreiros.

Tarcísio tem oito irmãos, com os quais também não tem muita proximidade.

Os irmãos e pais de Róbson também mudaram-se para Esmeralda, mas em épocas diferentes. Os irmãos, cunhados, tios e primos de Serafim ainda vivem no norte de Minas. Ele costuma visitar os seus familiares a cada dois anos.

Erick e Serafim são católicos não praticantes. Tarcísio e Róbson frequentam templos evangélicos. O primeiro vai à Igreja Mundial da Fé, mas não se considera evangélico, porque não deixou de fumar e ainda não passou pelos rituais de batismo da religião, embora tenha parado de beber há 11 anos. Ele não frequenta festas ou outros eventos, apenas vai aos cultos dominicais de sua igreja. Róbson e sua esposa são fiéis da Igreja Jesus Cristo é a Verdade.

Todos estes quatro gatos possuem boas casas, muito maiores e mais cômodas do que as dos trabalhadores. A residência de Tarcísio é bem grande e possui uma ampla cozinha. Tem um quarto de hóspedes, um banheiro e uma suíte para ele e a mulher. Há também uma grande despensa. A casa é cercada por um muro alto de cimento, em cima do qual foi instalada uma cerca elétrica. Seus outros bens são um carro e o ônibus no qual transporta os trabalhadores até as fazendas. Antes de desquitar-se, Tarcísio tinha uma chácara e uma mercearia no Monte Azul, onde sempre morou. Com a separação, ele deixou a residência,

localizada na principal avenida do bairro, e o estabelecimento comercial para a ex-esposa e vendeu sua pequena propriedade rural. Com o dinheiro, construiu e mobiliou a nova casa, situada em uma rua transversal à mencionada avenida.

Róbson também mora no Monte Azul, em uma rua transversal à avenida principal, mas no sentido oposto ao da residência de Tarcísio. Sua casa, que afirmou ser seu único bem, também tem um muro alto de cimento. A casa tem dois dormitórios, uma sala, banheiro e cozinha. Segundo Róbson, apesar dos boatos de que os gatos ganham muito dinheiro, este ofício só lhe permitiu comprar uma “caminhonetinha velha”.

Nos fundos do terreno da residência onde mora, no bairro Via Férrea, Erick permitiu que um de seus genros construísse uma casa para morar com sua filha e seus netos. A casa deste empreiteiro tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Há um muro cercando a casa, intercalado com grades no portão de entrada e no portão da garagem. Da primeira vez em que estive com Erick, ele tinha um Gol antigo e um ônibus para levar os trabalhadores até as fazendas. Um mês depois, o carro foi vendido.

Serafim, antes de mudar-se para o Galeão, onde mora há 20 anos, residia no centro da cidade. Sua casa atual fica em frente a uma rodovia federal. Contrariamente aos casos anteriores, há somente grades separando sua residência da rua. Conversamos na varanda, a única existente nas moradias descritas.

4.3 | EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO

Nas trajetórias de trabalho de Serafim, Tarcísio, Róbson e Erick há várias semelhanças. Antes de se tornarem empreiteiros, todos trabalharam como boia-fria, colhendo, plantando e trabalhando em outras etapas da produção do café:²⁰

20 Sigaud (1979) observava como era comum na Zona da Mata pernambucana, a possibilidade de ascensão de um trabalhador a empreiteiro, uma vez que tal ascensão não

Até a sua ida para Esmeralda, Róbson nunca havia trabalhado em cafezais. Depois de um tempo, decidiu tornar-se empreiteiro. No início, teve de se esforçar muito, mas hoje Róbson fica “só no comando”.

Tarcísio trabalha com café desde que se passou a cultivá-lo em larga escala na região. Ele começou na Fazenda Ouro Verde. Conforme contou-me, nesta época não havia mulheres trabalhando nas lavouras.

Serafim trabalha como empreiteiro há 20 anos. Depois de um tempo colhendo café, o fazendeiro do qual era empregado permitiu que ele comesse a levar pessoas para trabalhar na lavoura. Serafim não gosta do trabalho no café, e só trabalha nisto “por precisão”. No norte de Minas, ele era açougueiro. Em 1973, Serafim trabalhou como operário de uma metalúrgica em São Paulo e depois voltou para São João da Ponte. Posteriormente, mudou-se em definitivo para Esmeralda. Ele acredita que hoje, as grandes capitais como São Paulo, só oferecem oportunidades de trabalho para pessoas jovens e com bom nível de escolaridade.

Tanto Erick quanto Tarcísio lidavam com gado antes do trabalho no café. O primeiro também foi funcionário de uma fábrica de cerâmica. Estes dois gatos, assim como Róbson, foram agricultores e trabalhavam com diferentes cultivos antes de tornarem-se empreiteiros. Este último também trabalhou como pedreiro.

O termo utilizado por Erick, Tarcísio, Róbson e Serafim para referir-se ao próprio ofício é “mexer com turma”. O gato é quase sempre o outro: em geral, o empreiteiro que leva os trabalhadores para morar nos alojamentos das fazendas, no discurso dos meus interlocutores. Quando a categoria gato é mencionada por aquele que fala para referir a si, ela é quase sempre acompanhada por uma correção:

Assumir... Gato, né? Mexer com turma. E nesses 26 anos eu venho fazendo isso, mexendo com café. Como gato, foi de 98 pra cá. Mexendo com turma (Róbson).

pressupunha nenhum tipo de acumulação, mas simplesmente os pré-requisitos da leitura e de saber fazer.

Tarcísio coloca-se em oposição ao gato, por “trabalhar com ônibus”, buscando os trabalhadores nos bairros da cidade ao amanhecer para a colheita nos cafezais e levando-os de volta ao entardecer, definindo-se como empreiteiro ou fiscal:

Mas o meu estilo que eu trabalho aqui... Eu trabalho com ônibus. Eu tenho carteira registrada sempre nas fazendas como fiscal. E aí a gente já vai trabalhando, vai começando a entender... No eu conhecer o pessoal... “Ó, fulano, trabalha de...” Em uns lugares chama de empreiteiro, em outros lugares chama de fiscal. A fazenda me contrata e eu chamo o pessoal pra trabalhar comigo.

Como Tarcísio, Erick também leva os trabalhadores em seu próprio ônibus. Róbson e Serafim usam os ônibus cedidos pelas fazendas, por não terem os seus. Tarcísio nunca levou os trabalhadores para morar nos alojamentos das fazendas. Em sua concepção, mantê-los nessas moradias significa explorá-los, e num sentido mais extremo, até escravizá-los. Ele explica sua preferência em trabalhar com boias-frias, como são denominados os trabalhadores que têm de se deslocar todos os dias até as lavouras:

Porque eu acho que esse trabalho (manter os trabalhadores nos alojamentos das fazendas) é tipo um trabalho escravo. O caboclo está ali trabalhando, ele vai receber mensalmente. O boia-fria recebe o pagamento quinzenal. Se é boa ou ruim a cama dele, ele está na cama dele. Tem o transporte pra levar e trazer ele todo dia. À tarde chega em casa tem um banho tranquilo. Come do jeito que ele quer na casa dele. Eu acho que esse negócio de alojamento nessa região nossa, tinha que acabar.

Como explicitado no primeiro capítulo, no município estudado costuma-se remunerar os boias-frias quinzenalmente, ao passo em que os trabalhadores alojados recebem um salário mensal.

Para Tarcísio, o Ministério do Trabalho deveria inspecionar rigorosamente a situação dos trabalhadores nos alojamentos:

A lei tinha que olhar a respeito desses empreiteiros que eles falam “gato”, que trabalha alojado. Na região de Esméralda está um problema. Porque se o maço de cigarros vale R\$1,00, lá no alojamento ele cobra dois, três no maço de cigarros. Se um litrinho de pinga vale R\$1,00, eles cobram R\$3,00 R\$4,00. Explorando o trabalhador que está em alojamento... Principalmente porque tem fazenda aqui que o Ministério do Trabalho faz vista grossa.

O empreiteiro acredita que se os fiscais trabalhistas fossem à Fazenda Santo Antonio, por exemplo, ela seria interdita. Neste local, os trabalhadores têm descontos descabidos nos seus pagamentos, pagam um preço muito alto pelas refeições e as condições dos alojamentos são insalubres. No entendimento de Tarcísio, essa situação, apesar de amplamente conhecida por toda a cidade, mas nunca combatida por nenhum órgão público ou pelo próprio sindicato dos trabalhadores, se deve à riqueza e ao poder do dono da fazenda. “Como é que um boia-fria vai lutar contra um homem desses?”, perguntou-me. Nas eleições municipais de 2008, este fazendeiro candidatou-se ao cargo de prefeito, mas não foi eleito.

Tarcísio ganha 7% do valor da saca pago pela fazenda ao trabalhador. Erick afirmou ganhar 50% do salário recebido pelos seus contratados. A cada duas diárias, uma fica para o empreiteiro:

Mas todo serviço que eu faço eu ganho o meu separado. Por exemplo, em duas diárias, uma eu tenho que ganhar. É a minha condição.

Essa porcentagem declarada por Erick destoa daquelas conhecidas também por outros estudos, sendo um valor muito acima do comum.

Os gatos passam o dia na fazenda, supervisionando o trabalho dos boias-frias:

Eu ando no meio da lavoura, quando a pessoa acha que eu estou para um lado, eu estou olhando o serviço dela. Se me serve, continua. Se não me serve, eu peço com jeito (Erick).

Aqueles com melhores condições financeiras, como Erick e Tarcísio, além de possuir um ônibus próprio, costumam contratar alguns profissionais para ajudá-los em seu trabalho. Ambos pagam um motorista, uma apontadora ou um apontador para contabilizar as sacas colhidas por cada safrista e para “fazer o acerto” no dia do pagamento. Por uma questão de confiança, Erick prefere que sua filha faça o pagamento aos trabalhadores; o apontador apenas faz a contabilidade das sacas.

O material necessário ao trabalho na lavoura, como o pano, a peneira ou o rastelo, geralmente é comprado pelo empreiteiro e é descontado do salário do trabalhador. Itens do equipamento de proteção, que nunca estão em conformidade com o exigido pela legislação, são providenciados pelos próprios trabalhadores. Ao invés de luvas de borracha e botas impermeáveis, usam-se luvas de lã, cuja durabilidade é de apenas um dia, e tênis ou sapatilhas de pano, no caso das mulheres.

Estes gatos levam os trabalhadores também para outros tipos de lavoura, como milho e feijão. Na entressafra, trabalha-se no plantio, na capina, na adubação e na desbrota do café, e em todo o tipo de atividade, como construção de cercas.

Erick, Róbson e Tarcísio, no período da colheita nos cafezais, lidavam com até 100 trabalhadores. Em 2008, todos já estavam trabalhando. Em junho desse mesmo ano, apenas Serafim estava parado. Ele disse que não havia trabalho, e estava aguardando ser chamado por algum fazendeiro.

Embora trabalhem em diferentes fazendas ao longo do ano, os gatos, durante a safra, voltam sempre para trabalhar nas mesmas propriedades. Tarcísio e Róbson costumam trabalhar em fazendas grandes; Erick e Serafim trabalham em fazendas menores.

Os empreiteiros somente aceitam registrar seus contratados quando a colheita dura mais de 15 dias. Assim como os trabalhadores,

os gatos consideram que assinar a carteira de trabalho por pouco tempo “suja” a carteira:

Você leva o pessoal em um serviço, trabalha dez dias já acaba o serviço. Não compensa hoje em dia assinar a carteira para um trabalhador mais não. Trabalha dez dias, acaba o serviço tem que dar baixa (Serafim).

Para Tarcísio e Erick, muitas leis trabalhistas que, a princípio, são consideradas conquistas sociais, tornam-se prejudiciais aos próprios trabalhadores, como no exemplo acima. Argumenta-se que a grande quantidade de encargos e obrigações impostas aos produtores e os riscos de sofrer sanções e multas por não cumpri-las, os fazem optar pela mecanização, causando desemprego e diminuindo a renda entre os boias-frias:

O trabalhador em geral sofre muito, porque as leis hoje, para quem está na lavoura, estão rígidas demais e prejudicam... Em parte o trabalhador e em parte o fazendeiro... O fazendeiro está tendo que pôr máquina hoje em dia por causa das leis que estão vindo. Porque antigamente, quando eu comecei a trabalhar, não tinha as leis que tem hoje, o pessoal ganhava mais dinheiro. Hoje... O caboclo trabalha 15 dias em uma fazenda, já tem aquele negócio, que ele tem que receber direito. Já muda até o estilo que o fazendeiro tem de trabalhar com o trabalhador... Por quê? Se ele pagar alto demais, tem que pagar tempo de casa, é mais remunerado, é mais isso, mais aquilo, você entendeu? Então em vista de hoje com antigamente, hoje está mais difícil. Antigamente você pegava um café aqui... R\$5,00... O pessoal ganhava, não tinha aquela burocracia de fiscalização (Tarcísio).

Para Tarcísio, se essas leis fossem extintas, os fazendeiros aceitariam subir o preço das sacas de café. O empreiteiro afirma que os cafeicultores ganham quase 100% do que produzem em cima do trabalhador, e seria preciso coibir esse lucro tão absurdo.

Porque o trabalhador não sabe o preço do mercado de café. Porque o fazendeiro colhe, ele ganha um absurdo vendendo lá pra fora saca de café. E o trabalhador ele vai trabalhar no café a R\$3,00, R\$4,00. Resto de colhedeira é R\$6,00. Café que vai exportar, eu tenho certeza que vende a R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00 a saca. Você vê o fazendeiro comprando fazenda e mais fazenda e a situação do trabalhador cada vez mais difícil.

A proibição do trabalho até os 16 anos também aqui é descrita como uma perda, e não como um benefício ao trabalhador. Por outro lado, nem todas as leis são consideradas ruins. A obrigatoriedade de o trabalhador submeter-se a uma avaliação médica antes do início do trabalho, por exemplo, é extremamente valorizada.

A mecanização crescente é um dos maiores problemas apontados pelos empreiteiros. Para Erick, as máquinas estão causando muito desemprego entre os trabalhadores, especialmente nas fazendas grandes, onde alguns fazendeiros começaram a pagar por pé. Segundo Róbson, uma das propriedades na qual sempre trabalha, a Fazenda São Pedro, uma das maiores de Esmeralda, usa três, quatro colhedeiças durante três meses para depois passar à colheita manual:

Vai chegando um tempo... Estudo pouco... A única coisa que a gente sabe fazer são essas coisas grosseiras... Então... Vai ficando difícil. Igual o maquinário que a cada dia vai operando mais... (...) Esse negócio de máquina está tomando muito a área do trabalhador. Mas por enquanto a gente está mexendo, mas vai ter um ponto que não vai ter para ninguém não, só para a máquina mesmo (Róbson).

Serafim lamentou-se muito em relação à diminuição da oferta de trabalho nos cafezais em Esmeralda, o que atribui à grande quantidade de máquinas usadas pelos produtores e ao elevado número de trabalhadores que vêm de outras regiões procurando emprego:

Esse ano deve entrar em Esmeralda umas 10 mil pessoas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão. Esse ano está parado. Porque as colhedeiças, infelizmente, estão tirando a mão de obra do trabalhador. Porque eles estão trazendo muita máquina sofisticada, está tirando a mão de obra do trabalhador. Eles estão tirando a mão de obra do trabalhador e estão dando muito apoio para o pessoal que vem de fora. E o pessoal daqui não está sendo valorizado, o pessoal mesmo que trabalha de boia-fria.

A solução para a escassez de emprego em sua opinião seria a instalação de novas indústrias em Esmeralda:

Se não trouxer para cá outro tipo de serviço, uma indústria, qualquer coisa para poder gerar outra mão de obra sem ser café, fica difícil... Esmeralda hoje deve ter no mínimo uns 20 mil trabalhadores rurais da cidade mesmo. Quando acabar essa colheitinha de café, como esse povo vai sobreviver? Não tem como. Porque o forte daqui é o café. Acabou o café, acabou a cidade.

Outra queixa de Tarcísio no que diz respeito às relações trabalhistas é a implementação de uma lei recente, conhecida como “embutido”. No seu entender, os trabalhadores estão sendo prejudicados, pois têm recebido menos do que deveriam. Por esta lei, os trabalhadores recebem seus “direitos” – 13º salário, férias, repouso semanal remunerado – inclusos no preço do café, ao invés de receberem ao término do trabalho, fazendo com que os fazendeiros dissimulem o valor real da saca. Depois que o “embutido” passou a vigorar, se uma saca de café vale cinco, os safristas recebem R\$3,50 por ela, por exemplo. O restante é distribuído em direitos e eles acabam recebendo menos do que aquele café realmente vale:

Saiu uma lei aí que nós não entendemos... A pessoa vai trabalhar em uma fazenda... Ele trabalha lá, final de safra ele

conta com aquele acertinho dele. Com aquele acerto, ele vai comprar um estoque de mantimento para pôr dentro de casa, às vezes comprou uma televisão, um guarda-roupa... Saiu umas leis hoje, um acordo do Ministério do Trabalho... O caboclo trabalha em uma fazenda, vamos supor que ele (o fazendeiro) paga R\$8,00 a saca. Vai pôr preço no café de seis. Aí R\$2,00, chama embutido. Ele põe em cima todos os direitos que a pessoa tem até atingir oito. Depois, se a pessoa ficou até o final da safra ali, ela pega só o FGTS, porque o direito que ele tinha já recebeu. E na verdade isso aí que eu acho é um golpe.

Segundo Tarcísio, antes de irem para as fazendas, os trabalhadores costumam perguntar se no lugar onde trabalharão “paga embutido”. O empreiteiro diz que nestes locais, muitos trabalham apenas 4, 5 dias e pedem demissão, e que não há como impedir o trabalhador de ir embora quando a fazenda está pagando pouco.

Na concepção de Tarcísio, mais importante do que exigir o uso do equipamento de proteção pelos trabalhadores ou proibir o trabalho infantil, os legisladores deveriam preocupar-se com outras questões mais fundamentais, como obrigar os produtores a subirem o preço pago pela saca de café e revogar essa lei do embutido. O empreiteiro criticou a atuação do Ministério do Trabalho, argumentando que quando seus representantes vão às fazendas, apenas fiscalizam se o trabalhador está usando o EPI, sem a preocupação de certificarem-se que outros direitos dos empregados estão sendo cumpridos.

Tarcísio, Erick e Róbson são associados do sindicato dos trabalhadores quase desde a sua fundação. Serafim não tem qualquer relação com esta entidade, desconhecendo o seu funcionamento. Ele disse que o sindicato de Esmeralda não existe mais por causa da diminuição do emprego de boia-fria.

De maneira inversa, na percepção de Erick, o sindicato é bastante atuante. Ele mencionou que seus representantes costumam ir às fazendas para certificarem-se que os trabalhadores foram registrados e que instruem os empreiteiros a não permitirem que os boias-frias trabalhem

de chinelos, descalços ou portando armas. Ele mesmo é orientado a não andar com facas ou facões na cintura, “para não ficar provocando” (os trabalhadores). Quando há um acidente de trabalho, o fazendeiro precisa pagar pelo atendimento médico de seu empregado. Do contrário, ele pode ser denunciado pelo trabalhador. “Senão vai no sindicato e fica pior”, afirmou Erick. Ele contou que muitos boias-frias recorrem ao sindicato para denunciar irregularidades nas relações de trabalho. Erick diz que nem ele nem os apanhadores de café podem andar com facas ou facões na lavoura.

No caso de trabalhadores que tiveram a carteira assinada, o acerto é feito no sindicato. Para este gato, a entidade “ajuda a resolver”. Ele também costuma utilizar os serviços médicos e odontológicos prestados pelo sindicato.

Tarcísio também possui uma grande proximidade com o sindicato. Ele foi citado pela advogada e pela presidente da entidade por diversas vezes como alguém a quem eu deveria conhecer. Como escrito acima, quando o encontrei pela primeira vez, ele fazia compras no supermercado para associados do sindicato.

Tarcísio contrata trabalhadores das mais diferentes regiões, como Paraná, Sergipe, norte de Minas Gerais. Ele não vê problemas em contratar pessoas “de fora”, como Serafim:

O pessoal de fora, eu não mexo, sabe? Tenho medo. Mexer com gente alojado é muito perigoso. Então eu prefiro mexer com boia-fria aqui da cidade.

Figueira (2004) em sua pesquisa sobre o trabalho escravo contemporâneo, fala sobre o “medo”, nos casos que estudou, afirmando que, nas relações assimétricas, envolvendo pessoas como poderes diferenciados de controle da violência, ninguém está completamente a salvo. Assim, destaca o autor, o trabalhador tem medo de outro trabalhador, do gato, do fazendeiro; o gato, por sua vez, também teme o trabalhador, outro gato, o fazendeiro; assim como o fazendeiro também pode temer outro fazendeiro, o gato, o trabalhador.

Erick não vai à rodoviária em busca de trabalhadores para contratar e gosta de ter referências sobre as pessoas com as quais trabalha. “Pra não dar problema. Mesmo assim, ainda dá problema”, contou-me. Em sua opinião, os trabalhadores que vêm de outras regiões causam muitos distúrbios em Esmeralda. Ele relatou um caso de assalto em um bar em Pescadores, um povoado próximo. Um grupo de homens armados rendeu a todos e roubou R\$3 mil. Quem contou-lhe a história desconfia que os ladrões são apanhadores de café, pois estavam muito sujos de terra.

Erick prefere contratar casais, mulheres e pessoas mais velhas, pois acredita que estes dão mais valor ao trabalho. De acordo com Erick, não se pode fichar qualquer pessoa, pois senão ele pode ter prejuízo, como no caso de trabalhadores faltosos ou que não são eficientes:

Não pode fichar qualquer um, porque senão não ganha o certo. Pegou parado, tem que descontar. Porque você está segurando o lugar do cara, não poder pôr outro no lugar.

Róbson também prefere trabalhar com conhecidos. A maioria das pessoas com as quais trabalha veio de outros estados, mas mudou-se para Esmeralda e reside em Monte Azul. Esses trabalhadores são, em geral, homens jovens.

A escolha de Róbson, Erick e Serafim de trabalhar com pessoas em relação às quais tenham referências é uma forma de protegerem-se, de pouparem-se de conflitos ou atos de violência vindos de desconhecidos, talvez possíveis criminosos foragidos de outros lugares. Tarcísio, apesar de ser o único que não se importa de contratar trabalhadores “de fora”, que vão à cidade apenas durante o período da safra, reconhece a diversidade de situações às quais está sujeito. Ele distingue trabalhadores que vão à cidade com o intuito “verdadeiro” de trabalhar de outros que vão apenas para beber e badernar:

Vem só pra buscar o dinheiro pra família dele. Tem também aquele mau elemento que vem e fica, né? Vem só por motivo de bebida. Gente de fora que vem pra cá, gosta do lugar con-

tinua morando aqui. Às vezes tem condições, compra uma casinha aqui, entendeu? Tem gente boa de você mexer, tem gente difícil de você mexer, tem gente que é bom elemento.

Por trabalhar com safristas de outras regiões, há uma maior rotatividade entre os trabalhadores contratados por Tarcísio do que entre aqueles empregados por Róbson, Erick e Serafim. Estes trabalham quase sempre com as mesmas pessoas.

Erick queixou-se bastante dos trabalhadores, afirmando que eles não dão valor ao dinheiro e não gostam do trabalho. Conforme me disse, na época da diária, eles não começam a trabalhar antes das sete horas, mas na colheita, como ganham por produção, às seis horas estão trabalhando. Além disso, contou que eles brigam, roubam e se drogam.

Você pagar um peão a R\$25,00 e ele achar que é pouco... Maconheiro aqui é uma porção. Tá difícil pra mexer com as coisas. Você larga o carro aí dentro da horta, eles tacam pedra. Pra implicar com a gente. Você também não pode pegar qualquer um ali em Monte Azul, não. Lá é muito perigoso. Eles matam para ver o sangue correr e para ver a pessoa sofrer. Lugar mais violento da cidade é o Monte Azul.

Tarcísio e Erick estipulam algumas regras em seus trabalhos. O primeiro não gosta de bagunça nem de “cachaçada”; o segundo não contrata homens que usam brinco ou tenham cabelos compridos e gays. Erick também não gosta de trabalhadores que não o obedecem:

Se eu falar duas vezes e ele não me obedecer... Na terceira eu chego nele e falo: “Moço, eu já falei com você duas vezes... agora pode parar”. Eu tenho que chegar na pessoa e falar: “Moço, você está me estragando o café, que é caro para formar”.

Quando demite algum de seus contratados, este gato procura pagá-lo ainda na lavoura, “para não dar problema”. Há um saber entre os empreiteiros sobre a maneira de lidar com os trabalhadores, para não criar atritos, em virtude da sempre presente ideia da violência. É preciso saber falar, é preciso saber fazer o acerto na hora da demissão.

Não pode mandar embora de qualquer maneira, não pode gritar com uma pessoa. Você tem que receber numa boa. Na hora do acerto... Vamos acertar numa boa. Se faltar uma saca de café, eu não tiver anotado e ele (o trabalhador) teimar que tem, eu pago para não dar problema. Vou deixar a pessoa me botar uma faca na barriga por causa de uma saca de café... Eu pago R\$5,00 ou R\$8,00 é muito melhor. Pra mim é melhor.

Ter de lidar com um número tão grande de pessoas exige habilidade para manter o equilíbrio. Por esta razão os critérios de escolha são tão importantes:

A pessoa tem que ter muita paciência, muito jogo de cintura para mexer com tanta gente, que não é fácil, não. Às vezes um desagrada de um lado, outro desagrada de outro, mas tem que saber mexer... A gente tem que saber escolher as pessoas, para não trazer problema. Porque lá (na Fazenda São Pedro) é uma empresa grande e eles sempre dizem pra gente saber escolher as pessoas para não dar problema (Róbson).

Os conflitos entre trabalhadores e gatos são motivados quase sempre por questões financeiras referentes à discordância com relação a pagamentos e ao baixo preço da saca de café ou da diária:

O próprio trabalhador ignora com o empreiteiro... Estresse... Às vezes o trabalhador está ganhando pouco, o fazendeiro não quer pagar mais, eles ficam nervoso... Mas a gente não é

culpado. A fazenda não é da gente... O empreiteiro só leva a turma. Porque o responsável mesmo é a fazenda. Eu sou só o intermediário deles (Serafim).

Erick disse já ter sido ameaçado por trabalhadores, mas nada nunca aconteceu efetivamente. Quando ele percebe um desentendimento entre os trabalhadores na lavoura, aproxima-se e tenta solucionar a questão. Mas se começar uma briga mais séria, ele liga para a polícia, assim como se desconfiar que há um “bandido” na turma.

Tornar-se conhecido e construir uma reputação de bom gato é imprescindível para progredir, manter-se ativo na profissão. Tarcísio, Róbson e Erick não precisam mais sair à procura de trabalhadores. Tarcísio afirmou que todos sabem seu endereço e costumam procurá-lo em sua casa, como tive a possibilidade de presenciar enquanto conversávamos. Ele disse que muitos o indicam aos que vêm de fora e ficam na rodoviária à espera de trabalho. Ele atribui essa enorme procura ao fato de ser honesto e de “trabalhar bem”.

Quando começou, Erick saía pelos bairros onde moram os trabalhadores chamando-os para trabalhar. Hoje, isto não é mais necessário:

Eu já tenho a minha turma certa que eu passo nos pontos. Estão me esperando. Eu posso ir com dois carros que enche. Agora esses dias eu estou trabalhando só com um. Mas lá pro dia 10, eu começo com o outro. Quando eu vou colher café o telefone não para: “Eu quero trabalhar com você”. Então eu acho o seguinte: o gato aqui na cidade tem nome... Cada turma prefere o seu gato.

Quando a época da colheita se aproxima, muitos trabalhadores ligam para os gatos antes de saírem de suas cidades, avisando que querem trabalhar na safra do café. Aqueles que moram em Esmeralda, também os procuram com certa antecedência, para garantir uma vaga como safrista em alguma fazenda.

Ter nome e reputação também é fundamental para a disputa entre os empreiteiros. Segundo Erick, há muita competição entre os

gatos. Quando alguém sabe que o colega de profissão irá colher em uma fazenda, oferece seus serviços ao fazendeiro por um preço menor, somente “para te derrubar”.

Róbson pensa de forma diferente. Ele contou que na Fazenda São Pedro, onde trabalha todos os anos, há sete ou oito gatos, os quais todos se dão bem.

O termo responsabilidade aparece nas falas desses gatos por diversas vezes. É preciso “responsabilidade” na escolha dos trabalhadores, é preciso “responsabilidade” na gerência do trabalho na lavoura:

Você tem mais responsabilidade, é uma responsabilidade muito grande você trabalhar com 50, 80 pessoas. Mas é muito bom, eu gosto. (...) Não é dizer que tem umas pessoas que é mais ruim do que os outros, mas tem umas que tem mais responsabilidade, que entende mais (Róbson).

Porque responsabilidade é assim. Se você põe 300 sacas novas na lavoura, você não recebe elas não. Um leva o teu pano, o outro leva para pôr lixo. Ferramenta, se você deixar eles levam, um pega do outro. Se você não abrir o olho, um pega a saca do outro. Então por isso tem que ter responsabilidade. E mesmo na hora do pagamento, você tem que ser esperto. Agora tem uns gatos aqui que não. Só quer gente para encher o carro e eles ganhar o frete e a comissão deles. Eu quero gente para trabalhar pra mim, senão no ano que vem não tem serviço. Fica ruim para mim e pra eles (Erick).

Tanto Tarcísio quanto Erick enfatizaram que é preciso uma grande responsabilidade com o “carro”, o ônibus no qual transportam os trabalhadores, que tem o seguro pago, licença e documentos legalizados.

Assim como os trabalhadores, os cafeicultores também entram em contato com os gatos solicitando determinado número de empregados para o trabalho em suas fazendas, seja durante a safra ou a entressa-

fra do café. Os empreiteiros avaliam primeiro o cafezal antes de acordar o quanto será pago pela saca de café. O jogo da negociação consiste em pedir sempre mais do que se sabe que o produtor vai pagar:

Porque se eu te pedir a R\$7,00, você não vai me pagar a R\$7,00, você vai me pagar a R\$6,00. Então já chego e olho e peço a tanto... E ele oferece a tanto (Erick).

O preço da saca de café tem de ser constantemente negociado:

Sempre a gente tem que está brigando pelo preço do café. Patrão sabe como é, né? Eles só puxam pro lado deles. Então a gente discute o preço, vê o que dá pra eles e dá pra gente... Esse ano ainda não sabe quando se vai pagar. Trabalha um, dois dias e aí que vai avaliar o preço que a gente quer e o que eles podem pagar (Róbson).

Serafim não vê problemas na relação com os fazendeiros, mas menciona que é mais difícil negociar o preço da saca de café com alguns que não sabem valorizar os trabalhadores. Entre os fazendeiros há os “bons de pagar” e os “enrolados”. Erick contou que alguns produtores, especialmente aqueles que estão começando, sempre atrasam o pagamento. Nestes casos, quando é chamado, ele costuma recusar a oferta de trabalho, argumentando que está ocupado.

Róbson fez muitos elogios à Fazenda São Pedro. Disse ser muito boa a relação com o proprietário e com os gerentes. Todos o tratam bem e não o discriminam por ser empregado.

4.4 | A EXPERIÊNCIA DE LUCINDA

Como citado no início do capítulo, na minha primeira ida ao bairro Monte Azul conheci Lucinda, a vizinha de Verônica que havia trabalhado como gata. Quando marcamos uma conversa, minha expectativa era que ela falasse sobre a experiência de uma mulher como empreiteira. Para a minha surpresa, ao longo de toda a entrevista, isto não foi men-

cionado. No momento em que perguntei-lhe se trabalhava, ela respondeu-me apenas que vendia roupas. Insisti e perguntei-lhe se já havia sido gata ou trabalhadora rural. Ela respondeu afirmativamente, tendo o cuidado de acrescentar que há muito já não trabalhava em lavouras em virtude de um problema de coluna crônico.

Esta informação contrastava com o que Verônica havia me contado algumas semanas antes. Esta vizinha estava cuidando do filho de Lucinda porque ela havia ido trabalhar em um milharal, catando o restante dos grãos deixado pelas colhedeadas, enquanto aguardava o começo da colheita de café.

Lucinda tem 31 anos e nasceu em Uberaba. Quando criança mudou-se com os pais e os sete irmãos para Esmeralda, onde casou-se. Seu marido é de Sacramento, Minas Gerais. Este casal tem dois filhos, uma menina de 12 anos e um menino de 2. Muitos dos seus familiares trabalham em cafezais, tanto na colheita quanto nas atividades da entressafra. Um dos seus cunhados também é gato e ele mesmo dirige o ônibus que leva os boias-frias para as fazendas (geralmente, o empreiteiro contrata alguém para esta função). O marido de Lucinda é tratorista, funcionário fixo da Fazenda São José. Na época em que conversamos, ele estava operando as colhedeadas. Embora se considere evangélica, essa moça não frequenta nenhuma igreja.

Lucinda começou a trabalhar como gata quando o encarregado deste ofício não pôde mais continuar e pediu-lhe que ficasse em seu lugar. Ela trabalhou dois anos como empreiteira. Disse ser “muito cansativo, tem que olhar o pessoal, cansa a cabeça”. Além de permanecer durante todo o dia na lavoura orientando e observando o trabalho de seus contratados, administrando alguns conflitos eventuais, à noite, quando chegava em casa, ela ainda tinha que fazer a contabilidade de quantas sacas cada trabalhador havia colhido e o quanto devia para cada um. A condição socioeconômica diferencia os empreiteiros que podem ou não contratar pessoas que os ajudem neste trabalho.

Assim como Erick, Róbson, Serafim e Tarcísio, Lucinda usava o termo “levar turma” para referir-se ao seu antigo ofício. Depois de deixar de ser de empreiteira, ela voltou a trabalhar nas colheitas de diferentes lavouras e nas diárias.

Partilhando da mesma opinião expressa pelos outros empreiteiros, para Lucinda a mecanização crescente está diminuindo as oportunidades de emprego dos trabalhadores. Na fazenda na qual seu marido trabalha, além das colhedoiras, já são utilizadas máquinas para rastelar e abanar café. Como muitos trabalhadores, Lucinda recordou-se do passado como uma época em que era possível fazer uma poupança e abastecer a dispensa para o ano inteiro com dinheiro ganho nos cafezais.

Segundo Menezes (2002), na hierarquia da fazenda, o gato oscila entre a aproximação dos fazendeiros e/ou administradores e dos trabalhadores. Em sua relação com os trabalhadores, cria-se um deslocamento na percepção de quem é o explorador: o gato oculta, muitas vezes no sentido literal, a face do patrão (Silva, 1999). É no gato que a exploração se corporifica. Segundo Silva (1999) e Stolcke (1986) a figura do empreiteiro surge no bojo das transformações das relações de produção que culminaram no aparecimento do boia-fria, e tornou-se um elemento fundamental ao mercado, à organização do trabalho e ao controle da força de trabalho.

Em Esmeralda, ao mesmo tempo em que lhe cabe o controle dos trabalhadores, o gato quase sempre é um ex-boia-fria. Ele media os conflitos com os trabalhadores e negocia salários com administradores ou patrões. O peso que se dá a cada uma dessas faces varia de acordo com cada empreiteiro. E é justamente o lado para o qual ele mais pende que irá construir a sua má ou boa reputação entre os trabalhadores.

Para tornar-se gato é preciso mais do que ter um capital inicial, como, por exemplo, para a compra de um pequeno ônibus para transportar seus contratados. O empreiteiro deve ganhar a confiança dos trabalhadores e dos fazendeiros, e para isso é importante ter experiência no trabalho agrícola. O prestígio do qual goza o empreiteiro depende de sua capacidade de coordenar o trabalho e impor uma disciplina, do ponto de vista do empregador; e da capacidade de conseguir bons salários e boas condições de trabalho na perspectiva dos trabalhadores (Silva, 1999).

Por outro lado, muitos trabalhadores também valorizam a disciplina e a organização/fiscalização impostos pelo gato no trabalho na lavoura, quando isto não implica em maus-tratos ou agressões verbais e morais. Da mesma forma, muitos patrões também parecem valorizar o gato que se preocupa com as condições de trabalho de seus empregados, ainda que certamente a preocupação central do fazendeiro seja com o rendimento do trabalho e em não ter que lidar diretamente com os trabalhadores, assim como a preocupação central dos trabalhadores seja com o valor e regularidade do pagamento.

Entre esses dois polos – os trabalhadores e os patrões – o gato ainda lida com os representantes do sindicato, outros gatos, gerentes e administradores das fazendas.

Outra ambiguidade que envolve os gatos diz respeito à legislação. Eles ficam entre burlá-la, como quando não assinam a carteira de trabalho, e cumpri-la, ou exigir o seu cumprimento.

Embora os gatos sejam trabalhadores que ascenderam, e muitos trabalhadores desejam essa ascensão, nenhum trabalhador nunca expressou para mim o desejo de tornar-se gato. Da mesma maneira, todos os entrevistados afirmaram ter-se tornado gatos por acaso. Essa profissão, que parece ser vista como moralmente ambígua e pouco legítima, nunca é descrita como um projeto de vida dos trabalhadores.

É preciso assinalar também uma distinção significativa entre os empreiteiros. Alguns gatos, como Erick, Tarcísio e Róbson parecem ser mais “profissionais”, mais constantes na profissão do que outros, como Serafim e Lucinda. Ainda que Serafim não tenha deixado de atuar como empreiteiro, não é dado como certo que ele terá trabalho sempre. E assim como no caso de Lucinda, algumas pessoas parecem trabalhar como gato de forma mais eventual, ou apenas trabalharam durante um curto período.

Essa diferença entre os gatos repercute no caráter concorrencial do ofício de empreiteiro. Os gatos mais profissionais, que ocupam uma posição mais sólida no mercado da mediação entre fazendeiros e trabalhadores, são os únicos que trabalham para as grandes fazendas. Os gatos mais ocasionais, além de terem mais dificuldades para conseguir trabalho, acabam trabalhando sempre para fazendas menores.

Outra variável importante que influencia na disputa dos empreiteiros por boas fazendas e bons trabalhadores é a sua reputação. O gato de má reputação, como o João da Bica, da Fazenda Santo Antonio, tem mais problemas em contratar trabalhadores, e, sobretudo, em mantê-los trabalhando durante toda a safra, tendo que lidar com o inconveniente de um índice de evasão mais alto do que o comum.

No entanto, é preciso não confundir a má reputação com o trabalho eventual. Em outras palavras, o “profissionalismo” dos gatos e boa reputação não são correlatos, haja vista o exemplo do mesmo empreiteiro mencionado acima, que embora trabalhe em uma fazenda grande, seja antigo na profissão e bastante conhecido na cidade, não é bem visto pelos trabalhadores.

A posição do gato é, enfim, carregada de tensão e ambiguidade, o que faz dele um sujeito múltiplo, contraditório (Silva, 1999).

CONCLUSÃO

O foco deste trabalho foram as relações que se tecem em torno do circuito produtivo do café na região do Alto Paranaíba, a partir das perspectivas dos trabalhadores, evidenciando suas condições de vida e trabalho.

A produção cafeeira no cerrado mineiro, estimulada a partir de políticas governamentais, gerou uma série de interesses em torno desse cultivo, motivando a ida de trabalhadores, técnicos, agricultores e intermediários na contratação da mão de obra, pessoas de diversos estados e cidades, que se depararam com uma configuração social preexistente.

A inserção desses agentes resulta em uma categorização e uma qualificação recíproca, sustentando visões de mundo quase sempre bastante diferentes, em um contexto de uma distribuição desigual de poder.

Entre os fazendeiros ou “patrões” há diferenças marcantes no que se refere ao porte de seus empreendimentos, à forma como produzem, como gerenciam suas fazendas. Há os grandes fazendeiros; os “fazendeiros-empresários”, que administram suas fazendas como modernas empresas. Há os médios e os pequenos fazendeiros. Há os que mecanizam quase toda a produção, há os que não mecanizam, os que mecanizam parcialmente ou que quase não mecanizam. Há os que trabalham com gatos e outros empregados, que auxiliam no gerenciamento de seus negócios e os que lidam diretamente com os trabalhadores. Há os que trabalham com suas famílias e os que não trabalham. Há os que, além do café, plantam soja e milho para exportação, e os que possuem uma pequena roça de hortaliça ou poucas cabeças de gado para extrair leite para a produção caseira de queijo.

O mesmo se passa com os gatos, que embora gostem de referir-se a si mesmos como empreiteiros ou fiscais, entre os trabalhadores predomina aquela primeira categoria. Há os gatos que possuem seus próprios

veículos para transportar os trabalhadores até as fazendas; há os que não os possuem e precisam que o fazendeiro pague pelo transporte. Este tipo de empreiteiro vive, em geral, na cidade, nos bairros onde também vivem os trabalhadores. Há ainda os gatos que residem dentro das fazendas e mantêm os trabalhadores nos alojamentos. Há gatos mais “profissionais” e aqueles que trabalham como empreiteiros ocasionalmente.

De acordo com o tipo de ocupação e de contrato, os trabalhadores podem ser denominados de safristas ou diaristas, que são trabalhadores temporários ou trabalhadores fixos. Os safristas e diaristas são quase sempre os mesmos trabalhadores.

Os trabalhadores também podem ser classificados como boia-fria ou trabalhador alojado. Outra distinção importante é se são moradores de Esmeralda ou “gente de fora”. Esta última denominação, no entanto, é mais relativa; há sempre alguém mais de fora do que outro. Há ainda os termos peão e mão de obra.

Todas essas categorias combinam-se: há o safrista/boia-fria/gente de fora; o safrista/trabalhador alojado/gente de fora; o safrista/boia-fria/morador da cidade; o diarista/bóia fria/gente de fora; o diarista/boia-fria/morador da cidade; o trabalhador fixo/morador da cidade.

Este trabalho também evidenciou a importância das práticas de deslocamento no universo dos envolvidos no circuito produtivo do café. Se, por um lado, essas pessoas são guiadas pelo objetivo comum de encontrar lugares “bons de serviço”, suas práticas são bastante diversas e envolvem diferentes tipos de relação.

Nos grupos estudados, essas práticas de deslocamento adquirem três formatos. O primeiro, ao qual chamarei de deslocamento segmentado, refere-se às trajetórias mais comuns aos moradores do bairro Monte Azul. Chamo de deslocamento segmentado porque, embora haja uma circulação desses trabalhadores entre as cidades, eles costumam se estabelecer e morar muitas vezes por anos no novo local, comprando, se possível um imóvel onde possam viver.

As mudanças de cidade relacionada a este tipo de deslocamento são feitas em família, apenas por casais ou pelos casais e seus filhos. O objetivo é encontrar uma cidade onde a família possa estabelecer-se

por oferecer boas oportunidades de trabalho e condições de vida, como escola acessível para os filhos em idade escolar. Irmãos, pais e cunhados geralmente acompanham-se nesta mudança, embora não necessariamente no mesmo momento. Esses deslocamentos podem acontecer em estágios distintos da vida desses trabalhadores. A mudança para a cidade onde se estabeleceu pode ter acontecido na infância com os pais, ou na fase adulta, com o marido ou a esposa e os filhos.

Por mais longo o tempo que uma família more em uma cidade, inclusive em casa própria, o estabelecimento não é necessariamente definitivo. Além do trabalho, razões familiares também podem motivar a mudança de cidade, como a procura por algum membro da família ao qual se deseja rever.

Ao formato das práticas de deslocamento dos trabalhadores os quais conheci no abrigo, denominarei de deslocamento intermitente. Esse tipo de deslocamento é masculino e quase sempre solitário. Embora seja raro, irmãos, cunhados, primos, amigos ou conhecidos podem fazer juntos essas viagens. As mulheres, filhos e filhas, ou pais ficam sempre no lugar de origem. A motivação para deixar a cidade onde vivem é a busca de trabalho que permita acumular dinheiro para enviar à família durante os meses em que se está fora.

O terceiro tipo de deslocamento, o deslocamento contínuo, também diz respeito aos trabalhadores do abrigo. Nestes casos, os trabalhadores haviam perdido o contato com suas famílias e não tinham mais residência fixa.

Embora eu proponha essa tipologia das práticas de deslocamento, esse é apenas um exercício de reflexão. Essa análise não pode ser feita de forma estanque, mesmo porque essas práticas podem se diferenciar de acordo com as etapas distintas da vida dos trabalhadores. Um trabalhador casado e com filhos que há anos estabeleceu-se em Esmeralda, pode ter se deslocado continuamente quando jovem e solteiro.

Enquanto no bairro as trajetórias pessoais e familiares tiveram maior peso nas minhas conversas com meus entrevistados, meus interlocutores do abrigo acabaram por direcionar as entrevistas para as questões relacionadas ao trabalho e ao seu enquadramento institucional.

Também não são exatamente os mesmos trabalhadores que estão no abrigo e no bairro. Entre os vinte e quatro trabalhadores entrevistados no abrigo, dez eram da Bahia. O segundo estado no qual havia nascido o maior número de trabalhadores era o Paraná, com cinco homens. Também havia trabalhadores naturais de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina.

Entre os quinze trabalhadores entrevistados no bairro, dez eram de Minas. Os outros eram da Bahia, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Paraná.

Boa parte dos trabalhadores do bairro e do abrigo era filhos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e havia nascido na roça. No entanto, muitas dessas famílias haviam perdido o acesso à suas terras há muitos anos, por motivos diversos. Embora ninguém tenha me contado com detalhes sobre as formas como perderam suas terras, alguns fizeram alusão ao processo de expulsão desses trabalhadores de seus sítios ou do interior das fazendas onde moravam e trabalhavam²¹.

No bairro Monte Azul, as famílias eram compostas em sua maioria por pais e filhos em idade escolar ou adultos, mas solteiros. As únicas duas famílias nas quais os filhos haviam se casado e já tinham filhos eram a de Adriana e a de Dora e Davi. Somente no caso de Adriana, seus filhos casados ainda moravam com ela.

A única exceção a esse modelo era a família de Márcia e Gaspar, cuja irmã havia construído uma casa nos fundos do seu terreno.

Entre os trabalhadores que entrevistei, era mais comum que os irmãos se acompanhassem nas mudanças de cidades, como no exemplo de Márcia e Gaspar, cujos irmãos também se mudaram para Esmeralda, e como aconteceu com os filhos mais velhos de Dora e Davi, que se mudaram juntos para o Rio de Janeiro.

Os trabalhadores do abrigo passavam muito tempo longe de suas famílias, sem contar aqueles que haviam perdido o contato com seus filhos, pais e esposas. As viagens não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre

21 Sobre a expropriação dos trabalhadores rurais ocorrida com intensidade desde os anos 60, ver Sigaud (1979) e Moura (1988).

solitários ou com “conhecidos”. Mesmo aqueles que ainda tinham casa e mantinham a família como referência, poderiam passar meses ou até anos sem dar notícias.

A instabilidade conjugal era maior entre os trabalhadores do abrigo do que entre os do bairro. No abrigo, havia um número significativo de homens separados e vários solteiros. A vida de pobreza e de deslocamentos em busca de trabalho quase sempre constituía, para eles, um obstáculo aos relacionamentos duradouros e ao casamento (embora tenha havido casos em que a própria ruptura do casamento tenha levado à vida de deslocamentos). Também havia muitos homens mais velhos que nunca haviam se casado e nem tido filhos.

No Monte Azul, apenas Lucimara estava no segundo casamento, tendo se desquitado do primeiro marido. Dina também era separada, mas não havia se casado novamente. Helena era viúva, e também não havia encontrado um novo companheiro. De resto, todos aqueles que entrevistei no bairro eram casados e viviam com seus respectivos cônjuges.

Ao contrário da realidade descrita por Fonseca (2000) em relação ao grupo de moradores de uma vila pobre de Porto Alegre, nas famílias entrevistadas em Esmeralda, não havia um padrão moral que reprovasse o trabalho feminino não doméstico. Era não somente desejável, como necessário que as mulheres trabalhassem e ganhassem dinheiro.

No discurso dos trabalhadores do abrigo, aqueles que eram casados mencionavam que suas esposas apenas “ajudavam” com o sustento da casa, trabalhando como domésticas ou como babás. Em sua perspectiva, o dinheiro enviado ou acumulado por eles é que constituiria a base da renda familiar.

No grupo com o qual tive contato no bairro, assim que os jovens faziam 17 anos, era imperativo que começassem a trabalhar. Todos nessas famílias, com exceção dos menores de 16 anos, precisavam contribuir para o orçamento da casa. E embora a proibição do trabalho dos adolescentes não seja sentida exatamente como um benefício, havia um reconhecimento entre esses trabalhadores de que era preciso que os jovens não abandonassem os estudos para ter melhores oportunidades de vida do que seus pais.

Os irmãos e os filhos adultos dos trabalhadores do abrigo e do bairro possuíam experiências de trabalho muito semelhantes às suas, circulando entre o trabalho agrícola e o urbano.

Boa parte dos trabalhadores do abrigo costumava procurar trabalho em São Paulo, seja na capital ou nas cidades do interior. Além de São Paulo e Minas Gerais, foram citados os estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Santa Catarina. Aqueles que especificaram as cidades onde já trabalharam mencionaram Barreiras (BA); Boqueirão (PB); São Paulo (capital); Garça (SP); Presidente Juscelino (MG); João Pinheiro (MG); Montes Claros (MG); Citrino (MG); Pirapora (MG); Patos de Minas (MG); São Gotardo (MG); Uberlândia (MG); Magé (RJ); São João de Meriti (RJ), Monte Carmelo (MG) e Luís Eduardo Guimarães (BA).

Antes de mudarem-se para Esmeralda, os trabalhadores de Monte Azul mencionaram o trabalho em cidades como Unaí (MG); Buritis (MG); Cristalina (GO); Cabeceiras (GO); Brasilândia (MS); Manga (MG); Araxá (MG); Itapevi (SP); Santo Antonio (MG); São Paulo (SP). Além desses estados, também foi citado Mato Grosso.

O objetivo da descrição detalhada das cidades e/ou estados onde esses trabalhadores nasceram, moraram ou moram e buscam trabalho foi fazer um mapeamento da sua origem e dos lugares pelos quais circulam.

No que se refere aos tipos de ocupação, há uma inserção diversificada nos grupos que acompanhei, com a prevalência de algumas atividades, como o trabalho na cana, seja no corte ou nas usinas. Entre os trabalhadores do abrigo também foram mencionadas experiências de trabalho em colheitas de feijão, laranja, mamona, milho, algodão, hortaliças, cacau, açaí, na construção civil, carvoeiras, plantações de soja, trator agrícola, entrega de charque, caminhões, como peão de rodeio, pecuária e pesca.

Os homens e mulheres os quais conheci em Monte Azul haviam trabalhado como vendedores ambulantes, com venda de roupas, fazendo faxinas em empresas ou como domésticas, nas colheitas de feijão, cebola e hortaliças, na construção civil, em indústria têxtil, com pesca, pecuária, como caseiros de fazenda, como babá e cuidando de idosos.

A escolha por um ou outro tipo de atividade perpassa várias ponderações como qual trabalho remunera melhor e é menos desgastante fisicamente, qual fazenda oferece melhores condições de alojamento e de alimentação. A região e a maneira como as diferentes safras se combinam também permitem que os trabalhadores tracem uma rota das suas possibilidades de trabalho.

Embora grande parte dos meus interlocutores possua uma origem no campo, praticamente todos os trabalhadores, tanto os do bairro quanto os do abrigo, também têm uma vivência nos trabalhos urbanos. O trabalho na cidade também compõe o ciclo de alternância entre as diversas ocupações e pode representar uma ascensão. Se as safras das lavouras não oferecem chances de ganhar dinheiro, ir para a capital de São Paulo para trabalhar na construção civil, como ambulante ou faxineira, pode parecer uma boa escolha.

O trabalho na colheita de café, embora seja “uma oportunidade de ganhar um pouquinho a mais”, como ouvi repetidas vezes ao longo do trabalho de campo, não é mais percebido como algo que permita acumular renda para elevar o nível de vida desses trabalhadores.

Conseguir trabalho em outros espaços como na escola, como Marília e Dora, ou como o marido de Verônica que trabalha como “faz-tudo” em uma exportadora de café, constitui um projeto a longo prazo das famílias do Monte Azul. Há entre esses trabalhadores uma percepção da desvalorização do trabalho na safra de café ou em outras atividades agrícolas, e do trabalhador rural. Não foram poucas as vezes em que ouvi que há anos o trabalho no café era lucrativo, permitindo aos trabalhadores comprar uma casa e mobiliá-la, e abastecer a despensa para o ano inteiro. A afirmação de Davi de que “o trabalho na lavoura não vale nada” é significativa de como essa categoria de trabalhadores percebe hoje as suas condições enquanto tais.

Os trabalhadores do abrigo não tinham muitas perspectivas de conseguir empregos melhores. Em Esmeralda, eles não tinham contatos com pessoas que pudessem lhes dar outras oportunidades, em geral no espaço urbano. Em relação aos seus municípios de origem, os trabalhadores alegavam que essa possibilidade de ascensão era anulada pela escassez de oferta de outros tipos de trabalho não agrícola.

Tanto entre os trabalhadores do abrigo quanto entre os do bairro parecia haver uma noção corrente, raramente declarada, de que não se pode confiar em ninguém, e que os amigos são poucos, “tem gente que diz que é amigo, mas não é”, como expressou um trabalhador.

No entanto, pode-se dizer que há entre esses trabalhadores, tanto os do bairro quanto os do abrigo, uma expressiva rede de solidariedade. No bairro, sobretudo entre os evangélicos, há uma ajuda mútua entre as famílias, quando se trata de casos de doença ou simplesmente quando se precisa de alguém para cuidar das crianças. Os trabalhadores do abrigo compartilham sempre um “desabafo” em relação à tristeza de estar longe da família e informações sobre onde está “bom de serviço”, saem juntos para divertir-se e bebem juntos nos momentos de lazer. Buscam ajudar-se a conseguir emprego, aconselham-se sobre como lidar com determinadas situações, como problemas com os empregadores e com qual gato se deve evitar trabalhar.

Enquanto o trabalho no café, entre os trabalhadores entrevistados no bairro, era conseguido através dos gatos, os trabalhadores do abrigo procuravam conseguir empregar-se sem o auxílio desses profissionais, aos quais consideravam exploradores. A situação ideal era negociar o trabalho e suas condições, como o valor que receberiam pela saca e o preço das refeições, diretamente com o patrão.

No entanto, embora muitos trabalhadores tenham preferência por fazendas que não façam uso da mediação do empreiteiro, as oportunidades de trabalho chegam mais facilmente através desses profissionais, que costumam procurar pelos trabalhadores. Em fazendas que não trabalham com gatos, é preciso que os trabalhadores vão até as fazendas ou fiquem à procura de seus proprietários.

Da perspectiva dos gatos com os quais conversei, sua profissão constitui-se de um equilíbrio delicado, exigindo destreza para mantê-lo. Eles dividem-se entre tolerar os excessos do patrão e controlar os trabalhadores. Por um lado, os gatos manifestam o desacordo em relação ao preço pago pela saca de café, às condições dos alojamentos, ao excesso de maquinário que ameaça o seu trabalho e o dos trabalhadores. Por outro, fazem com que seus contratados trabalhem incansavelmente, vigiando-os de perto, cobrando-lhes eficiência. São pressionados pelos

trabalhadores por melhores condições de trabalho e os patrões lhes exigem competência no controle dessa mão de obra. Precisam reivindicar dos proprietários que são maus pagadores os salários em dia e temem a violência dos trabalhadores, desencadeada pela indignação com relação à sua miséria. As dificuldades para impor-se e a pressão sofrida parecem ser ainda maiores no caso das mulheres empreiteiras.

Os critérios para selecionar trabalhadores e o saber construído em torno de como tratá-los, são, no discurso dos empreiteiros, ferramentas fundamentais para evitar problemas durante o período do trabalho. No momento da contratação, considera-se a reputação do trabalhador. Trabalhadores conhecidos como alcoólatras, arruaceiros, violentos, indolentes e com histórico de processos trabalhistas contra os patrões são evitados. O bom trabalhador em Esmeralda é aquele que não bebe, não briga, não reclama, não falta ao trabalho, não abandona a colheita, é cuidadoso com o material de trabalho e com os pés de café, trabalha resignado. O mau trabalhador é, evidentemente, o oposto: costuma ter fama de bêbado, violento, indolente.

É necessário também ter habilidade para lidar com seus contratados. Essa habilidade consiste em reconhecer que não se pode gritar com os trabalhadores, tem que “saber falar”, pagar o que lhe é devido, não andar armado. Ao mesmo tempo, é preciso estabelecer regras e conquistar respeito.

Todas essas variáveis contribuem para adquirir uma boa reputação entre os gatos, o que pode ser um facilitador na disputa por boas fazendas e bons trabalhadores. Aqueles que exploram os trabalhadores, não pagam os salários combinados, se recusam a atender suas reivindicações em relação ao aumento do preço pago pela saca de café, não sabem negociar salários melhores com o patrão, os colocam em alojamentos precários, lhes fornecem uma alimentação ruim e cobram caro pelas refeições, são absolutamente destituídos de qualquer prestígio frente aos trabalhadores. O respeito que adquirem impõe-se pelo medo, pois os trabalhadores os veem quase como criminosos, ou alguém capaz de mandar matar ou cometer algum outro tipo de violência física.

Há também outros profissionais envolvidos na lida com os trabalhadores, que não os gatos. A gestão do trabalho feita dessa maneira

parece criar, em inúmeros casos, o reconhecimento de uma maior legalidade e profissionalismo dessas fazendas na percepção dos trabalhadores, que se sentem mais seguros e menos sujeitos às arbitrariedades e demandas dos gatos. Esse entendimento transparece com muita clareza na fala de alguns trabalhadores, que se orgulham de trabalhar em uma “firma grande, muito organizada”.

Nesse contexto, vale evidenciar as novas formas de gestão do trabalho. Como destacado por Novaes (2007), essas novas formas incluem a incorporação de novas tecnologias e de uma nova racionalidade produtiva. Os empregadores passaram a exigir maior produtividade e maior disciplina no trabalho, utilizando novos arranjos produtivos e o maquinário.

Uma das inovações desse processo é a criação dos escritórios das grandes fazendas, onde se faz a contratação e a demissão dos empregados. Nestes espaços são arquivadas as documentações dos trabalhadores durante o período em que estão contratados, o que já se faz muitas vezes digitalmente.

Nessas fazendas, o processo do trabalho torna-se cada vez mais empresarial e, também, impessoal. Os trabalhadores nunca viram seus patrões, sequer os conhecem por imagens. Os alojamentos e a possibilidade de os trabalhadores fixos morarem dentro dessas propriedades são cada vez mais raros, pois os produtores não querem preocupar-se com as leis trabalhistas que regem este tipo de relação entre patrão e empregado.

Outras novidades das “fazendas empresariais” são as orientações dadas aos trabalhadores com relação aos seus direitos, a exigência do uso do equipamento de proteção, a obrigatoriedade de assinar a carteira. Todos esses elementos – o respeito aos trabalhadores e seus direitos, a contratação de gatos e outros funcionários que não os maltrate, a organização da fazenda e o esclarecimento de suas regras de funcionamento – são constitutivos da boa reputação dos fazendeiros e de suas propriedades.

Silva (1999) chama atenção para o fato de que o contrato por safra encobre a relação de um trabalho permanente, constituindo mais um elemento da instabilidade do emprego. Essa estratégia é usada pelos

produtores para não assumirem, na entressafra, os trabalhadores contratados para a safra, contribuindo para a desvalorização desses trabalhadores. Sendo a forma predominante o salário por produção, tem-se que o salário recebido pelo trabalhador dependerá do seu esforço próprio. Segundo Silva (1999), esta forma de pagamento oculta a percepção do trabalho excedente. Com a ideia difusa de que quanto mais se trabalha, mais se ganha, supondo justiça e igualdade, a invisibilidade do trabalho excedente torna-se maior quando se ganha por produção.

Isto posto, pode-se concluir que a gestão do trabalho não exige apenas o domínio da objetividade e da racionalidade. Para que um trabalho seja bem feito e para aumentar a produtividade, é necessário o controle da vontade do trabalhador e, portanto, de suas condições subjetivas. A qualidade de bom trabalhador não está atrelada apenas à maior disposição e habilidade para o trabalho, mas também aos seus valores morais (Silva, 1999).

Em razão da crença nos distúrbios causados pela presença dos trabalhadores “de fora”, a função da assistência social da prefeitura e da Polícia Militar em Esmeralda inclui uma ação (que se pretende) educativa, civilizadora, e exige manter sob controle essa classe potencialmente perigosa. Quer tenham se tornado moradores de Esmeralda ou não, esses trabalhadores de fora são indefinidamente alvo de um trabalho de correção²². É preciso vigiá-los para que não bebam, não mendiguem, não roubem, não sujem a cidade. É dado como certo que, caso a vigilância falhe, tais excessos serão cometidos. Essa prática de identificar o “de fora” como o causador dos problemas sociais (pobreza, criminalidade) é pensada por Vettorassi (2007) como uma forma de preservação da autoidentidade da comunidade local; uma maneira de defender-se, atacando.

Assim também pode ser compreendida a situação dos trabalhadores em Esmeralda. Para a polícia, para os agentes administrativos, para os agentes de saúde, para os diretores, professores e gestores da educação pública local, para os fazendeiros e gatos que os contratam; para,

22 Essa observação é feita por Sayad (1998) em seu estudo sobre os migrantes argelinos na França.

enfim, a população em geral, os trabalhadores vindos de outras regiões provocam desconfortos de toda ordem. Para os nativos de Esmeralda, esses trabalhadores incham a cidade em busca de trabalho, e como muitos não o conseguem, tornam-se pedintes, moradores de rua, bêbados; representam uma população miserável, fruto de famílias partidas, lares desestruturados, e, portanto, com forte tendência à delinquência. Uma gente feia e carente, sem hábitos de higiene adequados, sem educação nem formação, sem eira nem beira.

A relação desses trabalhadores assalariados com seu próprio sindicato e seus representantes também é bastante controversa. Para os homens que conheci no abrigo, estas entidades eram vistas como indiferentes às suas demandas ou como entidades que estavam ao lado do patrão. Pouquíssimas vezes estes trabalhadores recorriam ao sindicato para resolver questões trabalhistas. E quando o faziam, não tinham esperanças de que sairiam vencedores de um litígio com o empregador.

As queixas mais frequentes dos trabalhadores estavam relacionadas ao que, a princípio, poderia parecer uma conquista trabalhista: a pressão do sindicato para que os empregadores não contratassem sem carteira assinada e a ameaça constante aos trabalhadores de que seriam demitidos se fossem pegos sem o EPI. A imposição de que teriam que ter a carteira assinada, ainda que por pouquíssimo tempo, era para os trabalhadores um obstáculo à obtenção de empregos futuros. E o fato de pagarem pelo material de proteção, que era descontado de seus salários, causava resistência em utilizá-lo ou comprá-lo.

Os trabalhadores que chegavam apenas para o período da safra, talvez por enfrentarem situações mais difíceis, tinham uma relação mais tensa com o sindicato do que aqueles que viviam em Esmeralda, como as famílias entrevistadas em Monte Azul. Na fala desses últimos, o sindicato simplesmente não aparecia. Eles nem se queixavam do sindicato e nem o frequentavam, ou sequer usufruíam de seus serviços, como assistência médica e dentária.

A própria Justiça do Trabalho ainda não é reconhecida pelos trabalhadores como um instrumento de defesa dos seus direitos. A lentidão dos processos, impossível de serem acompanhados por aqueles que vivem a circular pelo país em busca de trabalho, e o medo de ficarem

marcados na região por terem processado o empregador, são algumas das razões invocadas para não a acionarem.

Não são apenas as relações entre trabalhadores e gatos e trabalhadores e sindicato que são carregadas de conflitos. De fato, toda a teia de relações envolvendo as diferentes categorias e entidades ligadas à produção agrícola e à questão do trabalho no universo social aqui delimitado é conflitiva, em maior ou menor escala. Os trabalhadores queixam-se dos gatos, dos fazendeiros, do sindicato e do Ministério do Trabalho; os gatos reclamam dos trabalhadores, dos fazendeiros, do sindicato e das leis trabalhistas; os sindicalistas criticam os gatos, alguns fazendeiros, o Ministério do Trabalho e os trabalhadores.

Este emaranhado de oposições impõe a necessidade de refletir sobre o lugar de onde fala cada um desses atores, de como percebem a sua inserção neste contexto e de como se dão suas interações no mundo real, bem como as resultantes sociais dessa interação. Assumir tal postura não implica o não reconhecimento de verdades absolutas, como a miséria incontestada dessa massa de trabalhadores; pelo contrário. Se o que se pretende é contribuir para explicitar a estrutura que produz essa miséria, esse processo é mais bem entendido quando se deixam de lado esquemas simplificados que atribuem rótulos preestabelecidos.

Os trabalhadores “de fora” estabelecidos em Monte Azul corroboram com a visão de que os que vão a Esmeralda apenas para o período da safra do café provocam o aumento da violência e a desordem da cidade. Frente aos estigmas, a princípio, disseminados pelo grupo nativo a que estão submetidos, os “de fora” têm reações diversas. Os “de fora” podem ser pensados em dois subgrupos: os “de fora”, que chegam a Esmeralda para a colheita, e os “de fora”, trabalhadores estabelecidos na cidade²³. Os paranaenses e os paulistas, quando fazendeiros, em Esmeralda nunca são “de fora” da mesma maneira que os moradores do Monte Azul e os trabalhadores do abrigo. Nesta perspectiva, eles são “de fora”, mas “incluíveis”, ao contrário daqueles que serão sempre “de fora”.

23 Situação semelhante é descrita por Vettorassi (2007) entre os trabalhadores da cana em São Paulo.

Lembrá-los dos estigmas pelos quais são denunciados e se denunciavam como “de fora” – analfabetismo, falta de qualificação, pobreza, cor da pele e sotaque – é na realidade uma maneira de lembrá-los de sua condição de intrusos. Ou seja, pessoas de outro lugar, de um lugar para o qual deverão voltar mais cedo ou mais tarde (Sayad, 1998).

Também como assinalou Goffman (1988), a familiaridade e a convivência com esses trabalhadores “de fora” não reduz o menosprezo da comunidade nativa em relação a eles e tampouco os livra de sua condição de estigmatizados.

De acordo com Simmel (1964), o estrangeiro, aquele que vem “de fora”, ocupa um lugar singular no interior de um grupo. A sua presença implica uma forma específica de interação, e uma tensão específica produz a particular forma de relação entre o estrangeiro e o grupo por ele integrado. A despeito de ser inorganicamente um apêndice do grupo, o estrangeiro é, na realidade, um membro orgânico do mesmo. O estranhamento causado pelo estrangeiro denuncia a sua inserção e sua proximidade no novo grupo. Sua posição é inexoravelmente determinada pelo fato de ele não pertencer ao mesmo desde o princípio.

Aquele que vem de fora é um elemento do grupo, ocupando um lugar na escala do desenvolvimento social (Simmel, 1964). Os de fora em Esmeralda são notados pela cor de pele mais escura, pelos sotaques distintos, de outras regiões, de outras cidades, trabalhadores e trabalhadoras braçais, semianalfabetos(as); pobres, residentes nos alojamentos das fazendas, no abrigo do sindicato ou estabelecidos nos bairros periféricos, em especial, no Monte Azul.

O modelo produtivo do café, ainda que pautado em um projeto de mecanização crescente, ainda não pôde se livrar do “inconveniente” da mão de obra, na perspectiva dos cafeicultores. Para os trabalhadores, o trabalho no café representa cada vez menos uma oportunidade de emprego e de possibilidade de alguma acumulação para a compra de uma terra, casa, moto ou para abastecer a despensa por um bom tempo. O trabalho no café também constitui mais um elemento na combinação de diferentes tipos de ocupação que geram diferentes fontes de renda. Essa articulação é uma estratégia, uma tentativa de driblar a precariedade e a pobreza. Invariavelmente, o dinheiro ganho com o trabalho no

café, na cana, na soja, no milho, na laranja, entre outros, tem permitido apenas (e nem sempre) a reprodução desses trabalhadores.

A ida para a região e para Esmeralda leva esses trabalhadores a buscarem moradias que podem ser mais permanentes ou temporárias, desenvolvendo formas de morar ou se abrigar, enraizadas no bairro e no abrigo. Essas formas resultam na constituição de comunidades morais, de maneiras particulares de se unir ou afastar desconhecidos, vizinhos e familiares, de tecer contato com as instituições e agentes administrativos da cidade.

A chegada dos trabalhadores tensiona a sociedade local e as relações que se constroem no novo contexto criado pelas políticas do estado. E se os migrantes que se tornaram “cafeicultores” conseguiram se integrar localmente, os migrantes que são trabalhadores permanecem “de fora” mesmo quando passam a residir na cidade. Sua presença é constantemente objeto de práticas específicas de controle e disciplinamento por parte da administração pública. Esses trabalhadores permanecem sendo fortemente estigmatizados e até segregados espacialmente. A forma como seguem sendo tratados pela sociedade local limita suas chances de se estabelecer e ascender socialmente ao longo de suas vidas e das diversas gerações familiares, ao inverso do que se passa com aqueles reconhecidos como “cafeicultores”.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, F. G. *Gifts and poison. The politics of reputation*. [Chapter 13. The management of reputations and the process of change.] Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas dométodo. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FERREIRA, R; ORTEGA, A. Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG. *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 12, n. 23, nov. 2004.
- FIGUEIRA, R. R. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra. Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GOFFMAN, E. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GRAZIANO, J. S. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LINHART, A. M. G. M. Êxodo rural, fazendas e desagregação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 19, p. 6-39, out. 2002.
- MELLO, M. C. D. *O bóia fria*. São Paulo: Vozes, 1976.
- MENEZES, M. A. de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: RelumeDumará; João Pessoa: EdUFPB, 2002.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. Migrantes. *Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: Edufscar, 2007.

PESSOA, V. *Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG*. Rio Claro: Unesp, 1988. (Tese de doutorado.)

RIBEIRO, A. E. M. *Os fazendeiros da cultura*. Campinas: Unicamp, 1986. (Dissertação de mestrado.)

SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. Every Day forms of peasant resistance. *The Journal of Peasant Studies*, 13(2), p. 5-35, jan. 1986.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, M. A. M. *Errantes de fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

SIMMEL, G. The stranger. In: *The sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press, 1964.

STOLCKE, V. *Caféicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Ed. Polis, 1987.

VETTORASSI, A. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. Migrantes. *Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: Edufscar, 2007.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Outra fonte:

Estatuto do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – Ninter. Minas Gerais. [s.d.].